

GILBERTO DA SILVA

O AMBIENTALISMO TARDIO
A AMAZÔNIA COMO TEMÁTICA AMBIENTAL NO JORNALISMO
IMPRESSO PAULISTA

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

SÃO PAULO, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GILBERTO DA SILVA

O AMBIENTALISMO TARDIO
A AMAZÔNIA COMO TEMÁTICA AMBIENTAL NO JORNALISMO
IMPRESSO PAULISTA

Dissertação apresentada por Gilberto da Silva,
como pré-requisito para obtenção do título de
Mestre em Comunicação, na Linha de Pesquisa
Produtos Midiáticos: Jornalismo e entretenimento,
sob a orientação do Professor Doutor Cláudio
Novaes Pinto Coelho.

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

SÃO PAULO, 2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade Cásper Líbero

Banca Examinadora

Dedicatória

Durante a jornada deste trabalho a inevitabilidade da vida fez-se presente. Pela perda de quatro pessoas queridas, as minhas melhores memórias. Ao pai Miguel, ao irmão José, ao compadre Osvaldo e ao amigo João Cruz: minhas boas lembranças em todos os bons instantes.

Talvez passem ainda milhões de anos, nasçam e baixem à sepultura centenas de milhares de gerações, mas se aproxima inflexivelmente o tempo em que o calor decrescente do Sol já não poderá derreter o gelo procedente dos pólos; a humanidade, cada vez mais amontoada em torno do equador, não encontrará nem sequer ali o calor necessário para a vida; irá desaparecendo paulatinamente todo sinal de vida orgânica, e a Terra, morta, convertida numa esfera fria, como a lua, girará nas trevas mais profundas, seguindo órbitas mais e mais reduzidas em volta do Sol, também morto, e sobre o qual, por fim cairá. Alguns planetas terão essa sorte antes da Terra, outros depois; e em lugar do luminoso e cálido sistema solar, com a harmoniosa disposição de seus componentes, restará tão só uma esfera fria e morta, que continuará ainda seu solitário caminho pelo espaço cósmico. Destino igual ao que aguarda o nosso sistema solar, será, antes ou depois, o de todos os demais sistemas de nossa ilha cósmica, inclusive aqueles cuja luz jamais alcançará a Terra enquanto restar um ser humano capaz de percebê-la.

Mas o que se passará quando esse sistema solar houver terminado a sua existência, quando passar pela sorte de tudo o que é finito, a morte? Continuará o cadáver do sol eternamente pelo espaço infinito, e todas as forças da natureza, antes infinitamente diferenciadas, em uma única forma de movimento, na atração?

Engels, Friedrich. *Introdução a Dialética da Natureza*. In Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alpha-Omega. p. 265. s/d.

Uma comunicação pode estar baseada num erro. Também pode ser usada para enganar.

Luhmann, Niklas, *A improbabilidade da comunicação*. Portugal, Lisboa: Passagens, 1992. p. 143.

Agradecimentos

Ao sociólogo William Jorge Gerab e ao jornalista Paulo Sergio Pires pelas críticas iniciais e comentários ao projeto de trabalho.

Aos colegas da Faculdade Cásper Líbero, com os quais aprendi a conviver na pós-graduação.

Aos funcionários da Faculdade Cásper Líbero, em especial aos dedicados servidores da Secretaria de Pós-graduação, Gislene Souza Tedesco, Jairo Bissolato, Daniel de Souza Brito e Marinalva Maria da Glória.

Aos professores do curso de Mestrado.

Ao ex- professor da Faculdade Cásper Líbero, Prof^o Dr^o José Carlos Rocha de Carvalho.

Ao Prof^o Dr^o Cláudio Novaes Pinto Coelho pelo trabalho de orientação e compartilhamento de sabedoria e sobretudo ao incentivo em cada passo da pesquisa.

Para as Prof^a Dr^a Rosana de Lima Soares e Prof^a Dr^a Heloíza Gomes de Matos pela generosidade das indicações propostas na ocasião do exame de qualificação.

A Lenita Aparecida Zapateiro, ao Bruno Zapateiro Silva, ao Felipe Sanches da Silva, ao Diego Sanches da Silva e a Kelly Sanches da Silva pela compreensão da ausência familiar.

Resumo

Este trabalho analisa a temática ambiental Amazônia no jornalismo impresso paulista a partir da metodologia de análise de conteúdo dos textos publicados nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Compreendemos a natureza contemporânea da região amazônica como resultado expressivo de transformações ocorridas na sociedade determinadas pelo paradigma do desenvolvimento predatório.

O objetivo é contribuir para a análise do problema amazônico e sua interface com a mídia e constatar os principais interesses, polêmicas e conceitos divulgados pela mídia, e identificar como a Amazônia é retratada nos dois maiores veículos de comunicação de São Paulo.

O trabalho tem sua base teórica fundamentada na comunicação de massa e na análise do processo de construção da notícia ancorada na tematização e em textos que abordam as relações do capitalismo e do mercado, assim como a crítica ao pós-modernismo e ao crescente processo de mercantilização da natureza. Reflete também sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, o desmatamento, as certificações, questão da internacionalização e soberania do território.

O trabalho detecta que estamos vivendo um período que caracterizamos como ambientalismo tardio em que os meios de comunicação de massa passam a incorporar em sua agenda a questão ambiental.

Palavras-chaves: jornalismo e meio ambiente; capitalismo tardio e ambientalismo tardio; contemporaneidade e comunicação.

Abstract

This work is an analysis of the Amazon environment in the journalism field. From the methodology of analysis of published texts in the newspapers. O Estado de S.Paulo e Folha de S. Paulo, we can comprehend the contemporary state of the amazon region reflects brought about by predatory development in the region.

The goal is to contribute with an analysis of the amazon problem and its interactions with the region. Also to identify the main interests, polemics, and concepts published through the media.

This work is based on a theory seen in texts published by O Estado de S. Paulo and Folha de S.Paulo that point the relationship between capitalism and development.

The work also have a critique on the post modernization and the growing process of mercantilism. A reflection about sustainable development, deforestation, certification, internacionalization issues and territory sovereignty is made.

This work detects the actual period that is dealing with an overdue environment concern therefore the communication and media try to address the problem including it to their agenda.

Keywords: journalism, environment, late capitalism, contemporaneous e communication.

Sumário

Introdução.....	13
-----------------	----

Capítulo I - Natureza, modernidade e comunicação

1.1 O homem e a natureza.....	18
1.2 O aparecimento da imprensa.....	25
1.3 Marx e a natureza.....	28
1.4 Modernidade, pós-modernidade e degradação.....	31

Capítulo II - A mercantilização da natureza e a mídia

2.1 Mercado não tem território.....	34
2.2 Mídia e meio ambiente.....	41
2.3 Meio ambiente, empresa, mercado e opinião pública.....	48
2.4 A tematização e a opinião pública.....	52
2.5 Linguagem e jornalismo.....	55

Capítulo III - Amazônia: o tema

3.1 Uma realidade e um tema complexo.....	59
3.2 O jornalismo e a questão amazônica.....	62
3.3 A Amazônia vista lá fora.....	66
3.4 A Contemporaneidade da Amazônia.....	69
3.5 A manipulação.....	72

Capítulo IV - Notícias da Amazônia

4.1.1 A metodologia da pesquisa: a opção pelo método de análise de conteúdo.....	82
4.1.2 A pré análise.....	83
4.1.3 A descrição analítica.....	91
4.1.4 A interpretação referencial: a análise crítica das matérias.....	99
4.1.5 Desmatamento e ação de madeireiras.....	99

4.5.2 A polêmica da internacionalização.....	119
4.5.3 Desenvolvimento Sustentável e Certificação.....	131
Considerações Finais.....	159
Referências Bibliográficas.....	165

Siglas

FSP – Folha de S. Paulo

OESP – O Estado de S. Paulo.

Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FSC – Forest Stewardship Council

WRM – World Rainforest Movement

Ipea - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ISA - Instituto Socioambiental

ONU – Organização das Nações Unidas.

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Introdução

A proposta deste trabalho é analisar como a temática ambiental aparece no jornalismo impresso paulista. Optamos pelo tema Amazônia como nosso objeto de estudo para investigar como são veiculadas as informações ambientais em veículos representativos da comunicação de massa e para tanto escolhemos os jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, ambos jornais tradicionais e com veiculação nacional.

Longe de querer esgotar o assunto, nosso objetivo primeiro é o de contribuir para o estudo e análise do problema amazônico e sua interface com a mídia.

Nossa primeira intenção do ponto de vista da comunicação era constatar os principais interesses explicitados através da mídia, e a identificação dos grupos que os sustentam, e a partir da identificação do alinhamento de grupos ou segmentos de mídia, levantar os principais argumentos apresentados como estratégia e disputa ideológica, assim como verificar em que medida as polêmicas sustentadas na mídia são utilizadas para impedir a revelação dos interesses reais e esconder aspectos de interesses objetivos para a adequada utilização da floresta.

Partindo da conceituação de Horkeimer (1980, p.117), que “teoria é o saber acumulado de tal forma que permite ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível” e em sintonia com a definição sobre imprensa e jornalismo de Marcondes (1984, p. 22) de que “difícilmente pode se imaginar a atividade jornalística nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista como algo muito distinto dele”, a nossa pesquisa tem sua base teórica fundamentada em textos que versam sobre as características do capitalismo e do mercado, assim como na crítica ao pós-modernismo e ao crescente processo de mercantilização da natureza empreendida Fredric Jameson.

Sobre a questão ambiental, o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a mercantilização da Amazônia, utilizamos como suporte autores como Berta Becker, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Jeremy Rifkin e Antonio Carlos Robert Moraes.

A partir desta teia de tramas, de cobiça, complexidade, diversidade, conflitos e controvérsias a Amazônia insere-se na polêmica ambiental que extrapola o território nacional e ganha

proporções internacionais. Em uma sociedade cada vez mais globalizada, as questões ambientais não poderiam deixar também de serem abarcadas pelos interesses do capitalismo.

O novo paradigma que se forma com base no conceito de desenvolvimento ecológico sustentável defronta-se com o velho conceito/modelo de desenvolvimento capitalista sustentado na idéia da subordinação da natureza pelo homem com vista a um progresso linear, evolucionista, baseada na cultura judaica cristã.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge neste cenário como um processo oriundo das reflexões ecológicas e como crítica ao modelo de capitalismo degradador com raízes marcadas historicamente no Iluminismo.

Há várias concepções de ambientalismo. Para efeito deste trabalho, o entendemos assim como o sociólogo Manuel Castells, que assim definiu o ambientalismo: “formas de comportamento coletivo que em seus discursos como na prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional predominante” (CASTELLS, 2001, p.143).

No capítulo I apresentamos um rápido painel histórico acerca da evolução do conceito de natureza, de como este conceito foi construído e moldado para garantir o “progresso” da sociedade. De Bacon a Marx, passando pelas idéias de Descartes, Hobbes e Rousseau procuramos realizar um rápido painel das idéias que embasaram a visão de mundo predominante. Relacionamos esta evolução da relação homem/natureza com o desenvolvimento da comunicação e da imprensa e observamos que os meios de comunicação passaram a serem vistos como uma nova forma de organizar a natureza.

O conceito de capitalismo tardio originalmente usado pelo economista belga Ernest Mandel e que designa as profundas transformações tecnológicas difundidas pelo capitalismo desde 1950 e as mutações culturais na década seguinte é resgatado por Fredric Jameson para analisar as mudanças ocorridas na sociedade moderna inaugurando o que Jameson denominou de pós-modernismo.

Para Ernest Mandel, que aliava seu trabalho intelectual com a militância política, a chamada Terceira Revolução Tecnológica foi propiciada em grande parte pelo estímulo às invenções decorrentes da Segunda Guerra Mundial e facilitada pela intervenção do Estado, com a finalidade de estimular e garantir a viabilização do capital privado, tendo como meta prioritária vencer a guerra e superar a crise das economias capitalistas, que, naquele contexto, entraram numa nova fase.

Fredric Jameson, em sua obra *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, propõe uma abordagem da cultura contemporânea compreendendo-a como parte integrante do modo de produção capitalista. Para Jameson, o pós-modernismo seria a lógica cultural desta nova fase do capitalismo: o capitalismo tardio.

Portanto, entendemos que estamos vivendo um período que caracterizamos como o do ambientalismo tardio, quando os meios de comunicação de massa passam a incorporar em sua agenda a questão ambiental. Não por compreendê-la em seus aspectos culturais, humanos e sociais, mas por constatarem que o ambiente é também uma mercadoria de grande valor e que precisa ser preservada para a reprodução do próprio capitalismo.

No capítulo II tratamos do processo de mercantilização do ambiente, da forte presença do mercado na sociedade capitalista globalizada e de como o meio ambiente passou a ser percebido como uma *commodity*. Tudo passa a ser encarado como mercadoria e ao discurso ecológico vai sendo agregado termos como: “pagar para manter”, “serviços ambientais”, “compensação financeira” etc. Todos os elementos naturais transformam-se em produtos rentáveis em mercadorias para serem colocados à venda.

Verificamos como as empresas incorporaram em suas agendas as questões ambientais envolvendo em suas estratégias questões como responsabilidade ambiental e melhoria do meio ambiente. A opinião pública passa a assimilar aspectos da preocupação ambiental como questão fundamental para a melhoria da sua qualidade de vida. Assim, o discurso ambiental ganha dimensão e é incorporado pela mídia, tornando-se um tema recorrente.

Percebemos, com base em autores como Luhmann, que a tematização permite uma aproximação da realidade com a opinião pública traduzindo o processo de reconhecimento e relevância dos grandes temas.

Entendemos que fora da linguagem nada existe. Compreendemos que perceber a linguagem como um meio que eleva a compreensão da comunicação é um passo decisivo para também compreender o jornalismo, pois em algum aspecto ela é uma articuladora de relações humanas e sociais.

Discutimos que a categoria básica para analisar a comunicação é a ideologia e ela deve ser investigada no nível das mensagens.

Entramos no Capítulo III relatando a complexidade do tema amazônico que envolve múltiplas facetas e atores. Dos que lutam pela preservação da floresta em pé (intocada) aos que

defendem a rapidez da exploração ambiental pelo lucro, a demanda do mercado. No meio desta luta surgem os que propõem alternativas ou modelos sustentáveis de desenvolvimento.

A contemporaneidade amazônica é o resultado expressivo de uma gama de transformações ocorridas na sociedade ditadas pelo paradigma do desenvolvimento predatório.

As diversidades e complexidades amazônicas alcançam os espaços midiáticos e por alcançarem este espaço, questionamos se – a princípio – há algum tipo de manipulação na informação jornalística. Para tentarmos observar este fato, recorreremos a autores como, Chomsky, Philippe Breton e Perseu Abramo que nos fornecem um mapa de como ocorre a manipulação midiática em várias esferas.

No capítulo IV realizamos a análise dos textos selecionados e narramos nosso processo de confecção da pesquisa. Utilizamos para análise das matérias o método proposto por Bardin de análise de conteúdo qualitativa das mensagens que apresenta três etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação.

De acordo com esta técnica, após uma leitura chamada de flutuante, passa-se para uma leitura mais exaustiva e repetida dos textos e, considerando os objetivos do estudo e as questões teóricas apontadas, ordena-se e classifica-se o teor do texto final que constitui o chamado *corpus* de análise, e daí vão emergindo vários outros temas, que após atenta análise resulta no rol final de temas.

Os textos foram observados, analisados e classificados em categorias para melhor compreender o conteúdo de suas mensagens. Entendemos que dialeticamente a investigação deve ser minuciosa, mas que não é um método de redução. A investigação é mais: é o desenvolvimento explicativo dos fenômenos das mensagens procurando desvendar suas nuances ideológicas. Entendemos, assim como Abramo (2003, p.43) que os órgãos de comunicação e a Indústria Cultural “de que fazem parte, estão submetidos à lógica econômica do capitalismo”. O capitalismo opera com a lógica do poder político e é dentro desta lógica que encontramos a explicação para os fenômenos de manipulação jornalística.

Expressamos neste trabalho a questão da tematização, como uma noção que para Bardin (1977, p.105) é a da “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Nesta operação, o texto a ser trabalhado “pode ser recortado em idéias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis” (BARDIN, 1977, p.105).

Da análise das matérias selecionadas para nossa pesquisa, dividimos os textos do nosso *corpus* em 3 categorias temáticas que emergiram durante o processo de estudo. Desmatamento e queimadas; internacionalização e soberania nacional; desenvolvimento sustentável e certificações foram as três categorias que surgiram no desenvolver da pesquisa.

Em nossas considerações finais destacamos a emergência de um novo modelo de apropriação das questões ambientais pelo capitalismo tardio. Enfatizamos que a cobertura contemporânea da Amazônia ainda está fora do foco da mídia, que precisa compreender e desnudar os vários sujeitos amazônicos.

Capítulo I

Natureza, modernidade e comunicação

1.1 O homem e a natureza

O que hoje entendemos e denominamos como ambientalismo, ou preocupação com o meio ambiente, não existia há 300 ou 200 anos atrás. Mesmo até a metade do século XX a expressão ambientalismo e o entendimento sobre o assunto existiam apenas nos discursos de poucos especialistas. De fato já existia até meados do século passado quase tudo o que conhecemos como “destruição do meio ambiente”, porém não denominado dessa forma.

Catástrofes ambientais certamente já ocorreram nos séculos passados, mas não eram reconhecidas como uma ameaça para a humanidade e para o progresso da sociedade assim como conhecemos e entendemos na atualidade.

Por certo destruir a natureza fazia parte do processo civilizatório. O homem evoluiu depredando. A própria história da formação da nação brasileira é baseada neste processo depredador. Teria o homem conhecimento de que o desmatamento, a erosão do solo e o lançamento de lixo nos esgotos poderiam trazer danos ambientais? Teria o homem daquela época condições de perceber o perigo da degradação ambiental?

O historiador Keith Thomas em seu livro *O Homem e o mundo natural* apresenta um painel do desenvolvimento da urbanidade e das preocupações ecológicas. O livro é um estudo enciclopédico sobre a relação do homem com animais e plantas, onde o autor tenta desvendar porque comemos, porque plantamos, porque gostamos deste ou daqueles animais. No início de sua obra, o autor apresenta uma questão interessante:

Há apenas poucos séculos atrás, a mera idéia de resistir à agricultura, ao invés de estimulá-la, pareceria ininteligível. Como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem? (THOMAS, 1989, p.7).

Para o historiador, que analisou o comportamento do homem inglês de 1500 à 1800, a visão predominante era de que o mundo fora criado para servir ao homem e seus desejos, o que já é dado desde o Gênesis (IX, 1-3). Por certo a idéia bíblica da dominação da natureza fundamentou a consciência das pessoas durante centenas de anos e estabeleceu nossos hábitos alimentares e uma visão de mundo que ainda é predominante em muitas culturas. Mas

também incrementou a idéia do conhecimento imutável onde nada existe ou acontece se não for dentro da vontade expressa de Deus.

Para Thomas, a natureza foi classificada segundo sua utilidade para os homens. Terra boa e bonita era sinônima de terra bem cultivada. As montanhas improdutivas, por exemplo, eram vistas de forma pejorativas, esteticamente horrendas.

As montanhas que em meados do século XVII eram odiadas como “estéreis”, “deformidades”, “verrugas”, “furúnculos”, “monstruosidades”, “excrescências”, “refugio de terra”, “pudenda da Natureza”, tinham se transformado, cerca de um século depois, em objetos da mais elevada admiração estética (THOMAS, 1989, p. 307).

Cria-se, portanto, a partir do século XVIII uma visão estética da natureza que seria mais tarde idealizada por poetas, pintores e escritores como uma visão de um mundo saudável, harmônico e estável.

O filósofo inglês Francis Bacon (1501-1626) ficou conhecido, por um amplo setor do ambientalismo, como o pensador que via a natureza como "a prostituta de todos" e que fazia um chamado a todas as futuras gerações para "domesticar", "ajustar", "moldar" e "configurar" a natureza, como pretexto para o homem tornar-se o senhor soberano, indiscutível, do mundo físico. Bacon fundamentava seu pensamento nas possibilidades tecnológicas de construção de uma nova sociedade de acordo com a natureza do homem real e com sua capacidade para controlar as leis naturais descobertas pela ciência. Para o filósofo inglês, a natureza, algo exterior ao homem, tinha que ser dominada. Bacon também ficou famoso por cunhar a expressão “informação é poder” sendo, assim, um precursor da importância da comunicação.

Segundo Burke (2004, p.28), Bacon considerava o trio imprensa-pólvora-bússula o fator que “mudou o estado e a face das coisas em todo mundo”.

Com Bacon inicia-se o fundamento moderno da infinitude do desenvolvimento e dos recursos naturais. Jeremy Rifkin (1999)¹ afirma que Bacon foi o fundador da ciência moderna, que instigou as futuras gerações a "ajustar", "moldar" e "configurar" a natureza, de modo a "ampliar as fronteiras do império humano para a realização de tudo que é possível".

¹ Em *O século da biotecnologia*, Rifkin, que já havia produzido uma obra polêmica (*O Fim do Emprego*), escreve uma obra controversa sobre a engenharia genética e seu futuro. Diz que o gene não é uma invenção e sim uma descoberta da natureza, afirma que encontrar novas e mais poderosas forças para controlar e utilizar a natureza com finalidades utilitárias e comerciais tem sido o sonho máximo e o tema central desde a Idade Média.

Bacon possuía uma noção de sociedade inteiramente regulada por métodos científicos. O progresso baconiano é fruto de um grupo de técnicos, que estuda “a natureza recorrente ao método experimental. A natureza deve ser obrigada a revelar seus segredos para que o homem possa utilizar em seu benefício” (MELO, 2001, p.120).

O filósofo inglês estabeleceu os fundamentos para o Iluminismo que viria em seguida fornecendo, segundo Rifkin, uma visão sistemática da ascendência final da humanidade sobre a natureza.

Para Rifkin (1999, p.238) Bacon armado de seu método científico, “estava convencido de que tínhamos, finalmente, uma metodologia que permitiria "conquistar e subjugar" a natureza e "abalar até suas fundações”.

O pensamento do filósofo inglês também sofreu a crítica impiedosa dos teóricos críticos Horkheimer e Adorno no encerramento do texto *O Conceito de Esclarecimento*

Hoje, quando a utopia baconiana de “impor na prática sobre a natureza” se realizou numa escala telúrica, tornou-se manifesta a essência da coação que ele atribuía à natureza não dominada. Era a própria dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.52).

Os teóricos alemães criticam esta forma de saber baconiano de crer na superioridade do homem. O crítico literário Fredric Jameson (1994, p.59) chamou a atenção para a maneira “quase ecológica” que Horkheimer e Adorno trabalharam o Iluminismo em a *Dialética do Esclarecimento*.

entre os marxistas ocidentais, só a Escola de Frankfurt meditou sobre a dominação da Natureza e pode ser contada entre os ancestrais filosóficos do movimento ecologista, e que também contribuiu para se pensarem os direitos animais. A longa nota sobre "O Homem e o Animal" em apêndice à *Dialética do esclarecimento*, e que talvez deva ser atribuída a Horkheimer, é com certeza uma das mais centrais "constelações" dessa obra (embora Adorno incluisse reflexões dignas de nota sobre os animais em *Mínima Moral*) (JAMESON, 1997, p.129).

Segundo os teóricos alemães, que entendiam o Iluminismo como totalitário, “o esclarecimento se relaciona com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece as coisas na medida em que pode manipulá-los” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.24).

Adorno, um dos expoentes da Teoria Crítica, tinha uma visão de natureza inseparável da cultura

O conceito de natureza de Adorno não se separa da cultura, por isso é possível para ele pensar a relação entre cultura ou civilização e barbárie, entre história e proto-história, entre mundo do significado e do sem significado (TIBURI, 2001, p.45).

No século XVII, as mudanças revolucionárias foram implementadas e complementadas por René Descartes, considerado o pai do racionalismo moderno. Descartes foi o criador do método analítico, entendido como o método baseado na observação das leis da natureza, diferente do método analítico de hoje, que diz respeito à observação dos fatos sociais ou valores. Com Descartes, estamos no início da chamada ideologia burguesa onde o saber passa a ter um papel importante na história do mundo moderno.

Descartes herda do século XVI, mais precisamente de Francis Bacon, a idéia de que o homem está destinado não apenas a contemplar, através do conhecimento, os segredos da natureza, mas também a dominá-los. O que distingue o homem não é apenas a compreensão que ele pode obter das coisas que o rodeiam, mas sobretudo o domínio que pode impor a essas coisas, fazendo do conhecimento da natureza um meio de colocá-lo a seu serviço (SILVA, 1993, p. 94).

Descartes, segundo Hannah Arendt (1993, p.286), inaugura a forma moderna e universal de filosofar, “esta forma moderna de duvidar” como enfatizou a pensadora alemã. O filósofo francês rejeita todo conhecimento que é meramente provável e considera que só se deve acreditar “naquelas coisas que são perfeitamente conhecidas e sobre as quais não pode haver dúvidas”. O corpo cartesiano é apenas uma máquina. Em sua concepção, o universo material e os organismos vivos eram máquinas, e a natureza era regulada por leis mecânicas. Esta metáfora da máquina é posteriormente projetada para a visão de Isaac Newton (1642-1727), que forneceu as bases da Mecânica Clássica estabelecendo uma visão do mundo como uma espetacular máquina perfeita, movida por leis causais determinadas, em última instância, por seu Divino criador: as leis de Deus. O pensamento newtoniano dominou o pensamento científico até o fim do século XIX.

Descartes, que exerce grande influência no modo de pensar ocidental, formula um pensamento filosófico dualista, admitindo duas realidades, a *res cogitans* (o reino da mente, ou a “coisa pensante”) e a *res extensa* (o reino da matéria, ou “as partes mecânicas”), o que

permitiu aos cientistas tratar a matéria como inerte, morta. Descartes tinha como projeto atingir, no que se refere à mente, o mesmo grau de precisão lógica: “penso, logo existo”².

Para Descartes, a natureza é apenas um recurso, ou um bem a ser apropriado. Se o homem é o centro do mundo, a natureza deve servi-lo. Nesta visão, homem e natureza são opostos. Todos os cientistas, filósofos, matemáticos e engenheiros que beberam da fonte cartesiana, reduziram a vida e a natureza a fenômenos simplesmente mensuráveis.

Para Keith Thomas (1982, p.42), o filósofo Descartes apenas levaria a insistência européia no abismo entre o homem e os animais até a sua conclusão lógica: “um Deus transcendente, externo à sua criação, simbolizava a separação entre espírito e natureza. O homem estava para o animal como o céu estava para a terra, a lama para o corpo, a cultura para a natureza”.

Damásio ao final de uma obra em que mostra como a ausência de emoção e sentimentos pode destruir a racionalidade, critica a visão dualista com a qual Descartes separa a mente do cérebro e do corpo. Para Damásio (1996, p.279), o “penso, logo existo” sugere que “pensar e ter consciência do pensar são os verdadeiros substratos de existir”.

O filósofo Locke segue os passos empíricos de Bacon, reformulando-os e ficando no meio do caminho de Hobbes e Rousseau. Para Locke, a idéia de propriedade surge quando o homem olha algo, decide pegar e dizer que é seu. A idéia de propriedade é dada pelo homem, a natureza está somente à serviço dele. O homem não se confunde com a própria natureza, porque o homem é o ser principal sobre a terra e a natureza só está ali para servi-lo. E de preferência, bem servido! É direito do homem dispor, trocar, alienar ou conservar “sua vida por meio da apropriação dos produtos naturais da terra”.³

Para Rifkin (1999, p.187) a idéia de autoria também caminhou junto com a noção de posse das próprias palavras. “A idéia de John Locke sobre o valor do trabalho e das idéias de cada

² *Cogito ergo sum* (penso, logo existo) é a famosa frase de Descartes, assim delimitada pelo filósofo: “E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa do que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava”. Descartes (1979, p.46).

³ BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 84.

pessoa no mercado de trabalho, um dos dogmas fundamentais do capitalismo, deve muito à mudança de consciência trazida pela idéia de autoria pessoal e lei de direitos de cópias”.

Hobbes (1588-1679), filósofo que investigou a essência do Estado moderno, fornece a idéia de que a transição para o social faz-se à custa do total aniquilamento do natural. Para Hobbes, no estado natural o homem era livre, egoísta, igual em capacidade a todos os outros: o homem era o lobo do homem.

Para Ribeiro (2004, p.209) o homem natural hobbesiano “é integralmente socializado, só que mal socializado. Quer os bens do outro, e mata se não os tiver”. Na leitura de Ribeiro, em Hobbes nunca existe um “antes” da sociedade, ou não há o assim chamado “estado de natureza”, mas sim a “condição natural da humanidade”.

O pensador francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) afirma que o homem nasce essencialmente bom, desprovido do vício e de qualquer forma de egoísmo. A vida social é que corrompe o homem. A sociedade civil e não o estado da natureza é o que prevalece na ótica de Rousseau.

Lourival Gomes Machado, destacava na década de 50 que o contrato social “nada mais é do que a transposição, para o plano da consciência, da realidade social e a formulação explícita, em regra racionalmente formulada e voluntariamente aceita, do processo natural da formação dos grupos e da transformação do indivíduo pelas relações sociais” (MACHADO, 1954, p.103).

Segundo Lourival Gomes Machado, um dos primeiros estudiosos de Rousseau no Brasil, foi Diderot quem na Enciclopédia opôs, pela primeira vez, e de forma simplista, o pensamento de Rousseau ao de Hobbes. Para Diderot, um (Rousseau) julga o homem bom por natureza, e o outro (Hobbes) o julga mau. “Segundo o filósofo de Genebra, o estado da natureza é um estado de paz, segundo o filósofo de Malmersbury, é um estado de guerra” (Diderot citado por MACHADO, 1954, p. 29).

Para Mattelart (2002, p.6), os iluministas estiveram entre os “primeiros a formular uma problemática da comunicação associada a um espaço nacional”. Estes engenheiros civis que traçam estradas, pontes e canais acreditavam que ao domesticar a natureza selvagem estavam contribuindo para o triunfo da natureza civilizada. Processo não muito diferente dos dias atuais.

Com o Iluminismo a natureza cede lugar à razão. Prepara o terreno para a domesticação da “natureza selvagem” e pavimenta uma história cuja ideologia nos remete ao passado, ao individualismo e a racionalização.

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, da condição e potencial do processo de produção (LEFF, 2004, p.15).

Forja-se a idéia de “desenvolvimento”, do progresso linear com o passar do tempo, do movimento retilíneo da história. Ser desenvolvido passa a ser sinônimo de urbano, industrial, de tudo que nos afasta da idéia da presença da natureza. Nessa ótica, ser desenvolvido é ser o cidadão ligado às questões metropolitanas, urbanas e sem raízes com o rural. Nessa visão, os ambientalistas passam a ser vistos e acusados como os que querem retornar ao passado, os saudosistas de um período romântico. A “velha” natureza passa a ser vista como a paisagem para ser apreciada, o espaço fantástico e maravilhoso da floresta, criando assim o mito da floresta intocável, algo que deve ser preservado. Porto-Gonçalves (2004, p.24) afirma que a idéia de progresso é “de tal forma parte da hegemonia cultural tecida a partir do Iluminismo, que mesmo aqueles que se consideram os maiores críticos da vertente burguesa da modernidade- isto é- do capitalismo, se assumem como *progressistas*”.

A chamada Revolução Industrial, que ocorreu inicialmente na Inglaterra a partir de 1779, é o momento chave da evolução das técnicas e desencadeou uma série de mudanças que afetaram todas as esferas da sociedade. Com o advento da indústria se acentua o desenvolvimento de um modelo poluidor, baseado no desperdício e na destruição das fontes de sustentação da vida.

A Revolução Industrial é o momento em que Santos (1996, p.138) classifica de um marco definitivo, o “momento de grande aceleração, ponto de partida para transformações consideráveis”. A partir deste momento com o “nascimento” da modernidade, a natureza passa a ser vista como se fosse um recurso inesgotável para o homem produzir e explorar. Com o domínio das técnicas, o “saber é poder” de Bacon é levado às últimas conseqüências. É o impulso para um mundo urbano e industrial.

Com a Revolução Industrial surge a “massa”, as grandes concentrações de pessoas que foram sendo formadas próximas das grandes cidades. Com o fim do feudalismo, dá-se o esvaziamento dos campos da Europa e a formação do operariado. Surge uma multidão de miseráveis e um aumento significativo da pobreza assim como aparecem os primeiros sintomas da poluição ambiental.

As mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes deste período alteraram radicalmente as relações entre os homens e as relações dos homens com a natureza.

Salienta-se que a noção de progresso que emergiu no interior do pensamento científico quando da Revolução Industrial, adquiriu primazia sobre todas as idéias antes socialmente aceitas. Isso ocorreu com tal intensidade que outras idéias, como as de felicidade, paz, igualdade, justiça, soberania, embora mais antigas que a idéia de progresso, passaram a ser vistas como uma de suas conseqüências (MELO, 2001, p.120).

Como vimos anteriormente, com a passagem da manufatura para o trabalho mecanizado, a Revolução Industrial trouxe também o fenômeno da urbanização. A indústria proporciona uma incrível e radical mudança na geografia social, sobretudo com o advento da máquina a vapor, provocando enormes efeitos ecológicos “na medida em que se dissocia o lugar onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.28) e não somente, pois estas populações vão tomando lugares onde antes havia lavoura, floresta, morros, populações indígenas, etc. Ao ocuparem estes espaços sem nenhuma planificação e sem infra-estrutura de saneamento aprofunda-se os problemas sócio ambientais nas metrópoles.

1.2 O aparecimento da imprensa

A invenção, no século XV, da máquina de imprimir, tornou possível a reprodução de cópias idênticas. Estava instaurado um mercado comercial para a informação e o conhecimento.

Segundo Mattelart (2002, p.16) “a invenção da comunicação como ideal ocorreu sob o signo das idéias de modernidade e perfectibilidade das sociedades humanas. Ele é fruto da esperança no futuro”.

O homem burguês de posse da ciência e da tecnologia aprende, com a ajuda da imprensa, a organizar a natureza. Com o suporte das novas técnicas, o homem percebe que pode transformar as relações de trabalho, manipular a matéria e de posse dela conformar e controlar

a sociedade e o ambiente ao mesmo tempo. Amplia-se o processo de “domar” a natureza com a abertura dos oceanos, do processo de mercantilização. Nas palavras de Giddens (1991, p.69) este processo parece não ter terminado, “na forma da biotecnologia, os avanços técnicos afetam nossa própria constituição física como seres humanos, bem como o meio natural em que vivemos”.

A comunicação de massas se constitui em sistema a partir da invenção da impressora, diferenciando-se do sistema anterior – a fala.

Depois da passagem à comunicação escrita e do desaparecimento da situação que garantia a unidade de um acontecimento comunicativo, tudo começou a girar em torno da questão de poder garantir pelo menos o enunciado como uma unidade de sentido dentro do âmbito da comunicação escrita e sobretudo impressa (LUHMANN, 1992, p.147).

Segundo Rifkin (1999, p.185) a imprensa possibilitou a cultura comercial de “contrato” ao permitir “que os mercadores e os capitalistas coordenassem, cada vez mais, a complexa atividade de mercado e se mantivessem informados, a respeito das transações comerciais mais distantes”.

A imprensa, segundo Rifkin, criou o arquétipo para uma nova forma de organizar a natureza, introduziu a idéia de montagem, separou o alfabeto em unidades padronizadas, uniformes, intercambiáveis e reutilizáveis. Redefiniu a forma como os seres humanos organizam o conhecimento, substituindo a memória humana por tabelas e mapas. Preparou sucessivas gerações com ferramentas de comunicação necessárias para administrar as complexidades de um mercado moderno.

Com a criação da rotativa e da produção de jornais em massa, o que resultou num fantástico aumento da produção, “o jornalismo deixou de ser tão livre, descomprometido, espaço aberto a toda e qualquer manifestação dos agentes sociais, tornando-se produto “trabalhado”, voltado ao mercado, dependente dos gostos e do interesse de uma ampla massa de consumidores”⁴.

Segundo Marcondes (1986, p.56) o surgimento do jornal está “subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica”.

Portanto, o comércio está relacionado com o avanço no processo de dominação da natureza e o surgimento da imprensa e do jornalismo está intimamente ligado ao desenvolvimento das atividades mercantis.

⁴ Filho, Ciro Marcondes. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

Segundo Genro Filho (1989, p.181) “a informação jornalística, vale insistir, e a base técnica para a sua produção (imprensa, rádio, TV) nasceram no bojo do mesmo processo de desenvolvimento das relações mercantis”.

No entendimento de Marshall (2003, p.6), os jornais e as notícias são frutos de uma mesma lógica, a do interesse em desenvolver um negócio lucrativo. Frutos da lógica da “mercantilização de produtos”.

Matellart (2002, p.47) destaca que o século XIX inventa a *news* e, “com ela o ideal da informação instantânea”. Este é o período que surge os primeiros produtos culturais de massas.

Como lembra Hohlfeldt ao comentar a chamada Indústria Cultural

O século XIX, de fato, viu nascer a industrialização cultural, e a comunicação, graças às conquistas industriais e ao imenso alargamento dos públicos que, ao mesmo tempo, desdobravam-se e se especializavam. A imprensa, definitivamente, tornava-se uma mercadoria dentro do sistema capitalista (HOHLFELDT, 2001, p.93).

No século XX a cultura de massa, como bem demonstraram os integrantes da Escola de Frankfurt, passa a seduzir, manipular e homogeneizar os padrões e valores sociais. O consumidor passa a ser “objeto” estetizado.

Na contemporaneidade, a comunicação assume um papel despótico, totalitário que apropriados pelas grandes corporações midiáticas ou por alguns estados são instrumentos de manipulação ideológica.

Isso é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômico e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia (SANTOS, 2000, p.39).

Os meios de comunicação de massa passam a desempenhar um papel de extrema importância para a manutenção deste sistema capitalista e na contemporaneidade pela ideologia neoliberal que ao distinguir o ser humano exclusivamente pela ótica mercantil “leva às últimas conseqüências o princípio organizador da vida econômica” (COELHO, 2003, p.13).

1.3 Marx e a natureza

O marxismo apesar de ser uma rica fonte metodológica para os assuntos ambientais, é acusado por uma parte dos autores ambientalistas de ser uma teoria e uma filosofia que não contribui para estas questões. Acusam o marxismo de ser antropocêntrico e produtivista.

Marx e Engels trataram, à sua forma e época, de aspectos inerentes à relação do homem com a natureza.

Segundo Santos (1996, p.58), nos *Manuscritos*, Marx se referia à natureza “como o corpo inorgânico do homem, lugar das trocas recíprocas das quais a sociedade retira os meios de sua reprodução”.

Para Engels, “o homem modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, **domina-a**”⁵. É o trabalho que produz esta diferença. Marx, segundo Foster, usou o conceito de metabolismo social para descrever a relação do homem com a natureza. Metabolismo entendido pelo processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e ao fazê-lo transforma a natureza interna. O trabalho é, então, o mediador universal desta relação. Nas palavras de Marx, “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p.149).

SOAREZ de OLIVEIRA (2002) destaca que o conceito de metabolismo foi adotado por Marx para

possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho.

Para Marx, a natureza e suas leis subsistem independentemente da consciência e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais. A natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza.

Em *O Capital*, Marx inicia seu longo estudo sobre o capitalismo mostrando como a riqueza é, em primeira instância, “natureza adaptada as necessidades humanas; e é explícito quando afirma que não se trata somente de necessidades materiais, mas também as puramente espirituais devem ser satisfeitas a partir da riqueza natural” (FOLADORI, 2005, p.110).

⁵ ENGELS. Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Obras Escolhidas. Editora Alpha-Omega. Volume 2. s/d. Ali está fundamentado, em simples palavras, que o trabalho é a fonte de toda a riqueza.

Tanto Marx como Engels estavam convencidos de que a sociedade capitalista era econômica e politicamente insustentável.

Para Marx, a sociedade capitalista é baseada na produção de mercadorias e a natureza é valorizada se puder ser trocada por dinheiro, ou por outra mercadoria.

Em *O Capital*, Marx (1983, p.45) observa com propriedade que “a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transportes”.

O fluxo de informações seguiu o fluxo do comércio, a mercadoria no entendimento marxista é a forma elementar de satisfazer as necessidades humanas.

Marx para alguns ambientalistas não tinha nenhum interesse pela natureza. Segundo Foladori (2005, p.107) “é curioso que os mesmos ambientalistas que hoje buscam uma relação mais harmônica com o meio ambiente são aqueles que acusam Marx de desinteresse pela natureza”.

A idéia de Marx de que a sociedade se transforma pelo desenvolvimento de contradições é essencial para compreender a sociedade contemporânea, e a análise que fez da contradição que assegura a exploração do trabalho nas sociedades capitalistas continua a ser genericamente válida. O que Marx não viu foi a articulação entre a exploração do trabalho e a destruição da natureza e, portanto, a articulação entre as contradições que produzem uma e outra (SOUZA SANTOS, 1997, p.44).

Na atualidade o pensamento de Marx é ainda aceito, porém muitos ecologistas de hoje “vêm as coisas de maneira diferente apenas no sentido de que agora se sabe que a destruição ecológica global desempenhará um papel fundamental no jogo final do capitalismo” (FOSTER, 2005, p.173).

Há uma corrente nova, o ecossocialismo, que propõe uma ruptura com as imposições da lógica de mercado, superando a lógica da fragmentação da especialização e do conhecimento.

Nas palavras de Souza Santos (1997, p.336) o ecossocialismo é o paradigma emergente caracterizado como o desenvolvimento social que pode ser aferido pelo modo “como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, a nível global, quanto mais diverso e menos desigual”.

O ecossocialismo prega o resgate histórico da luta pela justiça social, pela democracia como valor essencial e pelo direito à diferença. Prega uma nova utopia em que a defesa da vida não se restringe apenas à defesa da vida humana. Um meio ambiente saudável é incompatível com o capitalismo, sendo assim, para os ecossocialistas, o homem deve romper com as duas vertentes capitalistas: a neoliberal e a social-democrata. O mercado e o lucro devem deixar de ser a base constitutiva dos valores da humanidade. A lógica do mercado deve ser abandonada.

Pela ótica ecossocialista o desenvolvimento auto-sustentável e capitalismo são incompatíveis. Nessa visão, o mercado não gosta dos pobres e nem da justiça social (que gera lucros imediatos). O ecossocialismo questiona a matriz produtivista e consumista e propõe um redirecionamento da produção-consumo que vise superar a miséria.

Michael Löwy, um dos autores do *Manifesto Ecossocialista*, prega uma ruptura com a ideologia produtivista do progresso em sua forma capitalista e/ou burocrática - e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo incompatível com a proteção da natureza.

A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que toma em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais. Não se trata de opor os "maus" capitalistas ecocidas aos "bons" capitalistas verdes: é o próprio sistema, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é destruidor do meio ambiente (LÖWY, 2006).

Esta corrente prega, portanto, a derrubada definitiva do sistema capitalista, a diversidade cultural e a criação de comunas auto-sustentáveis, quando a promoção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária, onde num ambiente de democracia, os seres humanos possam conviver harmoniosamente entre si e com a natureza.

Löwy, brasileiro radicado na França há mais de 30 anos, destaca que o berço do movimento ecossocialista tem suas raízes nas lutas travadas no Brasil.

Uma figura que encarna de maneira exemplar o que é o combate do ecossocialismo é, evidentemente, Chico Mendes que, através da aliança que organizou entre os povos da floresta – seringueiros, comunidades indígenas, camponeses sem terra, conseguiu mobilizá-los, contra os latifundiários e contra as multinacionais, na defesa da floresta amazônica e por uma política extrativista que respeitasse o meio ambiente. Chico Mendes era um socialista

convicto, internacionalista, pensava o socialismo em escala mundial. Acho que devemos nos inspirar no belo exemplo de pensamento e de ação de Chico Mendes, que sacrificou a sua vida por esse ideal do socialismo ecológico, mostrando como é possível, a partir das necessidades concretas de uma população oprimida, se plantar a sementes desse futuro, desse socialismo ecológico, sementes desse comunismo solar (LÖWY, 2006, p.7).

1.4 – Modernidade, pós-modernidade e degradação

Vindo desde o Iluminismo, o projeto de modernidade baseado no progresso linear, perdeu o **eco** dando vez ao chamado mundo pós-moderno marcado pela multiplicidade de interpretações, visões fragmentadas, etc. O modernismo, segundo Jameson (2002, p.14) “se preocupava com o novo e tentava captar sua emergência”, era uma “crítica à mercadoria e uma forma de forçá-la a se autotranscender”.

O modernismo se caracterizava pela sua universalidade e retrata as transformações ocorridas pelo processo de industrialização e da urbanização acelerada. Configurou-se como um momento de experimentações e de utopias. O homem moderno substitui sua realidade vital por um paradigma tecnológico. O homem moderno perde a sua autonomia e limita sua capacidade de reflexão e passa a ser tratado como objeto e o saber é instrumentalizado.

Jameson apropriou-se do conceito de capitalismo tardio descrito por Ernest Mandel, economista belga, proposto num momento de inflexão do capitalismo, para denominar esta fase como pós-moderna.

A partir da década de 1940 os Estados Unidos apresentam um quadro de crescimento econômico que se impõe hegemônico e que se caracterizou também pela preponderância cultural e midiática ao “resto” do mundo.

O conceito de capitalismo tardio descreve a galáxia das estruturas econômicas, dos métodos de produção e dos substratos econômicos derivados da expansão da mercantilização nos domínios da Natureza, do Ego ou Inconsciente – em síntese um processo de reificação de conjunto das relações sociais. O capitalismo tardio designa, assim, as transformações tecnológicas difundidas desde 1950, bem como as mutações culturais que elas produziram desde os anos de 1960 (LOUÇÃ, 2000, p 16-17).

Jameson em sua teoria distingue três épocas de expansão do capitalismo. A primeira, o capitalismo de mercado que é baseado no incremento capital-industrial; o segundo, o

capitalismo monopolista ou imperialista e o terceiro, o capitalismo pós-moderno. Cada um destes momentos marcou uma expansão dialética com relação ao estágio anterior. Para Jameson, o capitalismo tardio, ou multinacional, ou de consumo ressalta uma ascensão das mídias e da propaganda.

Nesse aspecto, sentimo-nos tentados a falar de algo novo e historicamente original: a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza, ou seja, a destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela Revolução Verde e a ascensão das mídias e da indústria da propaganda (JAMESON, 2002, p.61)

Jameson, segundo Featherstone (1995, p.81) refere-se insistentemente ao pós-modernismo como uma lógica cultural do capitalismo tardio e sua análise é marcada por uma periodização cultural nítida, cujo modelo sintético desenvolvemos abaixo:

Periodização cultural, segundo Jameson

Período	Característica
Capitalismo de mercado	Realismo
Capitalismo monopolista	Modernismo
Capitalismo tardio	Pós-modernismo

Pelas palavras de Jameson (2002, p. 62), “fica claro que minha periodização cultural dos estágios do realismo, do modernismo e pós-modernismo é inspirada e confirmada pelo esquema tripartite de Mandel”. A cultura passa a mediar tudo na contemporaneidade.

O pós-modernismo é caracterizado pela sociedade de consumo; carregado de signos, mensagens e imagens; fragmentação do tempo em presentes perpétuos que provoca a perda da memória (esquizofrenia); pela existência dos hiper-espacos na arquitetura e transformação da realidade em imagens. O pós-modernismo realiza uma crítica antiutópica com características não totalizantes enquanto que o ambientalismo que veremos a seguir produz um discurso utópico e totalizante.

Avançando em sua teorização, Jameson (2002, p. 271) enfatiza que conceito de ideologia – tão afastado da crítica pós-moderna – precisa ser resgatado e aposta que ainda é preciso realizar uma análise ideológica da sociedade. O crítico argumenta que a “retórica do mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso de esquerda”.

Tratamos até aqui da evolução do conceito de natureza e do seu relacionamento com a comunicação. Antes, queremos reafirmar que a ecologia se impôs como tema nesse processo pós-moderno e que, no caso brasileiro, a Amazônia foi eleita como o principal tema.

Passaremos no capítulo seguinte a verificar o processo de mercantilização da natureza, da Amazônia e os reflexos deste processo na mídia diante de uma nova realidade onde os valores políticos, culturais e ambientais passaram a ser consumidos esteticamente, de forma fragmentada. Numa sociedade onde o que é “subversivo” é adaptado ao consumo e esvaziado do seu potencial original.

Capítulo II

A mercantilização da natureza e a mídia

2.1 Mercado não tem território

Até aqui falamos do desenvolvimento do conceito de natureza e da comunicação, mas não tocamos num tema que é fundamental para entendermos o estágio atual da sociedade: o papel do mercado.

Adam Smith (1723 - 1790), conforme Rosanvalon, acreditava que “espaço econômico é construído, e não geograficamente dado como o território”. É a extensão do mercado a chave da riqueza e a partir dessa perspectiva que deve ser compreendido o seu conceito de extensão do mercado. “A extensão do mercado não é definida por suas fronteiras ou por seus limites, é produzida desde o interior pelo sistema de comunicações e de localizações humanas” (ROSANVALLON, 2002, p.107).

Segundo Rosanvallon

O fantasma universalista, outrora vivo na imagem da cristandade, reencontra com Smith uma nova feição e um novo ímpeto de um modo radicalmente laicizado. É também neste sentido que Smith constitui uma das formas de realização completa da modernidade. A territorialização do mundo ocidental foi, com efeito, efetuada com a emergência dos Estados-nações” (ROSANVALLON, 2002, p. 112)

Em *A Grande Transformação*, Karl Polanyi assinalava que a comercialização da terra, do trabalho e do dinheiro, inexistente no mercantilismo, era a pré-condição para o surgimento da economia de mercado no século XIX, como a industrialização.

Aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais. Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza forma um todo articulado (POLANYI, 2000, p. 214).

Cabe aqui também a excelente leitura de François Houtard sobre o pensamento de Polanyi a respeito da capacidade do capitalismo em dar respostas as exigências mínimas da economia:

Karl Polanyi, economista norte-americano de origem húngara, compreendeu isso bem, quando explicou que o capitalismo rompeu o isolamento da economia com relação à sociedade. E seria bom acrescentar que o

capitalismo tende a impor as suas leis ao conjunto das atividades coletivas da humanidade (HOUTART, 2002, p.32).

Esta capacidade do capitalismo se impor em todas as esferas e sobrepor suas vontades pode ser medida através de uma entrevista, em que o geógrafo Aziz Ab'Saber afirma com ironia:

Desde algum tempo alguém quer lucrar com a poluição, há especulação com todos os espaços e todas as coisas. Todo espaço virou mercadoria, foi a melhor coisa que os geógrafos jovens fizeram, eles dizem a toda hora 'hoje todo espaço é mercadoria, se eu puder tirar dinheiro da pedra, eu tiro'.⁶

Água, ar e biodiversidade não foram criadas para a venda no mercado. São bens públicos. Mas estes elementos da natureza estão se transformando em mercadorias fictícias, como enfatiza Becker (2005, p.77). Fictícias por que esses bens não foram produzidos para serem vendidos no mercado. Mas mediante essa ficção geram-se mercados reais, como o “mercado do ar” que é a comercialização de créditos de carbono em âmbito global.

Diante disto fica a questão de Becker (2005, p.77): “o que é o protocolo de Kyoto⁷ se não o mercado do ar?”. Sua resposta: uma regulação onde se vendem cotas de ar para outro país continuar poluindo.

Basta abrir os jornais da Europa, por exemplo, para identificar a cada edição uma matéria cujo tema seja a mudança climática ou, principalmente, em fevereiro de 2005 período em que o assunto dominou a mídia brasileira. Vale lembrar que justamente nesta época entrou em vigor o tratado internacional, momento que ficou patente o desejo do mercado brasileiro em competir nesse novo negócio que é o mercado de carbono, ou o “mercado do ar”. Há vários projetos para o mercado de carbono ligados ao plantio de florestas, muitos já instalados no Brasil, vinculados sobretudo aos interesses das grandes corporações petrolíferas, com mediação do Banco Mundial e implementados por ONGs de origem nacional e ou internacional.

Os créditos de carbono são certificados que autorizam o direito de poluir. O princípio é simples: o Protocolo de Kyoto obrigou os países industrializados e responsáveis por 80% da

⁶ *Caros Amigos*, edição 53, São Paulo, agosto de 2001, página 34.

⁷ O Protocolo de Kyoto de dezembro de 1997 estabeleceu três mecanismos de flexibilização que guiaram as ações voltadas para o cumprimento dos acordos voltados para o combate ao efeito estufa. Os três mecanismos são: implementação conjunta; comércio de emissões e mecanismo de desenvolvimento limpo.

poluição mundial a diminuir suas emissões de gases formadores do efeito estufa, como o monóxido de carbono, enxofre e metano em 5,2%, base 1990, entre os anos de 2008 e 2012.

Segundo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sistema criado pela Organização das Nações Unidas, cada tonelada de gás carbônico (CO²) que deixar de ser emitida ou for removida da atmosfera por um país em desenvolvimento, como o Brasil, poderá ser negociada no mercado mundial, por meio da venda de um bônus chamado CER (Certificado de Emissões Reduzidas) .

Há várias empresas autorizadas pela ONU a desenvolverem projetos para redução de emissões de gases. As empresas poluidoras compram em bolsa ou diretamente das empresas empreendedoras as toneladas de carbono seqüestradas ou não emitidas através do CER.

Gasta-se uma quantidade enorme de dinheiro para implementar os mecanismos de certificação ambiental sem ainda ter uma certeza de que estes mecanismos sejam os mais eficazes para deter o desmatamento

O capitalismo que transformou a cultura em mercadoria, transforma a natureza, em toda a sua extensão biológica, em mercadoria.

Trata-se de uma nova fase do capitalismo, em que o campo da comunicação joga papel decisivo, pois não se trata apenas da imposição do modelo econômico. Estamos diante de um projeto político que deve estar instaurado em todo mundo, chamado projeto neoliberal (BACCEGA, 1998, p. 113).

Segundo Baccega (1998, p.113) o projeto neoliberal institui-se com o capitalismo tardio e “é um projeto que até permite o aparente jogo de oposições, uma vez que, contando com a ‘estetização’ dos meios, a efetividade dessas oposições é enfraquecida e/ou demolida”.

Ao mesmo tempo que o mercado agrega valor à natureza, este mesmo mercado dá mostras de preocupações com os destinos da humanidade na Terra tensionado pela força da chamada “opinião pública mundial. Tudo passa a ser medido como mercadoria. Propaga-se o estímulo ao consumo verde e em consequência desta ação, cresce a procura por “produtos verdes” ou ambientalmente saudáveis.

Os grandes grupos de comunicação no Brasil não deixam por menos, pelo mercado, direcionam seu jornalismo ambiental para temas que chamam a atenção da opinião pública

ou que possam proporcionar ao leitor uma formação opinativa acerca de assuntos de interesses econômicos (manejo sustentável, certificações ambientais etc).

As relações sociais e, no nosso objeto de estudo, a relação mídia e meio ambiente estão incrustadas na lógica do mercado que parece estar “provocando uma transformação generalizada dos padrões éticos, estéticos e culturais do universo da informação, reduzindo o jornalismo a uma simples esfera de sustentação para interesses eminentemente comerciais”. (MARSHALL, 2003, p.24).

Em 1 de abril de 2001, página A 22, a *Folha de S. Paulo* publica a matéria *Serviços Ambientais ganham o mercado*, de Cláudio Ângelo. Neste texto o discurso que está em voga é fundamentado. Os grifos são de nossa autoria.

Serviços ambientais ganham o mercado

01/04/2001 - Edição 26.296 Domingo, 01/04/2001

Autor: CLAUDIO ANGELO

Origem do texto: Enviado especial a Teresópolis

Editoria: CIÊNCIA Página: A22

Edição: Nacional Apr 1, 2001

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ECONOMIA VERDE

O capitalismo nunca esteve tão selvagem no bom sentido da palavra. Começa a surgir no planeta um mercado onde se trocam dólares pela quantidade de animais numa floresta, pelo carbono que as plantas retiram do ar ao crescer ou pela água que as matas ciliares ajudam a manter limpa. Esse mercado, o dos chamados serviços ambientais, não é delírio de ecoiitas. Seus profetas são economistas "mainstream" e cientistas de instituições importantes, como o Banco Mundial, a Universidade Stanford, nos Estados Unidos, e a ONG de pesquisas WRI (World Resources Institute).

Os mecanismos pelos quais esses serviços adquirem valor de troca também não são nenhuma mágica: o princípio de tudo é a principal lei da economia, a da oferta e da demanda.

"Coisas como a biodiversidade estão cada vez mais raras. Portanto, faz sentido que se pague por elas", afirma James Shields, da State Forests, a empresa pública que cuida das florestas do Estado de Nova Gales do Sul, Austrália.

Se você acha a afirmação exagerada, aí vai um dado: o Estado de Nova York (EUA) investiu US\$ 1 bilhão em um projeto de conservação das florestas das montanhas Catskill. Fazendo isso, o governo local espera economizar até US\$ 6 bilhões em estações de tratamento de água, pois aquelas montanhas concentram as nascentes que abastecem o Estado e a mata protege os mananciais contra poluição e assoreamento.

Na mesma linha, os moradores da cidade paulista de Piracicaba já pagam um centavo a mais em suas contas de água todo mês. O dinheiro banca a recuperação da mata ciliar no rio Capivari.

"Está se descobrindo que manejo sustentável dos mananciais pode ser mais barato", afirmou Nels Johnson, do WRI.

Johnson faz parte de um grupo de 50 especialistas que se reúne a cada semestre, desde maio de 2000, para buscar instrumentos de valoração dos serviços ambientais e trazê-los para o mercado. Batizado de Katoomba (em alusão à cidade australiana que sediou o primeiro encontro), o grupo, organizado pela ONG americana Forest Trends, teve sua terceira reunião no último fim-de-semana, em Teresópolis, RJ.

Mercado em expansão

Embora ainda seja difícil definir exatamente o que é um serviço ambiental (veja quais são os principais no quadro ao lado), os participantes do Katoomba acham que o potencial de mercado é grande. Um estudo apresentado durante o encontro pelo economista Joshua Bishop, do IIED (sigla em inglês para Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento), mostra que já existem no mundo 180 projetos de comércio desses serviços, dos quais 137 já receberam financiamento.

O dinheiro vem de fundos de investimento e até de empresas automobilísticas e governos.

A Costa Rica, por exemplo, banca a conservação de suas florestas com um imposto sobre combustíveis fósseis, que rende US\$ 100 mensais por hectare a cada proprietário rural com uma reserva de mata. "É o dobro do que eles ganhariam com pecuária", disse à Folha Luis Gamez, do Ministério do Ambiente daquele país.

Na Austrália, uma empresa chamada Earth Sanctuaries Ltd. tornou-se, no ano passado, a primeira companhia de biodiversidade no mundo a ser listada em bolsa de valores. Seu "business" é recuperar fauna e flora em áreas degradadas e cobrar pela visita. Seu dono, John Wamsley, famoso por andar com um chapéu de pele de gato animal exótico que, ao ser introduzido na Austrália, arrasou a fauna, conseguiu aprovar uma lei que lhe permite incluir animais selvagens como ativo (avaliado em US\$ 24 milhões).

As seguradoras também estão interessadas em investir em conservação. O inglês Phil Cottle, da empresa Partner Re, procura no Brasil madeiras interessadas num seguro florestal. O único pré-requisito para esse seguro (cujos prêmios, hoje, são de modestos US\$ 70 milhões) é ter o selo do FSC (Conselho de Manejo Florestal, na sigla em inglês). "As pessoas dizem que um seguro florestal contra fogo é inviável na Amazônia, porque chove muito. Bom, eu pensaria então em deslizamentos de terra", afirma.

Além de Kyoto

Mas nem só de água e biodiversidade vive o mercado ambiental.

Apesar do fiasco do Protocolo de Kyoto, acordo internacional sobre o clima sepultado na última quarta-feira por George W. Bush, o carbono nunca esteve tão próximo de virar commodity.

Diante da falta de mecanismos de governo, o comércio dos chamados créditos-carbono (leia texto à pág. 23) começa a ser implementado de baixo para cima, pela "mão invisível" da economia.

"O mercado não depende de jeito nenhum de Kyoto para funcionar", disse à Folha o economista Antônio Bueno, da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo.

O Fundo Protótipo de Carbono do Banco Mundial é um dos principais fomentadores dessa implementação precoce. Segundo seu gerente, Kenneth Newcombe, o fundo espera ter, até o meio do ano, US\$ 34 milhões investidos em projetos de geração alternativa de energia e sumidouros de carbono. Um deles é o mineiro Plantar, que planta eucaliptos para produzir carvão. "As ações iniciadas mais cedo podem ser reconhecidas um dia, num protocolo futuro", afirmou Newcombe.

Também interessada no mercado brasileiro de redução de emissões está a empresa americana Environmental Financial Products, que já dá consultoria a três projetos de geração de créditos-carbono nos Estados de Paraná, Amapá e Amazonas.

Apesar de tanto otimismo, o mercado de serviços ambientais ainda está verde no mau sentido. Não há padrões para medir a absorção de carbono, por exemplo. A ligação entre florestas e mananciais ainda é mal conhecida pela ciência. Pelo menos por enquanto, a oferta ultrapassa a demanda. E o Katoomba ainda não descobriu como será a relação do consumidor com esses serviços.

"Produtos florestais, como palmito, são algo que o consumidor paga mais fácil", disse Patrícia Moles, da A2R, única administradora de fundos ambientais do Brasil. "Os serviços ainda são uma parte abstrata do negócio."

O jornalista Claudio Angelo ficou hospedado em Teresópolis a convite da ONG Forest Trends.

No boxe ao lado desta matéria encontramos outra, do mesmo autor, intitulada *Fundo pode financiar conservação*. Neste texto encontramos o reforço necessário para a construção de processo de manipulação.

Um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, o desmatamento feito pelos pequenos proprietários rurais, pode estar a caminho de uma solução (grifo meu). Mas desta vez ninguém vai apelar para a consciência ecológica dos agricultores. A idéia é tocar um ponto bem mais sensível: o bolso.

Uma proposta a ser apresentada ainda este ano ao governo transforma um crédito agrícola em um fundo para financiar a conservação _o primeiro do país.

Na prática, isso significa que os pequenos agricultores, que detêm 15% das terras da Amazônia (e respondem por 30% do desmatamento), teriam parte de sua produção financiada pelos serviços ambientais prestados pela reserva legal de mata de suas propriedades. Um estímulo a menos para cortar e queimar a floresta.

Batizada de Proambiente, a idéia do fundo ambiental partiu das Fetags (Federações dos Trabalhadores na Agricultura) da Amazônia e foi apresentada por pesquisadores da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) no encontro do Grupo Katoomba, em Teresópolis, Rio de Janeiro.

Ela consiste em modificar o chamado FNO (Fundo Constitucional da Região Norte) de modo a incluir serviços ambientais como proteção de mananciais e sequestro de carbono. "A intenção é passar do sistema tradicional de corte e queima, ameaçado na Amazônia pela concentração de terras, para um sistema de produção agroflorestal permanente", disse Luciano Mattos, do Ipam.

O FNO beneficia atualmente 600 mil famílias em toda a região. O crédito é dado pelo Basa (Banco da Amazônia) na forma de um empréstimo para financiar a produção familiar, com um prazo de pagamento de cinco anos.

"Hoje um terço desses produtores está inadimplente, o que, em última análise, é um estímulo ao desmatamento", afirma o economista Carlos Young, da UFRJ. Para pagar o empréstimo, o agricultor se vê tentado a derrubar madeira, seu bem de maior liquidez.

A proposta do Proambiente é que os agricultores tenham um prazo de carência maior e só paguem uma parte do dinheiro do FNO ao Basa. A outra parte viria de um fundo, a ser criado, que pagaria os serviços prestados pela parcela de ecossistema preservada. Aliviando o agricultor, seria possível financiar outras atividades, como a pesca artesanal e o manejo de espécies nativas.

A intenção das Fetags e dos pesquisadores é implantar o fundo a partir de 2002. Para isso, no entanto, é preciso encontrar um mercado para os serviços da floresta, o que não é simples. Não há muita gente interessada em comprar água na Amazônia, onde o recurso (ainda) é abundante. O carbono sequestrado pelo desmatamento evitado é uma questão que o governo brasileiro ainda não resolveu, nem deseja. E, para piorar, é complicado monitorar a produção desses serviços.

Young aposta em buscar como clientes instituições como o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Mundial. Segundo ele, não sairia muito caro. "Não queremos criar uma linha de crédito, só modificar uma que já existe. Com R\$ 1 milhão você financia 10 mil famílias, em 50 mil hectares.

(CA)

O texto não faz nenhuma menção aos outros 70% de desmatamento ou sobre quem detém os outros 85% de terras.

O que se vê é uma profusão de expressões como “venda de oxigênio” e “venda de seqüestros de carbono”, “mercado de carbono”, “serviços ambientais”, “mercado verde” etc. De ONGs conservacionistas à agências de cooperação, passando por bancos privados, todos querem por a mão numa fatia deste bolo. A biodiversidade está à venda no balcão de negócios do Mercado. Os serviços ambientais, porém, não é propriedade do mercado e sim dos povos da floresta

Contudo, isso não é obstáculo para os vendedores e compradores de “serviços ambientais”, que lançam mão de dois mecanismos para apropriar-se do que não é deles. De um lado, grandes empresas -mal chamadas ONGs ambientalistas- como por exemplo The Nature Conservancy e Conservation International entre outras, adquirem os direitos e o controle sobre os territórios, seja através da compra de terras, seja através do manejo dos mal chamados projetos de conservação e expulsam as populações locais (geralmente povos indígenas ou tradicionais). A propriedade dos “serviços” passa então a suas mãos por inteiro, para serem logo comercializados no mercado internacional.

O segundo mecanismo consiste em conseguir, através da assinatura de um contrato com representantes das comunidades, o direito de usufruto da floresta e portanto de seus “serviços”. Tais contratos, em geral obtidos de

forma fraudulenta de populações desinformadas sobre o real alcance, outorgam aos compradores direitos ilimitados de uso sobre alguns ou todos os “serviços” que oferecem as florestas. Por um dinheirinho, os moradores enganados das florestas perdem a soberania sobre elas, passando a ser “manejadas” pelos vendedores e compradores de “serviços ambientais”.⁸

O mercado é tido para uns como sinônimo de liberdade e de democracia e qualquer tentativa de superá-la não passa de fundamentalismo. Para outros, o mercado é considerado uma religião; formaliza-se o mercado como o espaço do exercício das liberdades. Esta valorização levada aos bens ambientais significa a “sacralização” do mercado como princípio organizador da vida ecológica.

2.2 - Mídia e meio ambiente

Como já foi mencionado, entendemos o ambientalismo conforme a definição de Castells: “formas de comportamento coletivo que em seus discursos como na prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional predominante” (CASTELLS, 2001, p.143). Neste aspecto, o ambientalismo desempenha um papel de construtor de utopias.

Castells define a importância da mídia para as questões ambientais. É importante destacar que esta necessidade de aparecer na mídia não significa que há ambientalistas que só querem “aparecer”. É uma necessidade midiática exercida como uma função política denunciante. Esta política ambientalista é expressa, por exemplo, nas ações do Greenpeace, caracterizada como a maior organização ambientalista do mundo e “provavelmente a principal responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem uso de violência, e orientadas à mídia” (CASTELLS, 2002, p.150).

De acordo com Castells, o movimento ambientalista soube de maneira magistral utilizar as ferramentas da comunicação para mobilizar a opinião pública, sempre promovendo eventos midiáticos de impacto, aliando trabalho de base, militância e notável capacidade comunicacional.

Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que

⁸ Nota da WRM (World Rainforest Movement). < <http://www.wrm.org.uy/>> Acesso em 20/06/2006.

a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas (CASTELLS, 2001, p.161).

Para Castells, o ambientalismo foi hábil ao aproveitar das condições tecnológicas da comunicação e as suas organizações praticamente nasceram com um pé no sistema de comunicação globalizado. Diante desta habilidade, entidades como o Greenpeace têm desenvolvido ações/mobilizações midiáticas para chamar a atenção da opinião pública sobre diversos aspectos da defesa do meio ambiente.

Rubim classifica o Greenpeace como um dos exemplos mais expressivos para a verificação contemporânea dos enlaces entre mídia e política.

(...) Desde a sua origem há 25 anos nos Estados Unidos, passando por sua expansão européia e posterior globalização nos anos 80, o *Greenpeace* tem utilizado a *política da ação espetacular*, impregnada por cultivados *efeitos de mídia*(...) O acionamento de *ações espetaculares*, de acordo com Roberto Kishianami, diretor executivo no Brasil, através da exposição de conflitos e de tornar manifesta a espetacularidade existente na realidade - malgrado possíveis críticas ao não desenvolvimento de uma consciência ecológica e à ausência de participação das comunidades envolvidas -, permitiu, por exemplo, ao *Greenpeace* significativos resultados políticos em suas lutas pela preservação das baleias, contra o afundamento da plataforma da transnacional Shell no Mar do Norte e principalmente com o Acordo Internacional para Banimento dos Testes Nucleares, coroamento da luta mais antiga e inauguradora da entidade há 25 anos. Com se pode perceber a *ação espetacular* não desnutriu a política, antes foi agente potencializador eficaz de sua realização, em moldes atualíssimos.⁹

Nota-se, portanto, a partir da reflexão de Rubim, a utilização por parte de um setor do movimento ambientalista de uma estratégia de “ação espetacular” ou de “ações espetaculares” dando um caráter positivo à espetacularização da política do movimento. Para Rubim estas ações teve um efeito positivo na demarcação da luta ecológica.

Podemos perceber a ocorrência de um sincronismo entre a vontade estratégica midiática de aparecer de alguns grupos ambientalistas (necessidade política) e a voracidade, ou o desejo de expansão da mídia (necessidade econômica) sobre as questões relacionadas com o meio

⁹ RUBIM, Antonio Albino Canelas. As novas configurações da política na idade mídia: os neo-zapatistas <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/novasneozapat.htm>> Acesso em 16/06/2006.

ambiente. Parece uma simbiose perfeita e espetacular. Porém, em alguns casos, pode beirar a ingenuidade. Será que a grande imprensa irá desvendar as possíveis promiscuidades que há entre os órgãos ambientais e as indústrias, por exemplo?

Tomada de assalto pela necessidade de comunicar os desastres ambientais, a mídia e o mercado assumem e incorporam ao seu elenco de mensagens palavras como construção sustentável, responsabilidade social e ambiental, produção limpa, combate ao desperdício e compromisso ambiental. Este conjunto da estratégia ambiental incorporou-se à dinâmica do mercado e a variável ambiental incorporou-se nos balanços de empresas potencialmente poluidoras.

Grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados. Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região. Sem sombra de dúvida, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste (CASTELLS, 2001, p.141).

Ou seja, as grandes empresas movidas pela necessidade de sobrevivência incluíram a questão do ambientalismo em sua agenda.

Como relatamos anteriormente, Castells destaca o papel que os grupos internacionais de defesa da ecologia desempenham na mídia, utilizando-a com maestria, e em certo ponto até beirando o espetacular, os noticiários de TV, rádio e jornais locais como instrumentos de divulgação dos ambientalistas.

Há uma múltipla conexão entre a natureza, o mercado e a mídia. Do Banco Mundial aos movimentos sociais há uma comunhão sobre a questão ambiental. Falamos aqui de uma mídia hegemônica que, associada aos interesses das grandes corporações do capitalismo mundial, não pretende mostrar as manifestações visíveis da sociedade, mas sim criar um pensamento único, consensual, interessada em formar ou moldar uma “opinião pública”. Conexões que merecem ser mais discutidas e estudadas. O meio ambiente interessa aos empresários e, portanto, aos grandes conglomerados que possuem sua própria agenda de interesses. O meio ambiente é um nicho de negócios aberto ao empresário que vê nesta área a única chance de sobrevivência.

Mas há quem veja nisto tudo uma luz:

Enquanto o mercado estende sua “ditadura” do curto prazo, as preocupações relativas ao porvir planetário e aos riscos ambientais assumem posição primordial no debate coletivo. Ante as ameaças da poluição atmosférica, da mudança climática, da erosão da biodiversidade, da contaminação dos solos, afirmam-se as idéias de “desenvolvimento sustentável” e de ecologia industrial, com o encargo de transmitir um ambiente viável às gerações que nos sucederem. Multiplicam-se igualmente os modelos de simulação de cataclismas, as análises de risco em escala nacional e planetária, os cálculos probabilísticos destinados a discernir, avaliar e controlar os perigos. Morrem as utopias coletivas, mas intensificam-se as atitudes pragmáticas de previsão e prevenção técnico-científicas. Se o eixo presente é dominante, ele não é absoluto: a cultura de prevenção e a “ética do futuro” dão nova vida aos imperativos da posteridade menos ou mais distante (LIPOVETSKY, 2004, p.68).

Quem sobreviver às garras do mercado poderá comprovar esta tese. Os sinais de mudanças desta nova ação do mercado ao assumir o compromisso ambiental ainda é muito pequeno. Não podemos esquecer que grande parte dos conglomerados de mídia pertence a uma rede de articulações e empresas transnacionais interessadas sempre no crescimento do consumo e na expansão de novos negócios.

Segundo Giddens,

quaisquer que sejam os novos desenvolvimentos tecnológicos para a produtividade capitalista, podem ser perigosos para a segurança ambiental ou para a segurança militar, deve haver limites definidos para a acumulação capitalista mundial. Na medida em que os mercados são, dentro de certos limites, mecanismos auto-ajustadores, certos tipos de escassez crescente podem ser contornados, ao menos por um considerável período de tempo (GIDDENS, 1991, p.171).

Transformar o meio ambiente em ideologia descartável, consumível e comercial está no contexto do capitalismo. Metamorfosear o ambiente não é uma tarefa difícil para a grande corporação de mídia.

A natureza morta não serve aos homens, nem ao capitalismo. Aos poucos os interesses dominantes do capitalismo buscam formatar um modelo de defesa da natureza, contando com o apoio da indústria cultural e das grandes corporações de comunicação que, nos moldes de uma “imagem politicamente correta” e buscando uma legitimidade política trazem à luz de

suas pautas temas associados ao desenvolvimento sustentável e repletos de preocupações ecológicas. Basta, nesse exemplo, assistir a alguns programas da Rede Globo de Televisão. Assim como as grandes indústrias poluidoras que se notabilizaram por negar seus problemas ambientais e que hoje se esforçam para passar uma imagem de “ecologicamente corretas”, a grande imprensa desperta para o assunto ainda que permeada pelo vício de chamar a atenção da audiência mediante o espetáculo. Vigora assim, a chamada notícia espetáculo.

Os paradigmas ambientais começaram a mudar a partir da Conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na Suécia. A partir deste evento “institutos de pesquisa ecológica surgiram por toda parte divulgando relatórios acerca da situação ambiental das reservas naturais e da natureza do planeta Terra” (MELO, 2001, p.114).

Este encontro foi o primeiro grande evento mundial sobre temas ecológicos. Já se questionava na época (1972) os limites do desenvolvimento diante de uma natureza finita e complexa. Os anos de 1960 e 1970 foram determinantes numa visão de que o modelo de desenvolvimento vigente era extremamente depredador e que preservar a natureza seria a única forma de conter ou resolver este problema.

A Conferência de Estocolmo marca a passagem do **preservacionismo** para uma **ótica geopolítica** (MORAES, 2005, p. 114). Aos poucos a argumentação predominante torna-se mais uma relação econômica/ecológica. A natureza passa a ser vista como produto que pode ser manipulável. A natureza passa a ser um problema de Estado, seja enquanto bens naturais ou como bens simbólicos.

A partir da década de 80 do século passado, período em que as florestas se tornaram os temas centrais na articulação dos ambientalismo globais (ZHOURI, 2006, p.144), os meios de comunicação vão, aos poucos, tomando a bandeira antes reservada às ONGs e passam, numa espécie de ambientalismo tardio, a empunhar a bandeira ecológica. Só que aqui, vestida sob o manto da defesa da “exploração sustentável”. Assim como as grandes empresas, a mídia passou a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda, e claro, em seus novos interesses de mercados. Mas esta inclusão segue os passos manquitolas de cada veículo, varia de acordo com sua ideologia, linha editorial, etc.

Esse ambientalismo tardio, que pode em alguns casos ser chamado de ambientalismo de resultados, onde as mudanças são efetivadas através de alterações nos padrões de consumo e na concepção de que “os espaços ambientais” devem ser reservados para a exportação, parece traduzir um consenso de que a exploração da Amazônia só deve ser feita com o chamado desenvolvimento sustentável.

A expressão desenvolvimento sustentável foi definida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, organizada pela ONU em 1983, como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável está presente no documento “*Nosso futuro comum*”, mais conhecido como *Relatório Brundtland*, publicado em 1987.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas— alimento, roupas, habitação, emprego— não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida (COMISSÃO, 1991, p.46).

A comissão esteve sob a coordenação da então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e sofreu a influência do domínio dos EUA e dos efeitos da globalização.

Nota-se que o entendimento de que as florestas tropicais são fundamentais para a sobrevivência da humanidade e a crítica ao desmatamento já estão presentes no relatório Brundtland

A expansão agrícola, o crescimento do comércio mundial de madeira e a demanda de combustível vegetal destruíram grande parte da cobertura florestal. Embora tal destruição tenha ocorrido em todo o mundo, hoje o maior desafio concentra-se nos países em desenvolvimento, sobretudo nas florestas tropicais (COMISSÃO, 1991, p. 139).

Sendo assim, é quase natural que a atenção do mundo no início da década de 1990 seja o Brasil.

Em 1992, o Brasil serviu de sede para a Cúpula da Terra, ou a Rio 92 (por ter sido realizado na cidade do Rio de Janeiro), ou Eco92 onde foi aprovada, por consenso, o documento Agenda 21 (um modelo de desenvolvimento) que passou a ser o marco de referência para a

estratégia de desenvolvimento sustentável a longo prazo. A Agenda 21 delimita o conceito de desenvolvimento sustentável como uma alternativa às demais teorias de desenvolvimento, pregando também o combate à miséria sem repudiar a natureza. Trata-se de um programa estratégico a longo prazo, cuja meta é alcançar a sustentabilidade no século XXI.

Segundo Di Giorgi, o conceito de “desenvolvimento sustentável” é mais um daqueles termos mágicos, que têm poder de mover muitas pessoas, de fazer dinheiro e fama, e de ocultar a dura realidade

São, porém, vazios de conteúdo na maior parte das vezes em que são usados. “Desenvolvimento sustentável” é oco sempre que aplicado do ponto de vista de negócios, pois o capitalismo, o modelo econômico vigente na maior parte do planeta, não é sustentável por definição, uma vez que exige expansão exponencial contínua, e não há mágica que faça esse sistema vir um dia a sê-lo.¹⁰

Na verdade, o termo desenvolvimento sustentável passou nos últimos anos a ser usado exageradamente, sem controle e de modo indiscriminado. Tornando-se quase um modismo, que também pode ser expresso através do conceito de “ecoeficiência”, onde produzir mais, gastando menos e com menor impacto começa a ser utilizado mais intensamente nos meios empresariais e em setores ambientalistas. O conceito de ecoeficiência propõe uma ligação entre a eficiência dos recursos e a responsabilidade ambiental, usando de forma adequada os recursos da natureza (matérias primas e energia) e eliminando riscos ambientais.

Diante da pressão dos organismos financeiros e comerciais, a mídia com o passar dos anos resolveu abrir seus espaços sobre as conseqüências da insustentabilidade.

Impulsionada pela Cúpula da Terra realizada no Brasil, a mídia ainda que lentamente busca publicar matérias sobre o meio ambiente, conforme constata Ramos (1995, p.30) em seu trabalho sobre a Eco92,

¹⁰ DI GIORGI, Danilo Pretti. *Desenvolvimento Sustentável*, Correio da Cidadania. 496 - de 22 a 29 de abril de 2006. <<http://www.correiocidadania.com.br/ed496/>> Acesso em 16/06/2006.

Nos últimos anos temos observado um significativo aumento nas publicações, reportagens e documentários sobre meio ambiente, e a busca progressiva de várias empresas e instituições de vincular suas imagens à “defesa do meio ambiente”, por meio das campanhas de publicidade e patrocínio de eventos de “natureza ecológica” (RAMOS, 1995, p. 30).

De fato, o movimento de conscientização mundial sobre a questão ambiental intensificou-se a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente realizada em 1972, em Estocolmo. Ao longo deste período houve um avanço fantástico no conhecimento científico, expandiu-se a percepção dos impactos sociais e econômicos.

O tema ambiental passa a fazer parte da agenda política mundial e com isso, objeto de interesse por parte das ONGs, das empresas, dos governos, das instituições internacionais e da mídia.

2.3. Meio ambiente, empresa, mercado e opinião pública

Recente pesquisa divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (Quadro 1) revela que a preocupação ambiental cresce devagar e que o desmatamento é o item mais lembrado pela população. A conscientização em relação ao meio ambiente, segundo a pesquisa, cresceu 30% nos últimos 15 anos.

A destruição de florestas foi o problema ambiental mais lembrado pelos brasileiros, citado por 76% dos 2.200 entrevistados na pesquisa de 2006. A mudança climática foi citada por 43% das pessoas. Os responsáveis pela degradação do ambiente, segundo dados da pesquisa, são os empresários, seguidos de governos municipais e dos próprios cidadãos.

Quanto à questão sobre como contribuir no dia-a-dia para melhorar a situação ambiental local e global, as medidas mais lembradas foram a reciclagem de lixo, a economia de água e a redução do consumo de eletricidade. De acordo com a pesquisa, o aumento da consciência ainda não é acompanhado de um aumento considerável nas atitudes e comportamentos pró-meio ambiente, sendo que o perfil do cidadão mais preocupado com o meio ambiente é ainda o de alta escolaridade, de alta renda e morador de centros urbanos.

Comparando os dados em relação às pesquisas anteriores, percebe-se que houve um crescimento no número de pessoas que hoje são capazes de identificar problemas ambientais no país (Quadro 1).

Quadro 1 – Avaliação da situação de grupos/pessoas na defesa do meio ambiente

Grupo/Pessoa	Jan/1997	Out/2001	2006
Entidades ecológicas	61%	51%	64%
Meios de comunicação	42%	34%	45%
Cientistas	44%	34%	47%
Organizações internacionais	37%	30%	36%
Militares	28%	23%	24%
Comunidade/Associação de bairro/Moradores			22%
Governo Federal	31%	18%	23%
Prefeitura	27%	23%	20%
Governo Estadual	26%	20%	21%
Empresários	16%	14%	11%
BASE	2.000	2.000	2.000

%de Boa + Muito boa

Avaliação da atuação de grupos/pessoas na defesa do meio ambiente
 Fonte: Pesquisa Sobre Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Maio de 2006

Diante de um mercado globalizado e de uma crescente preocupação ambiental da opinião pública como atesta a pesquisa, as questões referentes ao assunto passaram a fazer parte da agenda das empresas que procuram melhorar seus produtos, sua organização e sua produção tendo como horizonte ou compromisso a preocupação ambiental, a ética empresarial e a chamada responsabilidade social (espaço onde geralmente a questão ambiental é incorporada).

O neoliberalismo nega a possibilidade de uma outra realidade social porque nega a alteridade de modo geral: só há lugar para a afirmação do princípio econômico da busca do lucro e para a identificação com as empresas. Na sociedade capitalista de consumo, as empresas assumem a função (material) de cuidar das necessidades dos seus membros (consumidores). O neoliberalismo esvazia a noção política da cidadania: a responsabilidade de indivíduos pelos destinos da sociedade em que vive (COELHO, 2003, p. 15).

Lipovestky (2001, p. 43) afirma que o tema ética dos negócios ou ética empresarial roubou a cena pública, “a temática da corrupção e do respeito ao meio ambiente, do assédio moral e do “preconceito zero” ganhou destaque considerável” e liga esta nova ascensão da ética a quatro grandes fatores: 1) a questão ambiental; 2) o novo modelo capitalista; 3) as novas estratégias de marketing; 4) a chamada cultura empresarial.

Com efeito, o crescimento da “nova ética ambiental” deu-se em momentos de crises e de uma sucessão de catástrofes ambientais que provocou mudanças nas consciências, tais como

as catástrofes marítimas de Amoco Cadiz e da Exxon Valdez, a tragédia de Bhopal na Índia (2.500 mortes) depois do acidente da Union Carbide, e, mais amplamente, todos os problemas enfrentados pela época contemporânea, com a diminuição da camada de ozônio, poluição atmosférica, emissão do gás de efeito estufa e destruição da floresta amazônica. Mais recentemente ainda, vimos aparecerem inquietações em relação aos OGM, as farinhas animais, ao amianto. Todos estes desastres acentuaram a questão da responsabilidade dos industriais em relação não somente a nós mesmos, mas também no que se refere às futuras gerações e ao destino do “planeta” (LIPOVESTKY, 2001, p.43).

O fator principal e impulsionador deste processo foi o questionamento da opinião pública em relação às empresas poluidoras e causadoras de grandes prejuízos ambientais, mas não só isto. Deve-se, também, em grande parte às diretrizes das organizações financeiras e órgãos de desenvolvimento que incluíram a cláusula ambiental em suas diretrizes.

As pressões da opinião pública exercidas sobre as empresas e a crescente popularização do conceito de desenvolvimento sustentável possibilitaram às empresas reestruturarem sua relação com o meio ambiente.

O que é “ecológico” passa a ser um objeto de diferenciação no mercado. Em alguns casos, inclusive com as empresas incorporando a chamada produção verde, ou ecológica em suas linhas de produtos. As empresas procuram uma **imagem** capaz de agregar competitividade, qualidade e confiabilidade em seus produtos.

Porém, o “crescimento” ambiental não é feito sem um tensionamento nas relações entre as empresas e os governos.

Em sua tese de dissertação de mestrado, Busato (1996) afirma que “pode-se perceber que a opinião pública é um importante agente no processo de tomada de decisão por parte dos empresários, na introdução da variável ambiental em suas atividades” e que “o avanço das comunicações, cada vez mais globalizadas, vem contribuir para uma maior informação, elevando os níveis de exigência dos consumidores, fazendo com que, além das considerações econômicas produtivas, surja a necessidade de incluir as preocupações ambientais nas atividades industriais”.

Sempre que se fala em proteção ambiental voltada para as atividades empresariais, predomina o preconceito de despesas, ou seja, investimentos sem retorno. As experiências têm demonstrado que mesmo para as empresas que não atuam no mercado verde, a criatividade tem levado à oportunidade de lucro.

O setor empresarial da comunicação também passou a incorporar este discurso da sustentabilidade, com os empresários da comunicação percebendo a necessidade de compreender com mais exatidão as questões do meio ambiente. (LUFT, 2005, P.45)

Como podemos notar, há um leve despertar dessa parcela do empresariado de comunicação no sentido de assimilar o meio ambiente. O interesse da mídia cresce à medida que a sociedade se organiza e cobra ações mais equilibradas em relação ao meio ambiente e no mesmo compasso do avanço da indústria ecológica. Cria-se uma demanda por serviços ambientais, equipamentos antipoluentes e alternativas recicláveis. Depois da demanda, os negócios.

Passamos a década de 1990 com uma pressão fortíssima de preservação ambiental, que veio de duas lógicas distintas, mas com o mesmo projeto. Uma lógica é a preocupação ambiental, que é legítima, sem dúvida. A natureza como fonte de vida.

A outra veio com a revolução científico-tecnológica, no sentido de ver que a natureza se transformava num bem escasso, então era preciso fazer estoque de capital natural. Quer dizer, para as grandes potências. E onde é que estão os estoques de capital natural? Nos países periféricos, enquanto a tecnologia de uso da natureza sob novos moldes e tecnologias avançadas está nos países centrais. Temos então uma desigual distribuição de tecnologia e de natureza. E aí veio toda uma pressão preservacionista para manter áreas preservadas, para não destruir o capital natural... Para os ambientalistas, uma forma de garantir a vida. E para os interesses econômicos e geopolíticos, uma forma de fazer reservas de capital natural para uso futuro.¹¹

Observamos claramente nesse processo de privatização da natureza duas lógicas, ou dois paradigmas como preferem alguns: “a lógica da acumulação, que valoriza a natureza como capital natural de realização futura, e a lógica civilizatória ou cultural, que valoriza a natureza como fundamento da vida” (BECKER, 2005, p. 248).

¹¹ BECKER, Berta. *Amazônia sem extremismo*. Entrevista para revista Fapesp. Edição 102. Agosto de 2004. <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?s=132.25..3&aq=artigo>> Acesso em 17/06/2006.

Procuramos demonstrar até aqui que o capital começa a perceber o meio ambiente como uma *commodity* e que as grandes corporações da imprensa, em sintonia com o capital, começam a incorporar na sua agenda as questões sobre o desenvolvimento sustentável.

2.4 A tematização e a opinião pública

Luhmann, segundo a abordagem de Saperas, ao tratar do conceito de tematização, propõe uma perspectiva própria sobre opinião pública.

Opinião pública manifesta-se como uma estrutura formada por temas institucionalizados, obedecendo a uma valoração de relevância por parte dos meios de comunicação de massas em função das necessidades do sistema político. Luhmann afirmará, de forma contundente, que a valoração de relevância exercida pelos meios de comunicação sobre determinados temas, e a recusa desta valoração relativamente a outros, implica já a certeza da sua aceitação. Mais resumidamente, a opinião pública já não se define pela livre discussão de opiniões sobre temas, mas sim através de uma atividade seletiva exercida pelos meios de comunicação que atribuem determinada relevância a determinados temas na comunicação pública (SAPERAS, 1993, p. 91 e 92).

A teoria de Luhmann sobre tematização focou-se inicialmente ao sistema político, mas em outros trabalhos o sociólogo tratou de estendê-lo para os demais sistemas sociais. A discussão desloca-se para a relação entre sistema midiático e demais sistemas.

Para Luhmann, a comunicação não pode falar de tudo, o que fala é de acordo com os critérios seletivos do subsistema dos meios de comunicação de massa. A comunicação surge como um processo seletivo, que desencadeia outros novos processos seletivos com vistas a reduzir a complexidade.

Segundo Saperas (1993, p.95), ao limitar sua descrição de opinião pública ao sistema político, a opinião pública será “conseqüentemente, considerada como uma estrutura temática imersa num processo político de comunicação”.

Os temas servem para efetuar o acoplamento estrutural das mídias com os outros sistemas da sociedade.

Os temas servem por isso ao acoplamento estrutural dos meios de comunicação com outras áreas da sociedade, e, agindo assim eles são tão elásticos e tão diversificáveis que os meios de comunicação, fazendo uso de

seus temas, podem atingir cada parte da sociedade (...) O sucesso dos meios de comunicação em toda a sociedade deve-se à imposição dos temas, independente de que se tome partido positivo ou negativo sobre as informações, sobre as proposições de sentido ou sobre às nítidas valorizações (LUHMANN, 2000, p.18).

Para Luhmann, o que garante o funcionamento do sistema midiático é justamente a capacidade que as mídias têm de mobilizar e *ligar* o grande sistema social. E isso vem a ser operacionalizado através dos temas. “Tematização como processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas, dos grandes problemas políticos que constituem a opinião pública, através da ação determinante dos meios de comunicação” (SAPERAS, 1993, p. 88).

Para Saperas (1993, p.90) a “análise da tematização permite-nos aproximar-nos da realidade da opinião pública alertada pela transformação da profissão jornalística e pelas novas tecnologias”.

É bem sabido que a imprensa e o audiovisual têm sempre algo novo a noticiar. Eles vivem da descontinuidade, dos acontecimentos do dia, mas também das informações que sublinham a inovação nas opiniões, modas ou calamidades. Isto contrapõe-os à contínua repetição que caracteriza a vida da maior parte das pessoas (LUHMANN, 1992, p.78).

O conceito de tematização pretende traduzir o processo de reconhecimento público dos grandes temas através da comunicação e da opinião

Como resultado desta estrutura temporal da opinião pública não se pode congelar os seus assuntos. Pode haver área (desporto, informações da bolsa de valores) nas quais os novos acontecimentos ocorrem rotineiramente e que, conseqüentemente, ganham um lugar fixo nas notícias. Mas os próprios acontecimentos ganham uma história, e seguem um percurso, começando pela sua descoberta, introdução, pontos altos, passando pela fase da familiaridade e acabando, finalmente, em redundância. Pode-se constatar isto no caso da Sida ou da deflorestação. Muitos assuntos gozam de boas probabilidades de reatualização (terrorismo, drogas) e resultam de uma série de acontecimentos espetaculares. De tempos em tempos tem que se inventar novos nomes e ângulos de ataque com vista a torná-los um tema de discussão (LUHMANN, 1992, p. 79).

Böckelmann, assim como Saperas, aprofunda e sistematiza o pensamento de Luhmann, desenvolvendo um conjunto de regras dominantes de atenção que determinam os critérios de seleção temática nos meios de comunicação de massa.

Sintetizamos abaixo, com base em Saperas e em Böckelmann (1983) as regras dominantes de atenção:

- a) Referência ao pessoal, ao privado e ao íntimo do ponto de vista da redução ao familiar, da comparação normativa e da identificação com a autoridade.
- b) Sintoma de êxito pessoal. A celebração e o culto das personalidades. A celebração de gente “notável” nos meios de comunicação de massa.
- c) Novidade. Tal prioridade provoca o envelhecimento dos temas, não pela modificação do social, mas pelo transcurso do tempo.
- d) Sintomas do exercício do poder político. As informações recaem sobre questões de política internacional. Notícias de guerras, grandes crises econômicas.
- e) Distinção entre normalidade e anormalidade, relativamente à orientação da conduta individual e à sua valorização. Os temas de crimes sexuais. Os desvios de conduta e moral.
- f) Violência, agressividade, dor, sucedâneos da dor (como provas documentais de se estar sempre ameaçados, da fatalidade do destino). A projeção nas figuras dos autores e das vítimas. Esta regra de atenção tem também a função de redução dos acontecimentos.
- g) Perspectivas da competição como luta, com conotações de competência, de “status” e de rivalidade pessoal. Critério estreitamente relacionado com os sintomas de êxito.
- h) Crescimento da propriedade, das receitas e das posses e enriquecimento na vida pessoal.
- i) Crises e sintomas de crise no sistema, pelo ângulo da contraposição entre a estabilidade e as ameaças e enriquecimento na vida pessoal.
- j) Crises e sintomas de crise no sistema, pelo ângulo da contraposição entre a estabilidade e as ameaças. Anúncio de crise, constatação da crise. A paz como antítese da guerra.
- k) Observação do extraordinário, do singular e do exótico no sentido da distinção e confirmação do próprio, da existência de alternativas fictícias à vida cotidiana, da projeção cultural e da assimilação consumista.

Estes itens são na realidade um desenvolvimento da idéia de dupla contingência de Luhmann. Contingente entendido como algo que não é necessário, mas também não é impossível; que não tem de acontecer, mas pode acontecer; algo que pode ser o que é, mas também pode ser

de outro modo; é diferença, novidade, alteração, originalidade, criatividade, transformação. A vida, neste entender, é contingência.

2.5 Linguagem e jornalismo

Maturana (2002, p. 38) disse com sabedoria que “se não estamos na linguagem não há reflexão” e até provoca: “há coisas que fazemos fora da linguagem? Claro! A digestão, por exemplo.” Neste sentido, as palavras ganham importância, pois. “não são inócuas, e que não é indiferente usarmos uma ou outra numa determinada situação. As palavras que usamos não somente revelam nosso pensar, como também projetam o curso do nosso fazer” (MATURANA, 2002, p. 90).

Para Maturana, nós seres humanos existimos na linguagem — que é um fenômeno biológico em que realizamos a operação de referência e que se constitui as conversações— e toda a nossa experiência de vida como seres humanos se dá na linguagem que é um domínio de coordenações lingüísticas recursivas de ações. Para o biólogo chileno, as palavras são distinções de coordenações consensuais de ações, não na fisiologia ou neuro-fisiologia ou seja, fora daí são indícios de loucura.

O instrumento cognitivo de partida para Maturana é a linguagem, reafirmando o aforismo: “tudo que é dito é dito por alguém”¹². A existência humana para Maturana se funda na emoção e se realiza na linguagem. A linguagem é uma condição cognitiva constitutiva do ser humano e nós só existimos como seres humanos na linguagem. Para Maturana (2001, p.27) “o discurso que explica algo dá-se na linguagem”. Fora da linguagem nada existe.

Para Maturana, a ciência é o “domínio de explicações definitivas, não porque as explicações científicas não mudem ou sejam objetivas ou verdadeiras em um sentido transcendente, mas porque elas surgem e permanecem em nosso domínio de constituição de sistemas vivos” (MATURANA, 2001, p.153). Para Maturana estamos demasiados acostumados a considerar a linguagem como “sistema de comunicação simbólica, na qual os símbolos são entidades abstratas que nos permitem mover-mos num espaço de discursos, flutuante sobre a concretude do viver, ainda que a representem”. Para Maturana “as palavras são nós nas redes de

¹² Maturana, Humberto e Varela, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

coordenação de ações, e não representantes abstratos de uma realidade independente dos nossos afazeres” (MATURANA, 2002, p.90).

O sociólogo alemão, Niklas Luhmann (1998, p. 160) entende a linguagem como um meio que se caracteriza pelo uso dos signos e em conjunto com os meios de difusão e os meios de comunicação simbolicamente generalizados “são, portanto, ganhos evolutivos que, em mútua dependência, fundamentam e aumentam os rendimentos do processamento informativo que pode trazer a comunicação social”¹³.

Jameson destaca a novidade do pensamento de Luhmann e o extraordinário “corpo da obra que nos deixou” ressaltando que o tema da auto-referência é “uma das mais ambiciosas obras filosóficas e sociológicas do nosso tempo” (JAMESON, 2005, p.69).

Luhmann aprofunda a idéia de *autopoiese* de Maturana que afirma que um sistema é um fluxo de operações que surge autonomamente e que mantém sua autonomia recriando-se continuamente. O conceito de autopoiese refere-se à capacidade de autoprocesso dos organismos vivos. Um sistema autopoético é aquele que pode criar a sua própria estrutura e os elementos de que se compõe. Cada indivíduo cria e modifica seu ambiente e com isso cria e modifica a si mesmo.

O sociólogo alemão preconiza que os sistemas são *auto-referentes*, ou seja, todas as suas operações partem de uma referência a si mesmos e são também autoreguladores, pois criam sua própria regulação.

Luhmann, ao preconizar um construtivismo radical, afirma que a linguagem é meio que eleva a compreensão da comunicação acima da percepção prévia, pois é a linguagem que “emprega generalizações simbólicas para substituir, representar e combinar as percepções e solucionar os problemas correspondentes que um entendimento unívoco coloca”.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados só surgem no momento que a técnica de difusão permite ultrapassar os limites da interação entre os presentes e programar informações para um número desconhecido de sujeitos ausentes que não se conhecem ainda com exatidão (LUHMANN, 1992, p.46)

¹³ Destaco aqui o esforço de tradução da obra de Niklas Luhmann, *Sistemas sociais – lineamentos para uma teoria general* levado a cabo pelo Professor Dr. José Carlos Rocha, ex-docente do curso de mestrado da Faculdade Cásper Líbero em outubro de 2003. Uma cópia da tradução foi gentilmente cedida pelo professor.

Entendendo a linguagem enquanto uma vertente cognitiva, Soares (2001, p.49) acredita que “a linguagem institui e cria o próprio mundo ao instituir o próprio do humano” e o humano “é um ser na e pela linguagem”, assim, segundo a autora, “a linguagem não é um mero objeto a ser usado pelos humanos para representar dados e fatos já existentes mas, ao contrário, é ela mesma articuladora das relações sociais”.

Soares comenta, de acordo com Lyotard, autor de *A Condição Pós-moderna*, que o jornalismo se configura a partir de dois diferentes saberes: o saber científico e o saber narrativo. O saber científico tem na argumentação e na prova as bases fundamentais para a sua sustentação. O jornalismo precisa provar pelo procedimento próprio que o conhecimento alcançado é verdadeiro. O saber narrativo é definido como um conjunto de regras pragmáticas onde “o narrador se autolegitima pelas formas de narrar da própria estrutura”. Neste entender, o saber jornalístico combina os dois saberes, o saber narrativo e o saber científico:

A informação jornalística teria, então, “um regime de verdade semelhante ao da ciência”, mas se distinguiria dela pela “ficção inerente à forma narrativa”. O resultado desta estrutura mista revela que a verossimilhança é condição para a credibilidade do jornalismo.

O texto jornalístico, além de apresentar-se como coerente, deve mover-se no domínio do verossímil, e não do verdadeiro. Os enunciados apresentados não precisam ser verdadeiros, mas devem ter aparência de verdade (SOARES, 2001, p. 39).

A verdade, segundo Marilena Chauí, deve ser objetiva, isto é, deve ser compreendida, entendida e aceita universalmente não significando que ela seja neutra ou imparcial, “pois o sujeito do conhecimento está vitalmente envolvido na atividade do conhecimento e o conhecimento adquirido pode resultar em mudanças que afetem a realidade natural, social e cultural” (CHAUI, 1994, p.107).

Nessa linha Chauí entende a ideologia como

coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “frases” há “brancos” ou “vazios” responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não **apesar** das lacunas, mas por causa ou graças às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como educação e como apenas **porque não diz tudo e não pode dizer tudo**. Se dissesse tudo, se quebraria (CHAUI, 1982, p.114-115).

Segundo Cohn, (1973. p. 137) a ideologia é um fenômeno que somente pode surgir no domínio do pensamento teórico e “a categoria básica para a análise da comunicação e da cultura é a **ideologia**”. Nesse sentido, a análise da comunicação deve concentrar-se sobre as categorias “de produção de uma modalidade específica da manifestação ideológica”.

Portanto, em sintonia com as conclusões de Cohn, a análise das mensagens deve ser realizada no nível das mensagens produzidas e disseminadas, em grande escala, em sociedades complexas e, em especial, no nosso caso, a amazônica.

A análise da comunicação deve ser imanente àquilo que é comunicado — as mensagens — e as inferências sociologicamente relevantes somente podem ser formuladas através do uso sistemático da categoria *ideologia*. Segue-se que as bases de uma teoria *sociológica de comunicação* são dadas pela análise das *mensagens*, tomadas enquanto componentes somente de *sistemas ideológicos*, que remetem aos determinantes mais profundos da sua construção e manifestação (COHN, 1973, p. 162).

Diante desses pressupostos teóricos e históricos cabe-nos compreender e entender a Amazônia no que ela pode nos “oferecer” enquanto espaço de interesses diversos. Entendê-la como um tema emergente e contemporâneo que ainda pode nos revelar muita coisa escondida em suas relações.

Capítulo III

Amazônia: o tema

3.1 Uma realidade e um tema complexo

A Amazônia brasileira é um bem natural de grandes proporções, na realidade é um tesouro incomensurável composto de um complexo sistema de água, floresta, alta biodiversidade e valor simbólico (que quase sempre é mitificado).

Constitui-se num patrimônio ecológico e econômico da humanidade, onde tudo é gigantesco: tanto as belezas naturais e as riquezas, mas também os problemas e os desafios que tem que enfrentar.

A Amazônia é uma região que ocupa uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Cerca de 85% desta região, no entanto, fica em território brasileiro, ocupando 5,2 milhões de km², correspondente a 61% do território nacional, um território maior que a Europa e que comporta a maior bacia hidrográfica da Terra.

A Amazônia Legal¹⁴, em termos administrativos, engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de partes do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins numa área de cinco milhões de quilômetros quadrados. Só a Amazônia brasileira é sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Ocidental. A ilha de Marajó, por exemplo, que fica na embocadura do rio, é maior que alguns países como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica.



Figura 1 - Mapa retirado de: www.sivam.gov.br/AMAZONIA/apres1.htm

¹⁴ A Amazônia brasileira passou a ser designada Amazônia Legal por meio da Lei nº 1806 de 06.01.1953. Fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico.

Considerada como uma das principais questões sócio-ambientais do mundo contemporâneo, a Amazônia gesta inúmeras especulações em escala planetária (...) Desempenha também importante papel nas estabilidades mecânicas, termodinâmica e química dos processos atmosféricos em escala global (FREITAS, 2004, p. 22).

A região é verdadeiramente uma terra de contrastes, na Amazônia nada é simples, sua descrição se faz por via de dados superlativos.

Embora 16% da sua cobertura vegetal tenham sido modificados, observada do ângulo de seus recursos naturais a região lembra um paraíso. Pelas calhas dos rios de sua bacia hidrográfica fluem 20% da água potável do planeta. Sua floresta representa 40% de todas as florestas tropicais e abriga 10% de todas as espécies vivas do mundo. O cenário se altera, no entanto, quando se leva em conta a situação social dos cerca de 21 milhões de brasileiros que vivem na região. De cada dez crianças amazônicas, por exemplo, sete são afetadas pelo nanismo, duas por atrofia nutricional e quatro por anemia.¹⁵

Devemos estar atentos ao chamamento de Washington Novaes, um jornalista especializado na questão ambiental e na Amazônia:

Valeria a pena que a administração federal prestasse atenção no documento final da III Conferência da Amazônia, promovida no início deste mês em Porto Velho por várias organizações da sociedade - mulheres, trabalhadores, seringueiros, índios. A conferência pediu que se defina "qual o lugar da Amazônia no projeto nacional", lembrando que "suas peculiaridades não são obstáculos, mas caminhos para torná-la efetiva no desenvolvimento nacional".

E, exatamente porque "são tantas Amazônias", é preciso pensar ali em políticas públicas regionalizadas - não em copiar os modelos do Sul-Sudeste. Com muita propriedade, assinala o documento que "é da diversidade biológica, étnica, racial e sociocultural que decorre a sustentabilidade do desenvolvimento nacional, político, econômico e social". Por isso, "aquilo que muitas vezes é visto como atraso precisa ser percebido como grande oportunidade de construirmos o novo". Sem esquecer que "o espaço amazônico é vasto, mas não é vazio".

Este - convém repetir sempre - é o momento crucial. Está em jogo não apenas a Amazônia, com toda a sua importância global. Está em questão a estratégia brasileira. Sua matriz energética e as possibilidades das energias alternativas.¹⁶

¹⁵ Amazônia: *O nosso desafio no mundo global*. Revista Reportagem. São Paulo. Ano IV. Nº 40. janeiro de 2003.

¹⁶ NOVAES, Washington. *Um impasse amazônico*. O Estado de São Paulo. Sexta-feira, 16 de abril de 2004.

A Amazônia ainda é vista na ótica do capitalismo nacional como uma área, ou um patrimônio, onde tudo pode ser explorado, uma grande fronteira para o desenvolvimento agrícola e industrial.

O geógrafo Milton Santos em entrevista concedida em 1999 destaca que a Amazônia é muito diferente nos anos de 20, 60 ou 90 em função do uso efetivo, potencial, ou imaginado desse pedaço de natureza

Então, ao mesmo tempo que os agravos à natureza se ampliaram, é também verdade que não posso interpretá-los fora do quadro da universalidade hoje dado pela globalização.

Esse é o problema central que eu gostaria que perturbasse um pouco o trabalho dos ecologistas, que nem sempre estão abertos à essa discussão. Eles se tornam muito naturalistas, frente a um dado cujo entendimento é apenas possível a partir da história (SANTOS, 1999, p.37).

A contemporaneidade amazônica expressa o conflituoso processo de transformações do sistema capitalista mundial que esbarrou no esgotamento do paradigma nacional-desenvolvimentista e no esgotamento do paradigma da economia de fronteira vendo-se diante da necessidade emergente de um novo modelo, o desenvolvimento sustentável.

O caráter predatório do capitalismo no Brasil leva a uma exploração destrutiva da Amazônia, mas pode haver uma exploração capitalista da região, que não seja predatória, que não provoque danos ao ambiente? Pode a sustentabilidade, ou o chamado desenvolvimento sustentável, nos moldes em que é aplicado hoje dar-se sem provocar degradação?

Porém, o mercado global que precisa de outros espaços territoriais para continuar seu crescimento, começa a ter seus olhos voltados para a Amazônia com uma estratégia dirigida ao “impedimento” do desmatamento, no reforço do chamado “consumo verde” e na “vocação florestal”.

Segundo a revista *Reportagem* tem havido um esforço nos meios científico, governamental e empresarial para calcular quanto vale a floresta,

levando em conta a reserva de material genético, o estoque de carbono armazenado na biomassa das árvores e os serviços ambientais que podem ser prestados pela Amazônia, como a manuten o do ciclo das chuvas em outras

regiões. Estima-se que o valor do armazenamento de carbono na Amazônia seja de US\$ 4 trilhões e, no que tange à biodiversidade, de US\$ 4 trilhões¹⁷.

Este esforço faz parte do processo de uma nova intervenção pública na área ambiental, de uma articulação entre o público, o privado e o “terceiro setor” para transformar a questão ambiental, ou a causa ecológica numa causa integrante do ‘establishment’.

Como podemos constatar, a polêmica relativa a esta complexidade é suficiente para mobilizar inúmeras linhas de pesquisa, que vão desde as ciências biológicas e naturais até as ciências sociais e políticas, que envolvem a geopolítica e as relações internacionais, bem como e especialmente a Comunicação, nosso foco principal de estudo.

3.2 O jornalismo e a questão amazônica

A Amazônia recebia uma boa atenção da mídia nacional até meados da década de 1980

Os principais jornais e revistas mantinham escritórios nas capitais da região, com correspondentes que produziam uma quantidade significativa de reportagens. Alegações de sucessivos cortes orçamentários obrigaram os veículos de comunicação a reduzir suas estruturas. Diversas sucursais foram fechadas. A maior parte das empresas de mídia passou a manter *stringers*¹⁸ na região. Dessa forma, os temas relacionados à Amazônia passaram a ser abordados apenas de maneira esporádica e quase sempre com enfoque pitoresco e preconceituoso (MACHADO, 2005).

Quando se abre uma polêmica oriunda de notícias publicadas no exterior ou de uma tragédia, o meio ambiente passa a ser um tema prioritário na mídia, com a capacidade de comover o leitor. Uma comoção instantânea e passageira, pois logo em seguida novos temas são agendados e o “espetáculo” amazônico cai no esquecimento.

Os interesses atuais em torno deste bem já se tornaram explícitos, alcançando espaços na mídia mundial e fazendo despontar estratégias de domínio e exploração reveladoras de posições antagônicas. A Amazônia tornou-se um debate mundial e por isso mesmo um assunto recorrente, sempre polêmico na mídia. Os conflitos e as ações que dela decorrem

¹⁷ Amazônia: O nosso desafio global. Revista reportagem. São Paulo. Ano IV. N. 40, janeiro de 2003.

¹⁸ Colaboradores sem vínculo empregatício com as empresas.

contribuem para manter uma imagem sobre a Amazônia que, segundo alguns especialistas, dificulta a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento sustentável e a uma maior visibilidade das diversas questões da região.

O debate sobre a Amazônia possui a marca do preconceito, do escamoteio e da manipulação oriunda de diversos interesses socioeconômicos. A cobiça nacional e internacional, a miséria e a pobreza, a questão indígena, a garimpagem, a ausência de educação elementar, a reorganização do espaço com a instalação de empreendimentos de exploração mineral, agropecuária e hidrelétrica mostram um drama amazônico que via de regra só aparece na mídia como catástrofe (ou crimes, como o caso Chico Mendes e da missionária Doroty Strong) ou como realização de um espetáculo (algo exótico ou mitológico).

No caso das tragédias, se um incêndio na Califórnia for mais belo e midiático, deixa-se de mostrar a Amazônia em chamas¹⁹.

No contexto jornalístico, a forma predomina sobre a realidade

O texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço da matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou a fidelidade; o ficcional espetaculoso sobre a realidade (ABRAMO, 2003, p.29).

Sharf (2004, p.51), ao tecer comentários sobre a cobertura ambiental na imprensa brasileira, afirma que “os profissionais da imprensa cotidiana, em geral, relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais da economia”. O desconhecimento básico e a falta de informações mais precisas sobre a realidade amazônica produzem muitas vezes notícias baseadas em dados falsos, inverídicos, ou em dados não analisados e apurados adequadamente, quando não simplesmente manipulados.

Outra questão é a forma em que a matéria é trabalhada, onde a maioria dos repórteres, por hábito ou falta de tempo, “continua a aplicar ao pé da letra o velho esquema simplista de “ouvir o outro lado”, criando polarizações conflituosas do tipo “empresa versus ONGs” ou

¹⁹ Em 1994 a Time Warner produziu o filme *The Burning Season*, traduzido para o português como *Amazônia em Chamas*. Dirigido por John Frankenheimer, o filme trata-se de uma biografia de Chico Mendes (não autorizada pela esposa do líder ambientalista) No elenco, Sonia Braga e Raul Júlia.

“governo versus ONGs”, ignorando que seria necessário dar voz a inúmeros “outros lados” esquecidos” (SHARF, 2004, p. 53).

Os escritórios regionais dos jornais e revistas foram fechados na grande maioria. A maior parte das empresas passou por cortes orçamentários e tiveram que reduzir suas estruturas “a falta de tempo para apurações detalhadas e a alta rotatividade das redações, que trocam seus quadros como quem troca de camisa – não permitem que se construa a estabilidade necessária ao aperfeiçoamento da prática e da reflexão” (SHARF, 2004, p.56).

A região sempre foi retratada na mídia dos grandes conglomerados mais pelas suas tragédias, pelo enfoque pitoresco ou pela abordagem preconceituosa. O que vemos, geralmente, são notícias de caráter negativista e com pouca valorização dos projetos bem sucedidos na região. Grandes incêndios florestais – geralmente derivados da falta de controle do fogo na agricultura, queimadas, extração ilegal de madeiras, invasão de terras indígenas, grilagem e garimpos em unidades de conservação²⁰ e o desmatamento freqüentam os noticiários da mídia nacional e internacional, contribuindo para passar uma imagem de uma terra sem lei, abandonada pelo governo e entregue à luta dos selvagens, sejam eles índios ou brancos. O que nem sempre aparece é a voz das comunidades marginalizadas: pequenos produtores rurais, extrativistas, ribeirinhos e populações indígenas.

A região tem sido retratada através da mídia mediante o uso de expressões como “patrimônio da humanidade”, “pulmão do mundo”, “eldorado”, “soberania nacional”, “fronteira agrícola”, “civilização da biomassa”, “paraíso tropical” etc. Estas expressões freqüentemente são carregadas de conteúdo especulativo, de falsas interpretações e eivadas de fantasias. É a Amazônia fabulosa e mítica.

A mídia, segundo Porto-Gonçalves

padece de uma visão "naturocêntrica" sobre a questão ambiental. Por isso, às vésperas da Rio-92, uma das principais publicações do país publicava em sua capa uma foto das Cataratas do Iguaçu. A mídia tem uma visão

²⁰ Entende-se por Unidades de Conservação, conforme A Lei dos Crimes Ambientais - Lei nº 9.605/98, as reservas biológicas e as ecológicas, estações ecológicas, parques nacionais, estaduais e municipais. Áreas de proteção ambiental, florestas nacionais, estaduais e municipais, áreas de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas ou outras a serem criadas pelo Poder Público.

folclorizada e naturalizada da Amazônia, como se ela fosse o último pedaço de natureza ainda preservado do planeta. É uma visão que eu diria ser de Primeiro Mundo. Porque os países desenvolvidos já expulsaram toda a população da natureza, provocando uma verdadeira tragédia. Agora, eles vêm com uma idéia romantizada e urbana da natureza.²¹

É fato que a globalização colocou o problema do desafio ecológico como uma questão de sobrevivência da humanidade, transformando-a também em questão ideológica. Dá-se um fenômeno de “modernização” ecológica das empresas, dos governos, enfim dos setores da economia e da sociedade. Procura-se criar um conjunto de normas, valores e regras “sustentáveis” eliminando lentamente a angústia e a ansiedade do homem diante de um processo de degradação total da natureza.

Porto-Gonçalves (2004, p.129) sustenta que o modelo de desenvolvimento baseado na “dominação da natureza” deve ser combatido pelo movimento ambientalista, pois segundo o autor, há limites para a dominação da natureza.

Se o grande desafio ainda é a miséria, no que ela tem de degradante também para o meio ambiente, como conciliar desenvolvimento econômico sustentável, com redistribuição da renda? Porto-Gonçalves, que é geógrafo, vai além da dicotomia meio ambiente ou desenvolvimento, ao criticar a lógica capitalista, sugere que a questão ambiental saia do pequeno círculo de ambientalistas: “desafio ambiental é muito mais complexo do que vem sendo posto no debate midiático e, até mesmo, científico” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.170).

Portanto, nessa visão, a mídia também tem que mudar a forma de tratar a questão ambiental.

Entendemos que a comunicação exerce um papel central “para onde convergem os conflitos que, ali trabalhados, “espetacularizados”, ressignificados, etc., acabam por fazer dos meios de comunicação uma importante instituição que “leva a pensar”, que “educa” (BACCEGA, 1998, p.116).

Portanto, numa sociedade centrada na mercadoria e no incentivo ao consumo, a comunicação tende a exercer um papel ideológico, formador e dominador.

²¹ Senac – Revista Senac e Educação Ambiental - Ano 11 Número 2 - Abril / Agosto 2002. Entrevista de Carlos Walter Porto-Gonçalves.

3.3 A Amazônia vista lá fora

No início de 2004 a notícia de que a área desmatada na Amazônia no período de 2002-2003 foi a segunda maior da história repercutiu na mídia internacional.



Ilustração 1 - Capa da revista britânica The Economist

A tradicional revista inglesa *The Economist* publicou, em 22 de julho de 2004, matéria em que prega que o mundo deve pagar a conta da preservação da Amazônia. A reportagem versa sobre as conseqüências socioambientais do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), já que as estradas são reconhecidamente um dos maiores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia Legal. Uma das conclusões da reportagem traduziu uma indagação: "É possível conciliar o desenvolvimento e a conservação da Amazônia?".

A revista argumenta que países tropicais, e em geral mais pobres, devem ter o direito de se beneficiar economicamente por meio de algum tipo de desflorestamento. "Os Estados Unidos e a Europa derrubaram a maioria de suas florestas nos últimos séculos. Quem são eles para dizer à Indonésia, ao Brasil e ao Congo para fazer o contrário?", indaga o editorial. Pensa-se que, finalmente, a imprensa internacional vai reconhecer nosso papel de independência e soberania, ledo engano. Vejamos,

"Mas o desflorestamento que é ideal para o Brasil provavelmente será maior que aquele que serviria para a humanidade como um todo. Assim, faz sentido encontrar maneiras de tornar a manutenção da floresta tão recompensadora ao Brasil quanto ao mundo (grifo nosso)".

O texto afirma em tom provocador: "Quando os cálculos forem feitos, o mundo deve pagar a sua parte da conta".

Segundo a *Economist*, o desenvolvimento da BR 163 trará muitos benefícios para a economia brasileira, facilitando o transporte e o escoamento de produtos agrícolas para a exportação. O projeto, porém, "poderia desmatar de 30% a 40% da Amazônia até 2020, de acordo com uma estimativa".

Por outro lado, a reportagem aponta a fragilidade dos órgãos responsáveis pela fiscalização do desmatamento em Estados do Centro-Oeste e do Norte, como o Incra e o Ibama. Para a publicação britânica, "o milagre seria uma estrada que promovesse o crescimento do Brasil protegendo ao mesmo tempo a indispensável Amazônia". A defesa de um conceito de desenvolvimento sustentável que ganha força na mídia.

Conforme a notícia da *BBC.com/Brasil* publicada no dia 20 de maio de 2005, o diário britânico *The Independent* comenta os dados sobre o desmatamento da Amazônia expondo que Maggi²², governador do estado do Mato Grosso é o grande culpado pela devastação.

Governador do MT é responsável pelo 'estupro' da Amazônia, diz 'Independent'

A imprensa britânica destaca nesta sexta-feira os novos dados sobre o acelerado desmatamento da Amazônia.

O diário *The Independent* dedica a sua manchete ao assunto: "O estupro da floresta tropical.e este é o homem por trás disso".

A foto que acompanha a reportagem de capa é do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi.

"Ele é conhecido no Brasil como o Rei da Soja. Mas ambientalistas brasileiros o chamam de o Rei do Desflorestamento. Isso porque o aumento da produção de soja é agora o principal fator de destruição da floresta."

O jornal conta que, no ano passado, o desmatamento registrado foi o segundo maior da história, com uma área derrubada do tamanho da Bélgica – "metade da destruição foi no Estado de Mato Grosso, onde de Maggi, cujo Grupo Maggi é o maior produtor de soja do mundo, é também o governador".

Lula dividido

O *Independent* observa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está "dividido entre o desejo de preservar a floresta e a pressão para assegurar crescimento econômico após anos de depressão".

²² O governador do estado do Mato Grosso foi reeleito em 01/10/2006, no primeiro turno.

O jornal britânico cita a opinião de analistas, que dizem que "em vez de agir de forma convincente para proteger a floresta, Lula, pelo menos tacitamente, encorajou madeireiros e fazendeiros a continuar seu desenvolvimento".

"É impossível fazer um argumento coerente a favor da continuação da destruição da Amazônia brasileira, ainda que esta prática indefensável continue", diz o editorial do *Independent*.

"Cerca de 20% da floresta brasileira já foi destruída. Se esse ritmo de desflorestamento continuar, a floresta desaparecerá completamente até a metade do século. (...) As florestas tropicais são uma de nossas mais preciosas fontes de recursos globais. A sua destruição deve acabar imediatamente."

O assunto também é destacado, embora mais comedidamente, por outros diários da Grã-Bretanha, como *The Guardian* e *Financial Times*.

O influente semanário *The Economist*, em sua página na internet, também condena o que apelidou de "massacre da serra elétrica" na Amazônia.

A notícia do alto índice de desmatamento no ano passado também foi publicada nos principais diários e sites dos Estados Unidos e da Austrália".
23

Amazônia não deve ser usada para benefício privado, diz 'NYT'

O diário americano *The New York Times* dedica um de seus editoriais nesta terça-feira à ameaça do desflorestamento na Amazônia.

O texto, intitulado "Amazônia sob risco", argumenta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "precisa convencer a si mesmo e à oligarquia agrícola de seu país de que a floresta tropical não é uma commodity para ser explorada para o benefício privado".

O jornal relata os últimos dados de desmatamento – no ano passado, foi registrado na Amazônia o segundo maior índice da história – e observa que um dos principais problemas é o cultivo da soja, facilitado pelo governador do Mato Grosso e "rei da soja", Blairo Maggi.

"Há pessoas no governo brasileiro, em particular a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que acreditam haver melhores formas de ajudar a economia brasileira que transformar uma valiosa floresta tropical em ração para gado, o que é basicamente o que Maggi vem fazendo", afirma o *New York Times*.

"Mas eles precisam de ajuda – de agências multilaterais de empréstimo, que devem condicionar futuros investimentos a práticas ambientais corretas. E de organizações ambientalistas, que precisam manter a pressão pública."

²³ Maggi seria o responsável pelo estupro da Amazônia. BBC Brasil - BBC BRASIL.com. <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/index.shtml>>

O diário afirma que o governo brasileiro vem tentando criar reservas, áreas de preservação e reduzir subsídios aos fazendeiros que desmatam.

Apesar disso, completa, "a Amazônia parece ainda amplamente imune à lei, especialmente num país em que não há nem de perto polícia suficiente para fazer valer as regras, onde crescimento econômico parece estar acima de tudo e onde políticos locais poderosos tendem a ter mais influência que o governo nacional".²⁴

Esta pequena amostra deixa claro o quanto a nossa mídia segue os passos da mídia internacional e que de certa forma a mídia lá fora continua vendo a Amazônia como o “pulmão do mundo”.

3.4 A Contemporaneidade da Amazônia

A Amazônia contemporânea constitui-se hoje numa região marcada pela dinâmica das questões sociais decorrentes da sua ocupação territorial, das contradições intrínsecas à “sua inserção no sistema capitalista mundial e à organização acelerada da sociedade brasileira” (BECKER, 1990, p.8).

Um novo discurso se forma, de que é “possível ganhar dinheiro” com a “exploração ordenada e responsável da floresta”. Esta posição está nítida em editorial da *Folha de S. Paulo* publicado em 25 de dezembro de 2005, com um título que, segundo o ambientalista Rodolfo Salm, já traz a primeira armadilha, pois ao definir como realista, automaticamente desqualifica outras visões da questão amazônica como utópicas, fantasiosas, delirantes, sonhadoras, míticas etc.²⁵

REALISMO NA AMAZÔNIA

25/12/2005 Editoria: OPINIÃO, Página: A2

Edição: São Paulo Dec 25, 2005, Seção: EDITORIAIS

A RECENTE divulgação de números sobre o desmatamento na Amazônia _que apresentou diminuição em relação ao ano passado_ e a iminente votação no Senado de um projeto de lei que regulariza o uso de áreas públicas de floresta reavivaram os debates acerca das políticas para preservar a região.

²⁴ Amazônia não deve ser usada para benefício privado, diz NYT. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050531_pressreviewms.shtml>.

²⁵ SALM, Rodolfo. A Amazônia na Folha de São Paulo. Correio da Cidadania. Ed. 485. São Paulo. <<http://www.correiocidadania.com.br/ed485/ambcid.htm>> Acesso em 22 de janeiro de 2006.

No que diz respeito à redução do ritmo do desmatamento, por ora não há como aferir que fator pesou mais, se as políticas governamentais ou _mais provável_ o desaquecimento da atividade agroindustrial.

Já o projeto de lei em tramitação no Congresso representa um passo importante para aperfeiçoar a política ambiental brasileira. Ele prevê a concessão de até 50 milhões de hectares de florestas em áreas pertencentes ao governo federal para a exploração sustentável de madeira, turismo ecológico e exploração de produtos não-madeireiros, tais como borracha, óleos e essências para a indústria de cosméticos. O projeto cria, ainda, o Serviço Florestal Brasileiro, para fiscalizar as concessões.

Numa região em que são escassos os títulos de terra com validade legal, o aluguel de florestas públicas pode representar uma garantia de mais controle sobre a devastação e um estímulo importante aos empresários do setor. Ao mesmo tempo, a medida é uma forma de diminuir a oferta de terras devolutas para exploração predatória, de forma a criar obstáculos aos madeireiros que atuam ilegalmente, destruindo a floresta.

Sob uma perspectiva idealista, a lei poderia ser vista como sinal verde para a devastação, pois o Estado não teria meios para exercer controle efetivo sobre os concessionários. Diante do descontrole da situação, porém, não há como enfrentar a questão sem uma boa dose de pragmatismo. Aliar-se a parceiros capazes de contribuir com o uso sustentado de recursos florestais é sem dúvida uma proposta mais realista do que mobilizar recursos vultosos para tentar garantir que 45% da Amazônia, área abrangida pelas terras públicas, permaneçam intocados.

A formulação de estratégias para aproveitamento de áreas da floresta é passo decisivo para disciplinar um processo de ocupação irreversível, em curso há várias décadas. Nesse sentido, merecem atenção até mesmo propostas que vão além do projeto de lei, como a que prevê a regularização fundiária de partes da Amazônia para uso na agricultura.

Como se sabe, há manchas de terra de alta fertilidade na região. Estabelecer um zoneamento das regiões cultiváveis e regularizar a posse _preferencialmente em áreas já desmatadas ou de menor biodiversidade_ seria uma forma de ampliar a produção de bens primários e contribuir para uma redistribuição significativa da estrutura fundiária.

A preservação da floresta não será feita com discursos. É preciso agir. E não resta dúvida de que o país tem muito a ganhar com a exploração racional das riquezas da Amazônia, promovendo uma ocupação ordenada e responsável da região.

Ao usar o adjetivo “intocado”, a *Folha de S. Paulo* retoma a velha noção de “espaço vazio” e finge não conhecer que a região é habitada por colonos, ribeirinhos, índios. Não há área intocada na Amazônia. Ao usar a expressão “espaço vazio”, prega-se aqui o mito da imagem oficial difundida estrategicamente para servir de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos (BECKER, 1990, p.10).

Bastaria uma só consulta aos seus arquivos para a *Folha de S. Paulo* situar-se. Em 9 de novembro de 2004, abria espaço para uma das vozes dissonantes do projeto de aluguel das florestas, o geólogo Aziz Ab'Saber (veja no capítulo IV), que preconizava que a solução é usar bordas da mata para a agricultura e que o aluguel de floresta é crime. Para o geólogo, por

exemplo, a solução seria aplicar às florestas nacionais a receita de geração de renda usada com sucesso pelo projeto Reça, no município de Nova Califórnia (RO).²⁶

É digno de atenção o crescente aumento das multinacionais no processo de privatização dos recursos naturais, particularmente da água e da energia.²⁷ As grandes corporações mundiais pretendem obter o monopólio dos recursos naturais, transferindo o poder de decisão destes recursos do público para o privado e assim, enfraquecendo os estados nacionais e retirando da sociedade civil qualquer possibilidade de controle. Submete a natureza cada vez mais a sua lógica: a do mercado.

Este processo de mercantilização de elementos da natureza encontra-se em franco desenvolvimento na Amazônia:

Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de seqüestro de carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira²⁸ que, tem um projeto neste sentido no estado do Amazonas (...) (BECKER, 2005, p.77).

Nesse sentido, as multinacionais ao colocarem em prática o uso sem escrúpulo da biodiversidade impedindo o acesso das populações locais ao uso sustentável dos recursos amazônicos, estariam transformando a Amazônia numa nova fonte de exploração capitalista, talvez o último espaço para suas ações destruidoras.

Revela-se uma íntima relação, muito próxima entre o controle dos recursos naturais e o da informação. Percebe-se como bem relata Bueno²⁹ o compromisso da mídia de massa no Brasil com o modelo exportador, apoiado na “big science” que a tem colocado num dilema: “seguir o que indicam os olhos e a razão ou ceder à lógica do capital, que sugere (ordena?) apostar,

²⁶ O projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA) surgiu como uma alternativa para as famílias agricultoras, que migraram de diversas regiões do Brasil para a região oeste de Rondônia, sobreviverem e se manterem na floresta buscando a preservação do meio ambiente e sustentabilidade econômica. O projeto RECA é coordenado e gerido exclusivamente por agricultores.

²⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 413-447.

²⁸ Atual PWA

²⁹ BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática*. In <<http://www.agricom.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm>> Acesso em 20/03/2006.

cegamente, no lucro”. Mas como bem afirma logo adiante “ela tem preferido a segunda opção, mais cômoda e mais rentável, buscando enxergar os problemas ambientais a partir de escritórios refrigerados e de fontes que não escondem os seus vínculos com as multinacionais”.

3.5 A manipulação

Ao defrontar com a questão da manipulação, Breton pergunta se ela ainda existe e se a manipulação não teria desaparecido neste fim do milênio (século XX), se não pertenceria ao passado. Como resposta, sustenta que “a manipulação se desenvolve hoje de forma maciça, em nossas sociedades democráticas e midiáticas, e que os efeitos de saturação de nosso ambiente por essas técnicas são amplamente subestimadas” (BRETON, 1999, p. 9).

Audálio Dantas comenta sobre os efeitos da globalização e da manipulação da informação como

um fato presente, cada vez com maior intensidade. A televisão, que é a mídia dominante, fornece informação em doses cavalares, muitas vezes em tempo real. Há tanta informação a ser consumida, que não se chega a perceber que algumas delas, muitas vezes essenciais, não foram dadas. Durante a guerra do Golfo, em 1991, o mundo inteiro foi submetido a uma overdose de informação, que era, ao mesmo tempo, desinformação. A guerra exibida em tempo real não era a guerra real, em toda a extensão da tragédia humana ofuscada pelo brilho sinistro dos mísseis que cruzavam os céus do Iraque.³⁰

Quando do ataque ao Iraque/Saddam, Marcelo Coelho manifestou seu espanto com o grau de manipulação das informações nos meios de comunicação.

Naturalmente, o poder manipulatório dos meios de comunicação sempre foi objeto de denúncias e de análises, mas creio que nunca tinha visto um processo de propaganda, de construção ideológica, dar-se com tanta clareza, em "tempo real" , nas telas de TV.

Os exemplos poderiam ser multiplicados. As fotos das primeiras páginas de um jornal são, ou tornaram-se, manipulatórias de modo imediato,

³⁰ DANTAS, Audálio. *Globalização econômica e manipulação da informação*. Audálio Dantas. <http://www.mhd.org/artigos/audalio_globalizacao.html> acesso em 20/06/2006.

automático, e isso tanto no sentido de apoio à retaliação militar americana quanto de crítica a esse projeto.³¹

Marcelo Coelho cita um exemplo histórico para dizer que suas considerações não são diferentes das considerações de Roland Barthes, em seu livro *Mitologias*

É conhecida a análise feita pelo semiólogo francês de uma capa da revista Paris Match, que mostrava um soldado negro fazendo continência à bandeira tricolor. Num contexto de guerra colonial, aquela imagem certamente fazia mais do que retratar um fato — o soldado negro prestando continência à bandeira—; indicava que o império colonial francês estava sólido, que havia negros disciplinados e fiéis ao poder metropolitano, convictos.³²

Herman e Chomsky expressam em *A Manipulação do Público* (2003) a existência de elementos que filtram as notícias, destacando as matérias favoráveis aos interesses do governo e dos grandes interesses econômicos privados. Estes filtros atuariam com naturalidade e os jornalistas não colocariam em causa a sua honestidade profissional e estariam convencidos de que escolhem e interpretam as notícias baseadas em critérios puramente jornalísticos e desligados de pressões externas ou internas. Esta situação tornaria difícil imaginar formas alternativas de se selecionar e processar o que se noticia.³³

Segundo Chomsky e Herman (2003), existem cinco filtros que levariam o jornalismo americano a tornar-se um Modelo de Propaganda onde toda a cobertura dos acontecimentos nos meios de comunicação é tratada como campanha de publicidade maciça.

Com base no resumo preparado por Silva (2006), os filtros são os seguintes:

1. Porte, propriedade e orientação para os lucros da mídia de massa: o primeiro filtro. Baseado na estrutura de propriedade da mídia. As mídias dominantes são grandes empresas e corporações, controladas por ricos e poderosos ou por gerentes que estão sujeitos a intervenções dos patrões ou de forças voltadas para o mercado e o lucro. Estas mídias estão solidamente unidas por interesses em comum com outras grandes corporações, bancos, investidores e governo.

³¹ COELHO, Marcelo. *Um outro tipo de manipulação*. Marcelo Coelho, <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2001/jusp570/caderno/especial09.html>> acesso em 20/06/2006.

³² idem

³³ SILVA, Gilberto. *Os filtros da submissão*. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/colunistas/gilbertosilva/osfiltros.asp>> Acesso em 20/06/2006.

2. **A licença da propaganda para fazer negócios: o segundo filtro.** Segundo Herman e Chomsky, as empresas são fortemente dependentes da publicidade. Os anunciantes escolhem criteriosamente os programas tomando por base seus princípios e evitam programas que possam interferir no "poder de compra" dos consumidores. Assim, muitas vezes, programas com bons conteúdos são excluídos da programação.

3. **Buscando fontes de notícias de mídia de massa: o terceiro filtro.** Existe uma dependência dos grandes jornalistas de fontes governamentais e fontes do mundo empresarial. Os meios de comunicação de massa necessitam de notícias diárias, cumprem horários apertados e dificilmente têm jornalistas em diversos lugares onde fatos importantes podem acontecer. Isto sem contar o total enxugamento das redações. Percebendo isso, fontes do governo e das corporações se "esforçam" para tornar as coisas mais fáceis para a mídia, enviando discursos adiantados de conferências e reuniões, releases e pronunciamentos de acordo com o horário de fechamento dos jornais. Isto facilita para a mídia, e em troca, as grandes entidades e o governo obtém acesso especial na mesma.

4. **A bateria de reações negativas e os fiscais de cumprimento: o quarto filtro.** O autor usa do termo bateria de reações negativas (cartas, telefonemas etc) para se referir às respostas negativas dadas a um programa ou declaração da mídia, com a finalidade de regulamentar ameaçando e 'corrigindo' a mídia, tentando conter qualquer desvio da linha estabelecida. O noticiário em si está projetado para produzir essa reação.

5. **Anticomunismo como mecanismo de controle: o quinto filtro.** Apesar de conhecermos a função real da mídia é notório que esta é manipulada pela classe dominante, se tornando um "sistema de mercado guiado" por governos, líderes de comunidades e acionistas destas mídias. Segundo Chomsky (2003:88) "essa ideologia ajuda a mobilizar a população contra o inimigo comum", no caso o comunismo e " como o conceito é obscuro, pode ser utilizado contra qualquer um que defenda políticos que ameacem os interesses de proprietários".³⁴

Voltando a Breton (1999, p. 15), este afirma que “manipular consiste de fato em construir uma **imagem** do real que tenha a aparência de **ser** o real” e que devemos construir uma reflexão sobre as grandes categorias de manipulação, “de modo a estabelecer seus traços universais, que transcendem as causas assim defendidas ou os regimes políticos que as utilizam.” (p. 17).

A percepção de Breton nos remete a pensar em algumas manipulações cotidianas da mídia, tais como as abordagens preconceituosas ou superficiais; o tratamento tendencioso dos temas; a descontextualização; a deturpação da imagem de personagens dos fatos; o julgamento

³⁴ idem

apressado, sem a rigorosa apuração dos fatos; a instrumentalização das fontes; o oficialismo; a omissão; o sensacionalismo e a invasão da privacidade entre tantos outros.

A palavra é o que especifica o humano, assim entende Breton (1999, p.26), “a palavra, por seu turno, tem essa peculiaridade: pode dizer o contrário daquilo que seu autor faz. O homem é o único animal que mente”.

Para Breton (1999, p.17) a palavra manipulada é uma violência “em primeiro lugar, com relação àquele sobre o qual se exerce; em seguida, com referência à própria palavra, na medida em que constitui ela o pilar central de nossa democracia.” Para o autor francês no ato da manipulação, “a mensagem em sua dimensão cognitiva ou sob sua forma afetiva, é concebida para enganar, induzir a erro, fazer crer no que não é” (BRETON, 1999, p.20).

Em alguns aspectos, Breton se aproxima de Abramo, quando o sociólogo brasileiro afirma que para todos os efeitos, é “importante salientar que não é todo material que toda a imprensa manipula sempre. Se fosse assim - se pudesse ser assim - o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante” (ABRAMO, 2003, p.24).

O procedimento manipulatório caracteriza-se igualmente pelo fato de se chocar com uma resistência, uma oposição ou, *ad mínimo*, uma não aceitação imediata do que o manipulador quer convencer. Se não fosse esse o caso, não haveria necessidade de pôr em prática esses procedimentos. (BRETON, 1999, p. 21)

Perseu Abramo realizou uma obra de referência (em 1988) sobre os padrões de manipulação, por ele observados, identificados e classificados. O estudo do professor é um instrumental importante para compreendermos a forma de fazer jornalismo no Brasil.

Segundo Abramo, a manipulação é uma das principais características do jornalismo praticado no Brasil e que o principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade.

Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para

apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real. A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real (ABRAMO, 2003, p.23).

O público e a sociedade são cotidianamente colocados diante de uma realidade artificial, realidade que é criada pela imprensa e que se “contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece”. O jornalismo deve sim tomar posição, não na notícia ou reportagem. Os jornais não apenas podem mas devem orientar seus leitores/espectadores, a sociedade, na formação da opinião, na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos. “É esse, exatamente, o campo do juízo de valor, do artigo de fundo, da opinião, do comentário, do artigo, do editorial” (ABRAMO, 2003, p.38).

As observações de Perseu Abramo ainda podem ser aplicadas ainda hoje na análise dos veículos.

É possível encontrar, diariamente, um grande número de matérias em que esses processos de manipulação não existam ou existam em grau mínimo, e também encontrar certo número de matérias em que as distorções da realidade são frutos de erros involuntários ou de limitações naturais à capacidade de captar e transmitir informações sobre a realidade. É possível, até, que o número de matérias em que tal ocorra seja eventualmente superior ao daquelas em que seja possível identificar a existência de padrões de manipulação. Deve-se levar em conta, também, a variação da intensidade de utilização da manipulação segundo o órgão em exame ou o assunto, o tema ou a "editoria" de cada órgão. (ABRAMO, 2003, p.33)

As distorções denunciadas por Abramo assumiram com muito mais desenvoltura o domínio das redações, marcadas pelo neoliberalismo – que manipula até as questões morais, como afirma Ribeiro (2005).

Segundo Abramo, é possível distinguir e observar pelo menos quatro padrões de manipulação gerais para toda a imprensa e mais um padrão específico para o telejornalismo (que não trataremos aqui).

Delinearemos a seguir esses quatro padrões.

Padrão de ocultação

Refere-se à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. É um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação, no "momento" das decisões de planejamento da edição, da pauta.

Existem fatos jornalísticos e não jornalísticos e cabe à imprensa cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não-jornalísticos. Essa concepção acaba por funcionar, na prática, como uma racionalização a posteriori do padrão de ocultação na manipulação do real.

O padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade:

“tomada a decisão de que um fato "não é jornalístico", não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa (ABRAMO, 2003, p. 27).

Padrão de fragmentação

Segundo Abramo (2003, p. 27) eliminados “os fatos definidos como não-jornalísticos, o "resto" da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências”.

O autor afirma que o padrão de fragmentação implica em duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e a descontextualização.

a) a seleção de aspectos

Obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. O fato jornalístico é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público. Estes critérios para a seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, “mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão” (ABRAMO, 2003, 28).

b) descontextualização

Decorrencia da seleção de aspectos, a informação original perde seu significado real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber um outro significado, diferente e até mesmo antagônico ao significado real original.

Para Abramo (2003, p.28) a “fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros e a descontextualização dos que permanecem são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade”.

Padrão da inversão

Opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade. Opera tanto no planejamento como na coleta e na transcrição das informações. “Tem seu reinado por excelência no momento da preparação e da apresentação final, ou da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias” (ABRAMO, 2003, p.28)

Há várias formas de inversão, muitas delas são usadas na mesma matéria; em quase todas as matérias. As principais são:

a) Inversão da relevância dos aspectos

Segundo Abramo (2003, p.39) o secundário é apresentado como o principal e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o detalhe, pelo essencial.

b) inversão da forma pelo conteúdo

O texto, na percepção de Abramo passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço da matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou a fidelidade; o ficcional espetaculoso sobre a realidade.

c) inversão da versão pelo fato

O que passa a importar é não é mais o fato em si, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa.

O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social e prefere, em lugar dessa simples

operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos. Frequentemente, sustenta as versões mesmo quando os fatos as contradizem. Muitas vezes, prefere engendrar versões e explicações opináticas cada vez mais complicadas e nebulosas a render-se à evidência dos fatos. Se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato (ABRAMO, 2003, p.29).

d) o frasismo

É o abuso da utilização de frases ou de trechos de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade. O frasismo surge, “quase como a manipulação levada aos seus limites: uma frase, um trecho de frase, às vezes uma expressão ou uma palavra, são apresentados como a realidade original.” (ABRAMO, 2003, p.30).

c) oficialismo

É a expressão utilizada para indicar a fonte "oficial" ou "mais oficial" de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo. No lugar dos fatos uma versão oficial.

A melhor versão oficial é a da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponda ao do órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma "positiva", isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela mas a aceite e adote. A autoridade sempre vale mais do que as versões de autoridades subalternas, ou mais que a dos personagens que não detêm qualquer forma de autoridade e, evidentemente, sempre infinitamente mais do que a realidade (ABRAMO, 2003, p.30).

d) inversão da opinião pela informação

A sistemática utilização desses padrões de manipulação leva quase que inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. Destaca-se que não se trata de dizer que, além da informação, o órgão de imprensa apresenta também a opinião, mas sim que o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com a agravante de fazer passar a opinião pela informação.

Utiliza-se o juízo de valor como se fosse um juízo de realidade, quando não como se fosse a própria mera exposição descritiva da realidade. O leitor já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão de imprensa quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece, porque o seu conhecimento lhe foi oculto, negado e escamoteado pela imprensa.

Essa inversão é operada pela negação, total ou quase total, da distinção entre

juízo de valor e juízo de realidade, entre o que já se chamou de "gêneros jornalísticos", ou seja, de um lado a notícia, a reportagem, a entrevista, a cobertura, o noticiário, e, de outro, o editorial, o artigo, formas de apreensão e compreensão do real que, coexistentes numa mesma edição ou programação, se completavam entre si e ofereciam ao leitor alternativas de formar sua (do leitor) opinião, de maneira autônoma e independente (ABRAMO, 2003, p. 31).

Não é dada qualquer oportunidade ao leitor a não ser a de consumir, e adotar como critério de ação a opinião que lhe é autoritariamente imposta. Nenhuma oportunidade de distinguir ou verificar a distinção entre informação e opinião. Como afirma Abramo (2003, p.32) “a informação, quando existe, serve apenas de mera ilustração exemplificadora da opinião adrede formada e definida - a tese - e que, esta sim, se quer impor à sociedade”.

Padrão de indução

Deve-se levar em conta, também, a variação da intensidade de utilização da manipulação segundo o órgão em exame ou o assunto, o tema ou a "editoria" de cada órgão. A hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induz a consumir outra realidade, artificialmente inventada.

O padrão de indução tem a ver, como os demais, com os processos de planejamento, produção e edição do material jornalístico, mas ultrapassa esses processos e abarca, ainda, os planos de apresentação final, no parque gráfico ou nas instalações de radiodifusão, distribuição, índices de tiragem e audiência de publicidade etc. - ou seja, os planos de produção jornalística como parte da indústria cultural e do empreendimento empresarial-capitalista.

Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela imprensa, enquanto outros aparecem quase todos os dias. Alguns segmentos sociais são vistos pela imprensa apenas sob alguns poucos ângulos, enquanto permanece na obscuridade toda a complexa riqueza de suas vidas e atividades. Alguns personagens jamais aparecem em muitos, enquanto outros comparecem abusivamente, à saciedade, com uma irritante e enjoativa freqüência. Alguns aspectos são sistematicamente lembrados na composição das matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros. Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa em realidade do campo do Bem e realidade do campo do Mal, e o leitor/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim

será eternamente, sem possibilidade de mudança (ABRAMO, 2003, p.34-35).

Um setor da mídia manipula sabiamente a questão ambiental, assim como ocorre em outros temas abordados cotidianamente (cultura, política, economia, por exemplo) e nos oferecem distorções ou armadilhas do tipo “faça sua parte” e “qualidade de vida”, sejam elas intencionais ou não.

As mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa quase nada trazem de contribuição para a redução do consumo ou alteração dos valores consumistas da sociedade. Vimos que nessa era conceituada de pós-modernista, o capitalismo pretende “destruir” sustentavelmente a Amazônia. O jornalismo coloca-se no eixo desta questão. De um lado, jornalistas bem intencionados, levemente influenciados por setores da opinião pública ambientalista; de outro lado, a empresa jornalística com seus múltiplos interesses comerciais. Pressionados de um lado e de outro por entidades ambientalistas nacionais ou internacionais, por organizações financeiras mundiais, pelo governo e pelo setor empresarial produzem um jornalismo ainda marcado por algum tipo de vício.

Capítulo IV

Notícias da Amazônia

4.1.1 A metodologia da pesquisa: a opção pelo método de análise de conteúdo

Partimos da conceituação de que a metodologia **na** pesquisa, segundo Maria Immacolata Vassalo Lopes, se situa “no plano da prática e indica os métodos efetivamente usados numa pesquisa “fruto do desenvolvimento de um trabalho onde o “método é entendido como um conjunto de decisões e opções particulares que são feitas ao longo de um processo de investigação. Os métodos constituem uma das instâncias da prática metodológica” (LOPES, 2003, p. 94).

Optamos pelo uso de uma análise qualitativa de conteúdo por entender que este é o melhor instrumental para atender os propósitos da nossa pesquisa. Não estamos aqui excluindo o enfoque quantitativo, mas apenas deixando como predominante para o tipo de pesquisa que realizamos, o enfoque qualitativo. Ao optar pelo recorte qualitativo na análise dos textos compreendemos que

o tratamento analítico dos fenômenos estudados alarga o campo da observação, tornando evidentes e inteligíveis os aspectos da realidade social que não são diretamente acessíveis às técnicas primárias de levantamento dos dados, e oferece meios precisos para a reprodução unitária das condições de manifestação dos fenômenos, significativos para a explicação científica”(FERNANDES, 1959, p.13).

Nosso *corpus* de mensagens é fundamentado no tema ambiental com ênfase na Amazônia, e não numa medição de frequência desta ou daquela palavra, não por desmerecer este procedimento, mas sim como uma opção metodológica para este trabalho.

A análise de conteúdo é um método que tanto pode ser aplicado na pesquisa quantitativa, como na investigação qualitativa e não obedece à etapas rígidas, é um conjunto de técnicas, ou como prefere Bardin, análises de conteúdo. Através deste método é possível interpretar a realidade, ou como definiu Bardin (1977, p.43) a análise de conteúdo é como “uma busca de outras realidades através das mensagens”.

A análise de conteúdo, tal como entendemos nesse trabalho

é um método empírico, dependente do tipo de <<fala>> a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras dificilmente

transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendido, tem que ser reinventada a cada momento (BARDIN, 1994, p.31).

A análise de conteúdo é uma técnica que não tem modelo pronto, acabado, ela deve ser reinventada a todo instante, de modo que possa ser aperfeiçoada ou que auxilie o pesquisador em sua tarefa de interpretação e tem seu ponto forte na maneira sistemática de analisar os textos, por meio de um sistema de categorias que auxiliem o pesquisador na condução dos trabalhos.

4.1.2 – A pré análise

A pré-análise para Bardin é a fase de organização do material, da escolha de todos os documentos, que constituirão o *corpus* da pesquisa. Este *corpus* pretende conter os elementos essenciais que retratem o material básico coletado e que serão submetidos à análise dos indicadores que irão fundamentar a interpretação final.

Para efeitos da análise de conteúdo desta pesquisa fizemos *a priori* uma leitura das notícias, das reportagens, dos editoriais e opiniões sobre a Amazônia publicadas nos jornais paulistas *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo* no período de 01 de julho de 2004 a 30 de junho de 2005. Estas matérias foram pesquisadas nas edições impressas e nas edições disponíveis na Internet (www.folhasp.com.br e www.estadao.com.br). Escolhemos os dois diários paulistas por serem produzidos por duas organizações solidificadas com vários anos de existência e com circulação nacional.

Feita a primeira leitura geral que foi realizada de forma flutuante, intuitiva e aberta a idéias, reflexões e hipóteses, como preconizou Bardin, descartamos todas as matérias sobre a Amazônia que, embora tenha em seu corpo o tema ambiental, este não era o central. Foram descartados, por exemplo, textos sobre lançamentos de livros, festas, cinema, teatro e exposições relativos à região amazônica. Em assuntos eventuais como o caso do assassinato da irmã Doroty Strong³⁵ ocorrido na Terra do Meio (região localizada entre os rios Xingu e Tapajós) em fevereiro de 2005, selecionamos apenas as matérias que de certa maneira aprofundaram a questão ambiental.

Para a construção do nosso corpus pré-selecionamos 104 matérias sobre as questões ambientais da Amazônia.

³⁵A missionária americana Dorothy Stang, de 73 anos e há 40 morando no Brasil, foi morta no dia 12 de fevereiro de 2005, por pistoleiros em Anapu, no Pará. Dorothy atuava entre as comunidades rurais da Amazônia. O caso persistiu na mídia até a prisão dos assassinos.

Quadro 1 - 104 matérias analisadas

	Data	Jornal	Página	Título
1	20-06-2004	OESP	A10 Geral	Os vilões brasileiros do efeito estufa
2	30-07-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	O laboratório da floresta
3	03-08-2004	FSP	A16 - Ciência	Governo quer alugar floresta para empresa
4	06-08-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Amazônia - sentar à mesa
5	12-08-2004	OESP	A14 / Geral	Ibama faz maior apreensão de madeira ilegal em Rondônia
6	12-08-2004	OESP	A 14 / Geral	Mesmo proibidas, queimadas se alastram em MT
7	13-08-2004	OESP	A15/Geral	Privatizar área na Amazônia é risco, diz general
8	17-08-2004	FSP	E10 - Ilustrada	O mais radioso dos dias
9	22-08-2004	FSP	Folha Negócios – 25	Inovação impulsiona produto "verde"
10	22-08-2004	FSP	C5 - Cotidiano	Fogo ameaça florestas da região amazônica.
11	13-09-2004	FSP	A3 - Opinião	Superávit pró-Amazônia
12	14-09-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Desmatamento zero
13	22-09-2004	FSP	A 12 Ciência	Chefe do Bird se diz preocupado com soja
14	02-10-2004	FSP	A-6 Ciência	Governo aprova acordo para exploração de biodiversidade
15	05-11-2004	FSP	A16 - Ciência	Ambiente segue economia, indica IBGE
16	07-11-2004	FSP	B10 - Dinheiro	Ministério pretende dobrar exportações
17	07-11-2004	FSP	B1 Dinheiro	"Aluguel" de floresta une madeiras e ONGS
18	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Ex-"rei do mogno" vira exemplo de conservação
19	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Estrangeiro espera estabilidade fundiária
20	08-11-2004	FSP	Folhateen - 03	Rede de preservação
21	08-11-2004	FSP	A2 - Opinião	Economia e Ambiente

22	09-11-2004	FSP	B7 Dinheiro	Aluguel de Floresta é crime, diz geógrafo
23	10-11-2004	FSP	A 12 Ciência	Amazônia ganha 2 milhões de hectares em reservas
24	14-11-2004	FSP	A13 Brasil	Amazônia é maior preocupação do Exército
25	19-11-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Os ventos amazônicos
26	25-11-2004	FSP	A2 - Opinião	Risco Amazônico
27	26-11-2004	FSP	B5 Dinheiro	Desmatamento é 'efeito colateral' de expansão
28	02-12-2004	FSP	A 18 Ciência	Sistema indica avanço no desmatamento
29	09-12-2004	FSP	A19 Ciência	País retorna para o epicentro ambiental
30	17-12-2004	FSP	A20 Ciência	Amazonas cerca 1 Bélgica para conter desmatamento
31	27-12-2004	FSP	A3 - Opinião	Construindo mercados da sustentabilidade
32	31-12-2004	OESP	A2 Espaço	Sonhar não custa
33	05-01-2005	OESP	B7- Economia	Eco Leo se especializa em madeira certificada
34	05-01-2005	OESP	B7 - Economia	Selo Florestal melhora os negócios
35	20-01-2005	OESP	A12 Vida	A soja desmata? Novo estudo amplia polêmica
36	23-01-2005	FSP	A15 Brasil	Para ONG, soja provoca devastação
37	23-01-2005	FSP	A17 Brasil	Verdes querem demonizar a soja, diz Ipea
38	23-01-2005	OESP	A12 - Nacional	Madeira-Mamoré, 366 quilômetros de puro descaso no meio da selva
39	25-01-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	O que é mesmo desenvolvimento?
40	04-02-2005	OESP	A08 - Nacional	Governo recua e permite ação de madeireiros no Pará
41	12-02-2005	FSP	E10 - Ilustrada	Encontros e desencontros amazônicos
42	13-02-2005	OESP	A14 / Vidas	Queimadas e desmatamento, vilões brasileiros
43	13-02-2005	OESP	A12 - Nacional	Missionária americana é morta no Pará
44	14-02-2005	FSP	A5 - Brasil	Terras da União tornam região mais explosiva

45	18-02-2005	FSP	A17 - Ciência	Causa de devastação cria briga na 'Science'
46	21-02-2005	OESP	A08 - Vida&	Desenvolver não significa desmatar
47	24-02-2005	OESP	A8 Nacional	Itamaraty e militares consideram proposta absurda
48	24-02-2005	OESP	A8 Nacional	Lamy quer administração internacional para Amazônia
49	24-02-2005	OESP	A08 -Nacional	Comandante do Exército afirma que ação no Pará vai durar mais um mês
50	25-02-2005	OESP	A4 - Nacional	Para Amorim, proposta de Lamy é preconceituosa
51	27-02-2005	OESP	A4- Nacional	Boa parte da madeira sai de terras do MST
52	27-02-2005	OESP	A4- Nacional	Valor bilionário da madeira levou ao fim 14% da floresta em 30 anos
53	27-02-2005	OESP	A06 - Nacional	Resistente e maleável, mogno é a madeira mais cobiçada
54	27-02-2005	OESP	A08 – Vida&	Madeireiras usam parceria para explorar área
55	04-03-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	A Amazônia de espasmo a espasmo
56	08-03-2005	FSP	A11 - Ciência	Exportação triplica e ilegalidade tem queda
57	13-03-2005	OESP	A11- Nacional	Governo sabe quem desmata, quando e onde, mas não consegue reagir
58	13-03-2005	OESP	A11 - Nacional	As ações estão mais rigorosas e há avanços visíveis, diz secretário
59	14-03-2005	FSP	A11 - Ciência	Tecnologia muda cara da grilagem no PA
60	17-03-2005	FSP	A17 - Ciência	Soja empurra boi para floresta, diz estudo
61	01-04-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	Amazônia pega fogo. E não é com queimadas
62	03-04-2005	FSP	Mais! – 09	A dor de Isidoro e as florestas
63	06-04-2005	FSP	A10 - Ciência	Tocantins tenta reduzir área de proteção
64	13-04-2005	FSP	A3 Opinião	A internacionalização da Amazônia
65	06-05-2005	OESP	A18 Vidas	Maioria dos brasileiros teme invasão estrangeira
66	06-05-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	Uma política para o capital natural
67	08-05-2005	OESP	A12 - Nacional	Uma crise no horizonte de Roraima

68	09-05-2005	OESP	A12 - Nacional	ONGs são fachada para países ricos, diz relatório
69	11-05-2005	FSP	A3 Opinião	A 'Amazônia Azul'
70	12-05-2005	OESP	A03- Editoriais	O rali do desperdício
71	14-05-2005	OESP	A26 Vidas	Pesquisa acha novo arco da devastação
72	14-05-2005	OESP	A26 Vidas	Desmatamento prejudica mil cidades
73	14-05-2005	FSP	B6 Dinheiro	Amazônia, mais que comércio, é tema polêmico com o Brasil
74	17-05-2005	OESP	A9 Geral	Madeireiros ameaçam reservas em RO
75	19-05-2005	OESP	A20 – Vida	Devastação na AM cresce 6%, muito acima da previsão
76	20-05-2005	FSP	A 18 Ciência	Para Marina, sociedade é culpada
77	20-05-2005	OESP	A16 Vidas	Amazônia: devastação deve ser maior
78	26-05-2005	OESP	A17 - Vidas	Um projeto para salvar as florestas
79	27-05-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	Amazônia - onde está a solução?
80	28-05-2005	FSP	E14 Ilustrada	A destruição da floresta
81	29-05-2005	OESP	A18 Vida	Na calha norte do Amazonas, nasce uma frente de devastação
82	29-05-2005	OESP	A19 - Vidas	Isso tudo é pressão da nova fronteira agrícola'
83	29-05-2005	OESP	A19 - Vidas	Um caminhão. 3 toras e muitas dúvidas
84	29-05-2005	OESP	A19 - Vidas	A senhora tem o telefone da Marina'
85	29-05-2005	OESP	A19 - Vidas	Clareiras avançam sobre terras indígenas
86	31-05-2005	OESP	A12 nacional	Na Amazônia, grileiros tomam estrada às vésperas de reforma
87	01-06-2005	FSP	A14 Ciência	New York Times' ataca devastação recorde
88	03-06-2005	FSP	A17- Ciência	Auditoria do Bird critica empréstimo a Grupo Maggi
89	05-06-2005	FSP	A 40 Ciência	Cultivo de grãos avança longe dos rios, diz produtor
90	05-06-2005	OESP	A6 Vidas	Cidades Incham na Amazônia

91	05-06-2005	FSP	A3 - Opinião	O futuro da Amazônia é o nosso futuro
92	10-06-2005	FSP	A 18 Ciência	Sul do AM é foco local de desmate
93	18-06-2005	OESP	A2 -Espaço Aberto	Que vamos fazer com as cidades?
94	19-06-2005	FSP	B1 Dinheiro	Agronegócio e corrupção devastam MT
95	19-06-2005	FSP	B1 Dinheiro	Fraudes e agronegócios devastam MT
96	19-06-2005	FSP	B4 Dinheiro	Ex-madeireiro se assusta com devastação.
97	19-06-2005	FSP	A3 Opinião	Sonho e realidade
98	19-06-2005	FSP	B5 Dinheiro	Intervenção da PF paralisa economia de municípios
99	19-06-2005	FSP	B6 Dinheiro	Maggi diz que dará prioridade a ambiente
100	19-06-2005	FSP	B4 Dinheiro	Máfia ainda não acabou, diz interventor
101	21-06-2005	FSP	A2 -Opinião	Desmatamento
102	21-06-2005	FSP	A2 - Opinião	Brasil verde
103	21-06-2005	OESP	A2 -Espaço Aberto	Amazônia, uma batalha perdida?
104	28-06-2005	FSP	A14 - Ciência	Para ecólogo, devastação tem 'lado bom'

Do total de 104 matérias, 53 (49%) foram publicadas na FSP e 51 (51%) no OESP, constituindo, no nosso entender, uma amostragem bem equilibrada do *corpus*.

Distribuição das matérias por jornais – Todas matérias

Jornal	NA	%
OESP	51	49,0
FSP	53	51,0
Total	104	100

Em sua maioria as matérias encontravam-se publicadas no primeiro caderno de cada jornal. Estas matérias distribuídas por editorias apontam que na FSP predominam os textos na editoria Ciência, seguida de Dinheiro e Opinião. Em OESP predomina textos publicados na

editoria Nacional, Espaço Aberto e Vida &, sendo que esta última editoria passou a existir no ano de 2005 e hoje se concentra a maioria das matérias sobre meio ambiente.

Jornal	Editoriais	NA
OESP	Economia	2
OESP	Editoriais	1
OESP	Espaço Aberto	12
OESP	Geral	5
OESP	Nacional	15
OESP	Vidas	16
FSP	Brasil	4
FSP	Ciência	19
FSP	Cotidiano	1
FSP	Dinheiro	13
FSP	Folha Negócios	1
FSP	Folhateen	1
FSP	Ilustrada	3
FSP	Mais!	1
FSP	Opinião	10
		104

Exceto os editoriais, todas as demais matérias eram assinadas. Observa-se em alguns casos que repórteres assinam várias matérias. Notadamente na FSP, Cláudio Ângelo (editor do caderno Ciência) desponta com um maior número de textos publicados. Em OESP, a distribuição é mais uniforme e destacamos a especificidade do jornalista Washington Novaes que escreve regularmente, às sextas-feiras, sobre meio ambiente.

A jornalista Cristina Amorim aparece tanto em OESP (5 vezes), como na FSP (2) pois a repórter migrou de um jornal para o outro neste período.

Matérias assinadas (por números absolutos)

Autor	Jornal	NA
Claudio Angelo	FSP	16
Cristina Amorim	OESP	5
Washington Novaes	OESP	5
Herton Escobar	OESP	4
Roldão Arruda	OESP	3
Ana Paula Boni	FSP	2
Andrea Vialli	OESP	2
Carlos Mendes	OESP	2

Cristina Amorim	FSP	2
Denise Chrispim Marin	OESP	2
Leonencio Nossa	OESP	2
Ligia Formenti	OESP	2
Luciana Nunes Leal	OESP	2
Nilton Salina	OESP	2
Rubens Valente	FSP	2
Tânia Monteiro	OESP	2
Afra Balazina	FSP	1
Alcinéia Cavalcanti	OESP	1
Alessandra Kormann	FSP	1
Ana Flor	FSP	1
Carlos de Meira Mattos	FSP	1
Clóvis Rossi	FSP	1
Drausio Varella	FSP	1
Ennio Gandotti	OESP	1
Evanildo da Silveira	OESP	1
Fábio Amato	FSP	1
Fernando Gabeira	FSP	1
Hudson Corrêa	OESP	1
Israel Klabin	FSP	1
Jamil Chade	OESP	1
João Naves de Oliveira	OESP	1
José Goldemberg	OESP	1
Kátia Brasil	FSP	1
Leonel Rocha	OESP	1
Liege Albuquerque	OESP	1
Marcelo Leite	FSP	1
Maria Silvia B. Marques	FSP	1
Mariana Viveiros	FSP	1
Odail Figueiredo	OESP	1
Pedro Soares	FSP	1
Phillipe Reischbul	FSP	1
Ricardo Abramovay	FSP	1
Roberto de Guimaraes Carvalho	FSP	1
Roberto Mangabeira Unger	FSP	1
Rubens Ricupero	FSP	1
Tatiana Diniz	FSP	1
Xico Graziano	OESP	1
Zequinha Neto	OESP	1

Obs: Algumas matérias foram assinadas por uma ou mais pessoas.

Classificamos posteriormente estas 104 matérias em categorias de acordo com os temas mais frequentes, tais como podemos observar no Quadro 02. Os assuntos mais abordados foram o desmatamento (queimadas), a discussão sobre a internacionalização da região (e a soberania), o avanço do agronegócio (fronteiras agrícolas e avanço das plantações de soja) e matérias sobre o processo de certificação ambiental.

Quadro 02

Categoria temática	Definição para escolha	Observações
Desmatamento e queimadas	Foram alocadas 57 matérias que versavam sobre as consequências do desmatamento, a ação das madeiras, a questão da fiscalização dos órgãos governamentais, sobretudo do Ibama, a expansão da fronteira agrícola e suas consequências.	Nesta categoria podemos observar uma frequência maior na mídia, fruto do factual
Internacionalização e soberania nacional	Foram alocadas 15 matérias que versavam sobre a preocupação com a “chamada internacionalização da Amazônia”, sobre a soberania nacional, defesa do território, preocupações militares etc.	Esteve mais presente na mídia no período analisado devido ao pronunciamento do atual diretor da OMC.
Desenvolvimento sustentável e Certificações	Foram alocadas 32 matérias que abordaram a questão da certificação florestal, da biodiversidade, da biopirataria, da concessão florestal e de ações que visam o chamado “desenvolvimento sustentável” ou “a floresta em pé”.	Permite-nos observar a veiculação de mensagens com forte defesa do desenvolvimento sustentável e dos mecanismos de certificações florestais.

4.1.3 – A descrição analítica

Do total de 104 matérias, procuramos compor outras unidades temáticas com o objetivo de melhor compreender as implicações políticas, econômicas e sociais presentes no corpo das matérias.

Para a construção do processo de descrição analítica, orientamo-nos, com base em nossas hipóteses e no referencial teórico que nortearam nossos propósitos da pesquisa. Desse processo, as matérias foram categorizadas em grupos distintos que emergiram da análise do *corpus*.

Partimos da hipótese da existência de um processo de mercantilização da Amazônia onde a região é vista como uma área, ou um patrimônio, onde tudo pode ser explorado, uma grande fronteira para o desenvolvimento agrícola e industrial. Diante do esgotamento do paradigma nacional-desenvolvimentista e do esgotamento do paradigma da economia de fronteira vimos emergir um novo modelo, o desenvolvimento sustentável.

Sobre a questão, chamou-nos a atenção a forma calorosa que o assunto provoca quando surge na agenda midiática. No momento da elaboração desta pesquisa, a tese mais recente versava sobre uma Amazônia enquanto um "patrimônio da humanidade", devendo ser administrada por uma autoridade internacional, capaz de garantir a sobrevivência de vida no planeta.

Estas duas hipóteses, a do processo de mercantilização e a da internacionalização, aliadas ao questionamento que provocamos no limiar da nossa pesquisa sobre a hipótese da manipulação no processo informativo sobre a Amazônia orientaram-nos no processo de composição do *corpus* deste trabalho.

1º grupo temático: desmatamento

Neste agrupamento foram alocadas 57 matérias que versavam sobre as consequências do desmatamento, a ação das madeiras, a questão da fiscalização dos órgãos governamentais, sobretudo do Ibama, a expansão da fronteira agrícola e suas consequências.

Quadro 03 - desmatamento				
	Data	Jornal	Página	Título
1	28-06-2005	FSP	A14 Ciência	Para ecólogo, devastação tem 'lado bom'
2	21-06-2005	FSP	A2 Opinião	Desmatamento
3	19-06-2005	FSP	B1 Dinheiro	Agronegócio e corrupção devastam MT
4	19-06-2005	FSP	B1 Dinheiro	Fraudes e agronegócios devastam MT
5	19-06-2005	FSP	B4 Dinheiro	Ex-madeireiro se assusta com devastação.
6	19-06-2005	FSP	B5 Dinheiro	Intervenção da PF paralisa economia de municípios

7	19-06-2005	FSP	B6 Dinheiro	Maggi diz que dará prioridade a ambiente
8	19-06-2005	FSP	B4 Dinheiro	Máfia ainda não acabou, diz interventor
9	10-06-2005	FSP	A 18 Ciência	Sul do AM é foco local de desmate
10	05-06-2005	FSP	A 40 Ciência	Cultivo de grãos avança longe dos rios, diz produtor
11	05-06-2005	FSP	A3 -Opinião	O futuro da Amazônia é o nosso futuro
12	03-06-2005	FSP	A17-Ciência	Auditoria do Bird critica empréstimo a Grupo Maggi
13	01-06-2005	FSP	A14 Ciência	New York Times' ataca devastação recorde
14	31-05-2005	OESP	A12 Nacional	Na Amazônia, grileiros tomam estrada às vésperas de reforma
15	29-05-2005	OESP	A18 Vida	Na calha norte do Amazonas, nasce uma frente de devastação
16	29-05-2005	OESP	A19- Vidas	Isso tudo é pressão da nova fronteira agrícola'
17	29-05-2005	OESP	A19- Vidas	Um caminhão. 3 toras e muitas dúvidas
18	29-05-2005	OESP	A19- Vidas	A senhora tem o telefone da Marina'
19	29-05-2005	OESP	A19- Vidas	Clareiras avançam sobre terras indígenas
20	28-05-2005	FSP	E14 Ilustrada	A destruição da floresta
21	27-05-2005	OESP	A2 -Espaço Aberto	Amazônia - onde está a solução?
22	26-05-2005	OESP	A17 Vidas	Um projeto para salvar as florestas
23	20-05-2005	FSP	A 18 Ciência	Para Marina, sociedade é culpada
24	20-05-2005	OESP	A16 Vidas	Amazônia: devastação deve ser maior
25	19-05-2005	OESP	A20 Vida	Devastação na AM cresce 6%, muito acima da previsão
26	17-05-2005	OESP	A9 Geral	Madeireiros ameaçam reservas em RO
27	14-05-2005	OESP	A26 Vidas	Pesquisa acha novo arco da devastação
28	14-05-2005	OESP	A26 Vidas	Desmatamento prejudica mil cidades

29	06-04-2005	FSP	A10 Ciência	Tocantins tenta reduzir área de proteção
30	17-03-2005	FSP	A17 Ciência	Soja empurra boi para floresta, diz estudo
31	14-03-2005	FSP	A11 Ciência	Tecnologia muda cara da grilagem no PA
32	13-03-2005	OESP	A11-Nacional	Governo sabe quem desmata, quando e onde, mas não consegue reagir
33	13-03-2005	OESP	A11 Nacional	As ações estão mais rigorosas e há avanços visíveis, diz secretário
34	04-03-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	A Amazônia de espasmo a espasmo
35	27-02-2005	OESP	A4- Nacional	Boa parte da madeira sai de terras do MST
36	27-02-2005	OESP	A4- Nacional	Valor bilionário da madeira levou ao fim 14% da floresta em 30 anos
37	27-02-2005	OESP	A06 Nacional	Resistente e maleável, mogno é a madeira mais cobiçada
38	27-02-2005	OESP	A08	Madeireiras usam parceria para explorar área
39	18-02-2005	FSP	A17 Ciência	Causa de devastação cria briga na 'Science'
40	13-02-2005	OESP	A14 Vidas	Queimadas e desmatamento, vilões brasileiros
41	04-02-2005	OESP	A08 - Nacional	Governo recua e permite ação de madeireiros no Pará
42	23-01-2005	FSP	A15 Brasil	Para ONG, soja provoca devastação
43	23-01-2005	FSP	A17 Brasil	Verdes querem demonizar a soja, diz Ipea
44	23-01-2005	OESP	A12 - Nacional	Madeira-Mamoré, 366 quilômetros de puro descaso no meio da selva
45	20-01-2005	OESP	A12 Vida	A soja desmata? Novo estudo amplia polêmica
46	17-12-2004	FSP	A20 Ciência	Amazonas cerca 1 Bélgica para conter desmatamento
47	09-12-2004	FSP	A19 Ciência	País retorna para o epicentro ambiental
48	02-12-2004	FSP	A18 Ciência	Sistema indica avanço no desmatamento
49	26-11-2004	FSP	B5 Dinheiro	Desmatamento é 'efeito colateral' de expansão
50	25-11-2004	FSP	Opinião	Risco Amazônico

51	10-11-2004	FSP	A 12 Ciência	Amazônia ganha 2 milhões de hectares em reservas
52	22-09-2004	FSP	A 12 Ciência	Chefe do Bird se diz preocupado com soja
53	14-09-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Desmatamento zero
54	22-08-2004	FSP	C5 - Cotidiano	Fogo ameaça florestas da região amazônica.
55	12-08-2004	OESP	A14 / Geral	Ibama faz maior apreensão de madeira ilegal em Rondônia
56	12-08-2004	OESP	A 14 / Geral	Mesmo proibidas, queimadas se alastram em MT
57	20-06-2004	OESP	A10 Geral	Os vilões brasileiros do efeito estufa

Dentro do universo pesquisado há também um equilíbrio no número de matérias sobre desmatamento em ambos os jornais, sendo que de um total de 57 textos, 29 (50,8%) são publicadas na FSP e 28 (49,2%) publicado no OESP.

Distribuição das matérias por jornais – desmatamento

Jornal	NA	%
FSP	29	50,8
OESP	28	49,2
Total	57	100

2º grupo: Internacionalização e soberania nacional

Neste agrupamento foram alocadas 15 matérias (quadro 04) que versavam sobre a preocupação com a “chamada internacionalização da Amazônia”, sobre a soberania nacional, defesa do território, preocupações militares etc.

Quadro 04 Internacionalização e soberania				
	Data	Jornal	Página	Título
1	13-08-2004	OESP	A15/Geral	Privatizar área na Amazônia é risco, diz general
2	14-11-2004	FSP	A13 Brasil	Amazônia é maior preocupação do Exército
3	31-12-2004	OESP	A2 Espaço	Sonhar não custa

4	12-02-2005	FSP	E10 - Ilustrada	Encontros e desencontros amazônicos
5	24-02-2005	OESP	A8 Nacional	Itamaraty e militares consideram proposta absurda
6	24-02-2005	OESP	A8 Nacional	Lamy quer administração internacional para Amazônia
7	24-02-2005	OESP	A08 -Nacional	Comandante do Exército afirma que ação no Pará vai durar mais um mês
8	25-02-2005	OESP	A4 - Nacional	Para Amorim, proposta de Lamy é preconceituosa
9	13-04-2005	FSP	A3 Opinião	A internacionalização da Amazônia
10	06-05-2005	OESP	A18 Vidas	Maioria dos brasileiros teme invasão estrangeira
11	08-05-2005	OESP	A12 - Nacional	Uma crise no horizonte de Roraima
12	09-05-2005	OESP	A12 - Nacional	ONGs são fachada para países ricos, diz relatório
13	11-05-2005	FSP	A3 Opinião	A 'Amazônia Azul'
14	14-05-2005	FSP	B6 Dinheiro	Amazônia, mais que comércio, é tema polêmico com o Brasil
15	19-06-2005	FSP	A3 Opinião	Sonho e realidade

Deste total de 15 textos, 6 matérias são da FSP (40%) e 9 matérias (60%) de OESP. Nota-se uma leve predominância de textos sobre internacionalização e soberania nas páginas do tradicional *O Estado de S. Paulo*.

Distribuição das matérias por jornais – internacionalização

Jornal	NA	%
FSP	06	40
OESP	09	60
Total	15	100

3º grupo: Desenvolvimento Sustentável e Certificações

Neste agrupamento temático foram alocadas 32 matérias (quadro 05) que abordaram a questão da certificação florestal, da biodiversidade, da biopirataria, da concessão florestal e de ações que visam o identificar o chamado “desenvolvimento sustentável” ou o processo da “floresta em pé”.

Quadro 05 - Desenvolvimento Sustentável				
	data	Página	Editoria	Título
1	17-08-2004	FSP	E10 - Ilustrada	O mais radioso dos dias
2	08-11-2004	FSP	A2 - Opinião	Economia e Ambiente
3	30-07-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	O laboratório da floresta
4	03-08-2004	FSP	A16 - Ciência	Governo quer alugar floresta para empresa
5	06-08-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Amazônia - sentar à mesa
6	22-08-2004	FSP	Folha Negócios - 25	Inovação impulsiona produto "verde"
7	13-09-2004	FSP	A3 - Opinião	Superávit pró-Amazônia
8	02-10-2004	FSP	A-6 Ciência	Governo aprova acordo para exploração de biodiversidade
9	05-11-2004	FSP	A16 - Ciência	Ambiente segue economia, indica IBGE
10	07-11-2004	FSP	B10 - Dinheiro	Ministério pretende dobrar exportações
11	07-11-2004	FSP	B1 Dinheiro	"Aluguel" de floresta une madeireiras e ONGS
12	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Ex-"rei do mogno" vira exemplo de conservação
13	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Estrangeiro espera estabilidade fundiária
14	08-11-2004	FSP	Folhateen - 03	Rede de preservação
15	09-11-2004	FSP	B7 Dinheiro	Aluguel de Floresta é crime, diz geógrafo
16	19-11-2004	OESP	A2 - Espaço Aberto	Os ventos amazônicos
17	27-12-2004	FSP	A3 - Opinião	Construindo mercados da sustentabilidade
18	05-01-2005	OESP	B7- Economia	Eco Leo se especializa em madeira certificada

19	05-01-2005	OESP	B7 - Economia	Selo Florestal melhora os negócios
20	25-01-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	O que é mesmo desenvolvimento?
21	13-02-2005	OESP	A12 - Nacional	Missionária americana é morta no Pará
22	14-02-2005	FSP	A5 - Brasil	Terras da União tornam região mais explosiva
23	21-02-2005	OESP	Geral	Desenvolver não significa desmatar
24	08-03-2005	FSP	A11 - Ciência	Exportação triplica e ilegalidade tem queda
25	01-04-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	Amazônia pega fogo. E não é com queimadas
26	03-04-2005	FSP	Mais! - 09	A dor de Isidoro e as florestas
27	06-05-2005	OESP	A2 Espaço Aberto	Uma política para o capital natural
28	12-05-2005	OESP	A03- Editoriais	O rali do desperdício
29	05-06-2005	OESP	A6 Vidas	Cidades Incham na Amazônia
30	18-06-2005	OESP	A2 -Espaço Aberto	Que vamos fazer com as cidades?
31	21-06-2005	FSP	A2 - Opinião	Brasil verde
32	21-06-2005	OESP	A2 -Espaço Aberto	Amazônia, uma batalha perdida?

Dos textos analisados no tema desenvolvimento sustentável, 18 (56,3%) foram publicados na FSP e 14 (43,7%) publicados em OESP.

Notamos neste segmento uma leve tendência da *Folha de S. Paulo* em publicar matérias cujo conteúdo versam sobre certificações ou sustentabilidade.

Distribuição das matérias por jornais – desenvolvimento sustentável

Jornal	NA	%
FSP	18	56,3
OESP	14	43,7
Total	32	100

Em cada um desses grupos (desmatamento, internacionalização e desenvolvimento sustentável) realizamos um novo recorte, selecionando matérias para um aprofundamento da análise crítica.

4. 2.1 - A interpretação referencial: a análise crítica das matérias

Karel Kosik, ao tratar da leitura de *O Capital*, de Karl Marx, nos fornece uma idéia do que é uma investigação que utiliza o método de interpretação de texto.

Toda interpretação já é sempre uma avaliação do texto, seja inconsciente e portanto infundada, seja consciente e fundada: a omissão (que varia historicamente) de determinadas partes ou frases do texto como pouco importantes ou pouco significativas, ou até mesmo a incompreensão de algumas passagens (em relação à época, à cultura, à atmosfera cultural) e, portanto, a sua “neutralização” já constituem implicitamente uma avaliação, por distinguirem no texto o que é significativo e o que é menos significativo, o que é atual e o que é ultrapassado, o que é importante e o que é secundário (KOSIK, 1985, p.143)

Com base nessa premissa, iniciamos aqui a análise do material coletado estabelecendo um diálogo entre o texto analisado e nossos referenciais teóricos. Nossa intenção foi a de interagir com o texto, buscando ir além do próprio texto, aprofundando a análise, buscando revelar as manifestações ideológicas e as tendências e ou características dos fenômenos observados.

4.2.2. - Desmatamento e ação de madeiras

Usa-se o termo desflorestação ou desflorestamento para denominar este processo de desaparecimento de florestas fundamentalmente causada pela atividade humana sobre a natureza. Optamos por usar o termo desmatamento por estar mais próximo da linguagem comum.

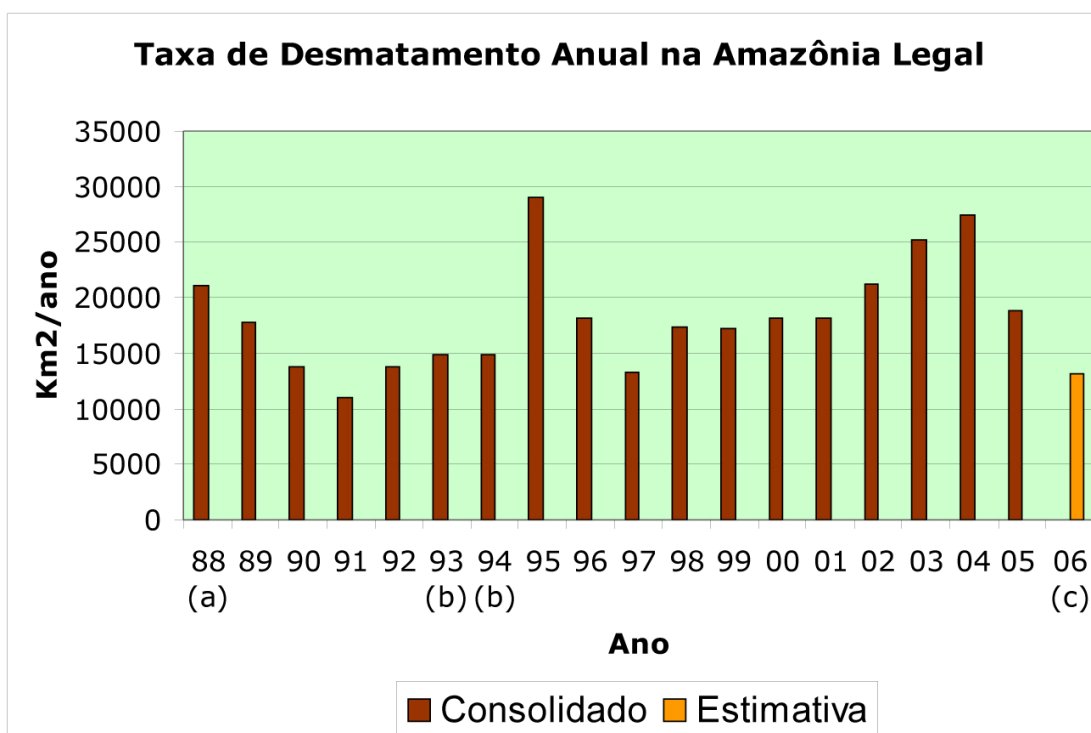
O desmatamento consiste na retirada da cobertura vegetal em determinada área para utilização comercial da madeira e/ou para a implantação de projetos agropecuários e também na expansão urbana ou em casos especiais, na implantação de grandes projetos (hidrelétricas, por exemplo). O desmatamento pode ser praticado de várias formas, tais como a prática de corte manual; o uso de moto-serras e tratores, com a prática da capina e de queimadas.

O desmatamento condena as populações que dependem da floresta para a sua subsistência. Atinge um patrimônio genético que poderia ser usado para originar novos tipos de remédios e alimentos; empobrece os solos tropicais, que se tornam inférteis, degradados, podendo ocorrer a desertificação, ameaça extinguir dezenas de espécies, ou provocar a poluição dos recursos hídricos e da atmosfera.

O desmatamento na Amazônia foi durante o período de 2004-2005 o assunto mais tratado na mídia. O desmatamento ocorre diante de uma lógica privada de ocupação da Amazônia e que estimula a adoção da prática agropecuária. As causas do desmatamento na região são múltiplas, a realidade é complexa e envolve vários atores sociais e diversos interesses.

A taxa de desmatamento anual vem sendo historicamente medida desde 1988 pelo Prodes (Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia) . Os dados do Quadro 06 foram obtidos pelo Deter (Desmatamento em tempo real) e são apurados pelo Inpe.

Quadro 06



Fonte: Inpe (www.inpe.br).

- a) Média entre 1977 e 1988
- (b) Média entre 1993 e 1994
- (c) Taxa de 2006 - estimativa

Por outro lado, estudos do ISA - Instituto Socioambiental e do Fórum Brasileiro de ONGs demonstraram a relação entre a expansão da área cultivada de soja e o desmatamento de florestas "virgens", principalmente na região do médio e norte do Mato Grosso. Segundo o estudo, a soja também tem uma relação indireta com o desmatamento, ao substituir áreas que antes estavam com a pecuária. A soja passa, então, a "empurrar" a criação de gado para as fronteiras agrícolas, aumentando ainda mais a devastação de áreas conhecidas como "virgens".

O Ipea - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em outro estudo, afirma que não há vínculo entre o desmatamento e a expansão da soja. O Ipea mostra que o crescimento da área plantada de soja teve uma explosão nos últimos três anos agrícolas (2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004), com expansão média anual de 13,8%, mas não chegou a "invadir" a Amazônia. Esse percentual significa dizer que essa expansão foi quatro vezes superior à média de 3,6% registrada nos 10 anos anteriores.

Os últimos dados fornecidos pelo governo, através do MMA- Ministério do Meio Ambiente e pelo Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, indicam que o ritmo de desmatamento deve se repetir em 2006. Os números serão atualizados pelo Deter - Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, um serviço desenvolvido pelo Inpe e que utiliza imagens de alta precisão dos satélites LandSat e Cbers para detectar desmatamentos.

Do ponto de vista midiático, o desmatamento marca visualmente, pois é a manifestação mais visível do processo de degradação ambiental da Amazônia. É a face da destruição imagética de forte apelo midiático. Não é raro os jornais estamparem em suas páginas fotos de toras de madeiras empilhadas nas carrocerias dos caminhões ou no leito dos rios.

Estas imagens espetaculares, a partir da década de 90 passaram a simbolizar o processo de destruição das florestas

Desde então, as campanhas transnacionais têm estrategicamente focado o comércio madeireiro que é realizado entre os países do Norte e a região amazônica. Tal enfoque, não se pode esquecer, é inspirado por princípios norteadores da noção hegemônica de "desenvolvimento sustentável", com destaque para o papel e para o apelo à cooperação entre os diversos segmentos da sociedade (ZHOURI, 2006, p.140).

As montanhas de madeiras estampadas nos jornais assustam o leitor do eixo sul/sudeste, certamente são imagens espetaculares que o leitor vê e sente-se impotente para lidar com esta realidade.

CALHA NORTE: A NOVA FRENTE DA DEVASTAÇÃO

JONNE RORIZ/AG



●●● O desmatamento já ameaça a calha norte do Amazonas, a região formada pelos Estados

do Amapá e Roraima, além do norte do Amazonas e do Pará. Madeiros, grileiros e produto-

res de soja começam a se instalar na área, fazendo queimadas e abrindo clareiras na floresta até

há pouco virgem. Ambientalistas e pesquisadores denunciam a devastação. ● PÁGS. A18 E A19

O Estado de S. Paulo. 29/05/2005



DEVASTAÇÃO – Depósito de madeireiros entre Altamira e Anapu; cerca de 28 milhões de metros cúbicos deixaram a Amazônia no ano passado

O Estado de S. Paulo – 27 de fevereiro de 2005

Das 57 matérias selecionadas no Quadro 3 (desmatamento), procedemos a um novo recorte para uma análise crítica das suas mensagens.

Separámos aleatoriamente 8 (oito) textos para análise mais detalhada de conteúdo.

Quadro 07 – Texto de desmatamento para análises

	Data	Jornal	Página	Título
Texto 1	04-02-2005	OESP	A08 - Nacional	Governo recua e permite ação de madeireiros no Pará
Texto 2	26-05-2005	OESP	A17 - Vidas	Um projeto para salvar as florestas
Texto 3	22-09-2004	FSP	A 12 Ciência	Chefe do Bird se diz preocupado com soja
Texto 4	28-06-2005	FSP	A14 - Ciência	Para ecólogo, devastação tem 'lado bom'
Texto 5	31-05-2005	OESP	A12 Nacional	Na Amazônia, grileiros tomam estrada às vésperas de reforma
Texto 6	25-11-2004	FSP	A2 - Opinião	Risco Amazônico
Texto 7	21-06-2005	FSP	A2 -Opinião	Desmatamento
Texto 8	20-01-2005	OESP	A12 Vida	A soja desmata? Novo estudo amplia polêmica

Texto 1 - Governo recua e permite ação de madeireiras no Pará. O Estado de São Paulo.**Autor: Leonel Rocha. 04/02/2005**

Governo recua e permite ação de madeireiras no Pará
Leonel Rocha-Colaborou: Carlos Mendes, especial para o Estado
O Estado de S. Paulo
4/2/2005

Portaria exigia regularização até janeiro, o que não ocorreu

BRASÍLIA - O governo recuou e decidiu permitir que os madeireiros do oeste do Pará continuem a explorar madeira de lei na região, mesmo sem a regularização exigida em portaria conjunta editada em dezembro pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. A portaria exigia a regularização das fazendas até o último dia útil de janeiro, o que não ocorreu.

A decisão de voltar atrás foi tomada ontem, depois de uma reunião de quase três horas no Ministério do Meio Ambiente com a presença de assessores dos dois ministérios, madeireiros e representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de deputados, senadores e enviados do governo do Pará.

Com a decisão, o governo espera acabar imediatamente com o protesto promovido pelos madeireiros e comerciantes de Novo Progresso, que chegaram a bloquear as estradas e derrubar três pontes que dão acesso à cidade.

A crise entre madeireiros do Pará e o governo federal começou em dezembro, quando o Ibama e o Incra decidiram recadastrar todos os fazendeiros, posseiros ou detentores de títulos provisórios das terras, exigindo a apresentação de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, o plano de manejo e um mapa com a localização geodésica da fazenda. Em muitos casos, o Incra constatou que a localização apresentada indicava que a fazenda estava na África.

O governo concedeu mais 60 dias para os madeireiros fazerem o recadastramento com as exigências previstas na portaria interministerial.

Na mesma decisão de ontem, o governo permitiu que os planos de manejo que tinham sido apresentados no ano passado ao Ibama e ao Incra possam ser executados, desde que não haja conflito agrário no local e o plano de manejo esteja sendo executado sem prejuízos para o meio ambiente.

"Conseguimos resolver o problema momentaneamente", comemorou o presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, Luiz Tremonte.

O impasse entre os madeireiros, que conseguiram mobilizar boa parte dos 40 mil habitantes de Novo Progresso em favor da permanência da exploração de mogno, jacarandá, cedro, além de outras madeiras de lei, foi superado, mas o problema fundiário continua.

APREENSÃO

A fiscalização do Ibama de Santarém, com apoio de um helicóptero, flagrou ontem o transporte ilegal de 1,2 mil metros cúbicos de madeira nobre pelo Rio Jarauçu, que corta a Reserva Verde Para Sempre, criada recentemente pelo governo federal em Porto de Moz, no sudoeste do Pará.

O Ibama informou que a empresa MG Madeireira Araguaia Indústria e Comércio Agropecuário, que transportava a madeira em duas balsas, não tinha a Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF). Indicou, ainda, que a MG pertence à família do presidente da Federação das Indústrias do Pará, Danilo Remor.

De acordo com o chefe da fiscalização do Ibama em Santarém, Manoel Costa, o responsável pela MG, César Paulo Remor, adquiriu de terceiros a madeira extraída dentro da reserva.

O fato: o governo federal concedeu mais 60 dias para os madeireiros (que mobilizaram uma cidade toda) realizarem o recadastramento com exigências previstas numa portaria interministerial editada no fim do ano (2004). A versão do jornal: “governo recua e permite ação de madeireiros no Pará”.

O *lead*³⁶ da matéria expressa uma decisão governamental que caracteriza um conluio entre o governo e os madeireiros: “o governo recuou e decidiu permitir que os madeireiros do oeste do Pará continuem a explorar madeira de lei na região, mesmo sem a regularização exigida em portaria”. O Estado aparece como a instituição que recuou, permitiu, voltou atrás caracterizando-o como uma instituição frágil e vacilante diante do poderio e da ação dos madeireiros.

Lembremos que pelos padrões de manipulação, Abramo (2003, p. 29) nos alerta que não é o “fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém –da fonte das declarações e opiniões”.

Portanto, através dessa visão o que ocorre nesta matéria é a típica inversão da versão pelo fato demonstrada por Abramo. O que de real aconteceu foi um acordo entre o governo e os madeireiros, para que estes desocupassem ou paralisassem o protesto, o próprio reconhecimento desta ação é assumido pelo líder dos madeireiros no parágrafo 7: “consequimos resolver o problema momentaneamente”.

³⁶ O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia, nele deverão estar expressos os quatro elementos básicos (quem, o quê, onde e quando) que são essenciais do acontecimento que se relata. (CARDET, 1981, p.17)

O contraditório nesta notícia é que depois de criticar a ineficácia da ação fiscalizatória do Ibama, o texto na sua parte final a partir do intertítulo *Apreensão* narra a eficácia de um combate fiscalizador do órgão federal.

No fim do texto, o verdadeiro motivo do recuo governamental é explicitado. Quase se constituindo um *lead* às avessas:

O impasse entre os madeireiros, que conseguiram mobilizar boa parte dos 40 mil habitantes de Novo Progresso em favor da permanência da exploração de mogno, jacarandá, cedro, além de outras madeiras de lei, foi superado, mas o problema fundiário continua.

Este parágrafo é que deveria compor o eixo central da notícia. Mas, para o jornal, quando o sujeito da frase é o governo federal (ou do Mato Grosso) é preferível reforçar que o governo recuou, decidiu, permitiu, concedeu, voltou atrás.

Texto 2 - Um projeto para salvar as florestas. O Estado de S. Paulo. 26/05/2005

Um projeto para salvar as florestas

Bird e WWF lançam plano para reduzir em 10% até 2010 o desmatamento mundial, ampliando as áreas protegidas

CONSERVAÇÃO

O Banco Mundial (Bird) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) anunciaram ontem um programa para reduzir em 10% até 2010 o ritmo de desmatamento mundial, que atualmente é de 14 milhões de hectares. Segundo as duas instituições, o projeto 'apoiará o estabelecimento de novas áreas de florestas protegidas, tais como parques nacionais, uma administração mais eficaz das áreas protegidas, e uma administração melhor das florestas fora das áreas protegidas'.

As duas organizações fizeram seu anúncio durante a quinta reunião do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas e pediram a atenção da comunidade internacional para a perda anual, principalmente em regiões tropicais, de superfícies de floresta equivalentes ao território da Grécia. 'Florestas que são valiosas ecológica e economicamente, em lugares como as florestas boreais do distante oriente da Rússia, as terras baixas de Sumatra e as selvas tropicais da Amazônia e o Congo, desaparecem rapidamente por causa da poda madeireira ilegal e da agricultura', disse Claude Martin, diretor-geral do WWF.

PERDAS ECONÔMICAS

Ian Johnson, vice-presidente do Bird para Desenvolvimento Sustentável, disse que os países em desenvolvimento perdem a cada ano cerca de US\$ 15 bilhões em arrecadações por causa das madeiras ilegais. 'Este é dinheiro que os governos nos países pobres poderiam usar para serviços sociais e

assistência da saúde', acrescentou. 'Estas práticas devem acabar. O Banco Mundial e o WWF estão comprometidos em trabalhar com todas as partes envolvidas para estabelecer um regulamento eficaz e igualitário das práticas florestais', disse Johnson.

Em 1998, o Banco Mundial e o WWF formaram uma Aliança para a Conservação e Uso Sustentável, que apresentou propostas e financiou programas para iniciativas tais como a que no Brasil estabeleceu 8 milhões de hectares de novas áreas florestais protegidas.

Conforme a matéria, fica claro o papel das grandes instituições financeiras mundiais que entendem que as florestas são de uma importância ecológica valiosa, sobretudo econômica, alertando para as perdas em arrecadações que os países sofrem por causa das madeiras ilegais. O Banco Mundial, desde o começo da década de 1990 passou a incluir questões sociais e ambientais em suas diretrizes gerais.

A matéria é um retrato da aliança entre o Banco Mundial e um setor do ambientalismo de linhagem conservacionista (WWF) unindo esforço para robustecer a chamada “concepção florestal” da Amazônia que leve a uma administração mais “eficaz”, “melhor” para as florestas.

O título da matéria carrega na expressão “salvar” dando a entender que o projeto de fato salvará as florestas. Talvez o mais apropriado seria o uso no título do intertítulo *Conservação*. A ação do Bird não é impulsionada por uma conceitual defesa ecológica, mas sim pelas “perdas econômicas” decorrentes das madeiras. Note que diferentemente da WWF, o Bird não inclui a agricultura nesse rol.

A idéia básica do texto em comunhão com a instituição financeira e a organização ambientalista é trabalhar ideologicamente a questão do atraso que significa o desmatamento ilegal e a necessidade de ampliar novas áreas protegidas. No último parágrafo o texto fala do sucesso deste tipo de ação, porém não analisa, nem informa com mais precisão quais ações foram estas. O leitor certamente não saberia que a matéria se refere neste parágrafo ao ARPA (Amazon Region Protected Areas Program) ou no caso brasileiro Programa de Áreas Protegidas da Região Amazônica idealizado pelo Banco Mundial em parceria com o WWF e realizado em conjunto com o governo brasileiro e que tem como alguns objetivos criar 18 milhões de hectares de novas áreas protegidas, consolidar as áreas já existentes, estabelecer e operar um fundo de dotações para as áreas protegidas.

Texto 3 - Chefe do Bird se diz preocupado com soja. Cláudio Ângelo. Folha de São Paulo. A12. 22/09/2004.

Chefe do Bird se diz preocupado com soja

O presidente do Bird (Banco Mundial), James Wolfensohn, disse ontem a ambientalistas brasileiros estar "preocupado com a introdução da soja" na Amazônia e disse que irá analisar pedido feito por eles de exigir avaliação ambiental rigorosa de um projeto do banco para financiar a expansão da lavoura em Mato Grosso. Durante uma teleconferência com representantes do Fórum das ONGs brasileiras, que reúne 19 entidades, Wolfensohn afirmou que se sentaria com colegas do banco e do IFC (braço do Bird que cuida de financiamento à iniciativa privada) para "discutir a classificação desse projeto".

A Folha adiantou no último domingo que as ONGs tentam convencer o Banco Mundial a classificar de forma diferente um pedido de financiamento de US\$ 30 milhões do Grupo André Maggi -de propriedade da família do governador do Estado, Blairo Maggi- para expandir em 250 mil toneladas anuais a produção de soja no leste de Mato Grosso.

A categoria proposta pelos ambientalistas é a A (alto risco ambiental). O pedido feito pela empresa ao IFC propõe que o projeto seja posto na categoria B (menor risco). A proposta deve ser votada amanhã pelo Conselho do IFC.

Nos últimos dois meses, as ONGs escreveram a Wolfensohn duas vezes pedindo que o banco reavaliasse o projeto. "Só ontem (anteontem) tomei conhecimento de sua carta", afirmou.

O Grupo Maggi afirma que a expansão da soja não é um fator de alto risco ambiental. Os sojicultores geralmente ocupam áreas nas quais a floresta já havia sido derrubada -primeiro seletivamente, para a extração de madeira, depois em corte raso, para pasto. "A soja praticamente não abre fronteira", disse à Folha o diretor ambiental da Maggi, Ocimar Villela.

Ele afirma que o grupo empresarial nunca foi consultado pelas ONGs sobre a reclassificação do pedido de financiamento, mas que já havia sido comunicado pelo próprio IFC que o projeto estava sendo reavaliado. "Nunca nos chamaram para conversar."

Para Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, a questão diz menos respeito ao Grupo Maggi que ao Bird, que tem um registro histórico de financiamentos a projetos social e ambientalmente danosos no passado.

"Ao dizer que pode emprestar (dinheiro) para a Maggi na categoria A, (o banco) pode emprestar também para a Bunge ou para a Cargill, por que não?" Segundo Smeraldi, isso pode criar "um precedente para soja, algodão e até gado na Amazônia". Villela diz que a questão do precedente é relativa. "Primeiro, é preciso saber de que parte da Amazônia se está falando."

A área para a qual se pleiteia o financiamento, o leste de Mato Grosso, compreende as cabeceiras do rio Xingu e o próprio Parque Indígena do Xingu. Ela está na chamada mata amazônica de transição, o ecossistema

mais ameaçado da Amazônia. A conta de Smeraldi é que uma expansão de 250 mil toneladas de soja ao ano -equivalentes a 80 mil hectares de plantações novas- necessitaria de até 300 mil hectares de propriedades, para cumprir a exigência de reserva legal. "Ali, para instalar propriedades de 300 mil hectares, ou você entra em áreas novas ou desloca pecuária", disse.

Como iremos notar no conjunto desta pesquisa, é crescente a forte presença do Banco Mundial no processo de apoio aos projetos que reforçam o caráter da “vocação florestal da Amazônia”. Esta presena, porém, não é recente, Porto-Gonalves (2006, p. 374) alerta que grande parte da devastao que a Amazônia sofreu se fez “com o aval e financiamento do Banco Mundial e outras organizao multilaterais, dos bancos privados internacionais que não pouparam financiamentos a governos que, inclusive, não tinha o aval da populao”.

Agora estas mesmas instituio financeiras internacionais se revestem de democráticas e preocupadas com as questões ambientais e em muitos casos já comeam a financiar projetos em parcerias com organizao não governamentais. Nesta matéria vale a crítica e o empenho das entidades ambientalistas contra a expansão da soja e sobretudo contra o Grupo Maggi, que já vinha sofrendo duras críticas na m dia internacional.

O texto reproduz uma dualidade típica, o campo do Bem contra o campo do Mal, as Ongs contra o Grupo Maggi e assim sucessivamente. De um lado, a pressão exercida por ONGs que lutam contra o avano da fronteira agrícola. De outro, um grande grupo agrícola cujo proprietário é o governador de estado, no meio um grande órgão de financiamento mundial, com um histórico de empréstimos danosos ao meio ambiente..

A luta contra a expansão da fronteira agrícola, sobretudo da sojicultura, encontra eco no exterior, devido as fortes pressões de outros países produtores de soja, principalmente os Estados Unidos da América.

**Texto 4 - Para ecólogo norte-americano, devastao tem “lado bom” . Cláudio  ngelo.
Folha de S. Paulo. 28.06.2005.**

Para ecólogo norte-americano, devastao tem "lado bom"
CLAUDIO ANGELO

O desmatamento recorde na Amazônia pode ter um lado positivo: mercados internacionais de carne e grãos estão comeando a usar o fator ambiental como barreira não-tarifária aos produtos brasileiros, o que pode forar o agronegócio a cumprir a lei se quiser continuar exportando para esses mercados.

A aposta é de um grupo de pesquisadores liderado pelo ecólogo americano Daniel Curtis Nepstad, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do Woods Hole Research Center, nos EUA. Nepstad, 47 anos, 21 de Amazônia, diz que os ambientalistas estarão "perdendo uma grande oportunidade" se não usarem forças de mercado para controlar a destruição da floresta.

Em um artigo submetido ao periódico "Conservation Biology", resumido na página do Ipam na internet (www.ipam.org.br), o americano e seus colegas apontam que a dinâmica do desmatamento está cada vez mais dependente de "teleconexões" econômicas --como o aumento na demanda chinesa por carne e grãos, a erradicação da febre aftosa, a doença da vaca louca e uma possível queda de subsídios agrícolas nos EUA e na União Européia.

"Na década de 1980 e na de 1990, o desmatamento avançou muito em razão da política pública brasileira", disse Nepstad à Folha. "Hoje há uma novidade importante, que é o peso da economia mundial entrando na Amazônia por conta da "commoditização" da carne e da soja", afirmou.

Os pesquisadores dizem que a agricultura mundial passa por uma transição que deverá ter um impacto significativo sobre as florestas tropicais, em especial as brasileiras --maior reserva de terras agricultáveis do mundo.

Além de um potencial aumento na devastação, essa transição para uma agropecuária industrial poderá, ainda, aumentar "a dependência da região de alimentos produzidos fora da Amazônia ou do cerrado, já que a agricultura familiar (...) será substituída pela produção de carne e soja para a exportação", diz o artigo.

O "lado bom" dessa tragédia é que, diz o grupo, alguns mercados já estão justificando o boicote às commodities brasileiras devido a fatores ambientais e trabalhistas.

"Alguns dias depois do anúncio dos 26 mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia, saiu nos jornais da Europa que a Irlanda estava articulando um boicote à carne brasileira", lembra Nepstad. "O engraçado é que, meses antes, os produtores da Irlanda já estavam reclamando do baixo preço da carne brasileira entrando no mercado irlandês."

A Suécia também sinalizou, em 2004, que limitaria importações de soja brasileira que não cumprisse critérios de preservação.

No Brasil, empresas como o Pão de Açúcar já começam a buscar fornecedores de carne que procurem cumprir critérios mínimos de qualidade ambiental --embora esta tenha descoberto, neste ano, que um de seus fornecedores usava trabalho escravo. E até o governo do Estado de Mato Grosso, tradicionalmente famoso por seu desprezo em relação a temas ambientais, deve iniciar até o final deste ano um processo de certificação de propriedades rurais.

Nepstad admite que a estratégia de usar os mercados como fator de controle ambiental "ainda não está consolidada" e que as evidências desse potencial são "dispersas". Tampouco há garantia de que o setor produtivo venha a se alinhar com os defensores da floresta e tomar medidas simples --como por

exemplo cumprir o Código Florestal brasileiro, que limita em 20% o desmatamento legal na Amazônia. Mas afirma:

"Quando grandes associações de produtores começam a enxergar o cumprimento do Código Florestal como cartão de entrada nos mercados europeus, que vão pagar preço maior, então poderemos em curto espaço de tempo reverter a tendência de descumprir a legislação."

O título é de uma infelicidade total que remete ao fato da devastação ter um "lado bom". O eixo principal da matéria é a pressão dos mercados internacionais para boicotar as *commodities* brasileiras devido a fatores ambientais e trabalhistas, neste caso, basicamente o trabalho escravo e infantil, já que não entra no tema das grande mídia a precariedade das relações trabalhistas e os baixos salários.

No parágrafo 2 a política de mercantilização é assimilada pelo ambientalista para justificar a defesa da Amazônia. Caso esta mercantilização não for efetuada, os ambientalistas estarão "perdendo uma grande oportunidade". Esta afirmativa é reforçada pela argumentação do autor da matéria: "se não usarem forças de mercado para controlar a destruição da floresta" a grande oportunidade foi para o espaço.

Parte-se, no parágrafo 6, do pressuposto que não há salvação para a agricultura familiar e que a região será substituída pelo agronegócio. Esta tendência tem sido a tônica, quase nada se fala de agricultura familiar, quando ela é citada é para dimensionar seus aspectos negativos.

No último parágrafo aparece o mercado cumprindo sua função ambientalista. De fato, a razão pela qual os países estão boicotando os produtos nacionais, como argumenta o texto, está relacionada ao fato de que nossos produtos são competitivos, isto nada mais é do que uma barreira protecionista disfarçada. Adotada as medidas solicitadas, o boicote continuará por outros motivos.

Todo o texto é construído no sentido de reforçar a ideologia das certificações e da mercantilização crescente do ambiente que deve ser feita às custas do equilíbrio natural, das mudanças das relações sociais. É a busca de um desenvolvimento sustentável dentro dos marcos do capitalismo, dentro do marco institucional de um capitalismo de mercado.

A matéria aproxima-se do chamado padrão de inversão de Abramo (2003, p.28) onde o fato, fragmentado em aspectos particulares, descontextualizados, o secundário é apresentado como principal. O texto, não importa seu conteúdo, passa a ser mais fundamental e chamativo do que o conteúdo

Texto 5 - Na Amazônia, grileiros tomam estradas às vésperas de reforma. Liege Albuquerque. A-12 – Nacional. O Estado de S. Paulo. 31/05/2005.

Na Amazônia, grileiros tomam estrada às vésperas de reforma
MP investiga grilagem de terras da União em área da BR-319, desde o anúncio de investimento de R\$ 100 milhões na rodovia

RETRATOS DO BRASIL

Liege Albuquerque

MANAUS

Fazenda Kikão, Fazenda Néia, Grupo Maggi, Grupo Thiago são as placas dos 'donos' da BR-319 fincadas no meio da floresta, ao longo da rodovia, desde o anúncio do investimento de R\$ 100 milhões na recuperação da estrada, feito no início deste ano pelo governo federal. Os grileiros vendem terras a paranaenses, amazonenses e rondonienses, que preparam 'seus' territórios derrubando e queimando as árvores que lhes fazem obstáculo. As condições da estrada são tão ruins que é impossível um caminhão de grande porte recolher a madeira comercializável, que fica abandonada depois de derrubada para abrir as 'brocas' (clareiras).

O Ministério Público Estadual investiga há dois meses, com ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), seis nomes de grileiros que fazem negócio com as terras da União ao longo da BR-319. 'Os nomes estão sob sigilo, mas a maioria é do Sul do País. Não sabemos se ligados ao MST (*Movimentos dos Sem-Terra*)', disse o promotor Lauro Tavares da Silva, do Careiro Castanho, a 102 quilômetros de Manaus, onde nasce a BR-319 depois de uma travessia de balsa da capital, que dura uma hora.

A reportagem do **Estado** chegou até o início do trecho crítico da grilagem, trafegando em uma estrada destruída, com um arremedo de manutenção feita pela Embratel, que tem algumas antenas na área. Há trechos onde a mata estreita-se na pista, mal deixando espaço para um carro. O ponto final da reportagem foi uma ponte na altura do km 260, que acabara de ser destruída por um caminhão, na última quinta-feira. Para chegar àquela altura da pista, foram, só de ida, mais de quatro horas entre buracos, atoleiros e quatro balsas. 'Em sobrevôos, dá para ver o estrago na floresta. O que se vê passando na estrada são as brocas abertas, mas para trás, há quilômetros desmatados pelos grileiros', conta o chefe da unidade do Careiro Castanho do Incra, José Brito Braga Filho.

Segundo Brito, ao longo dos primeiros 400 quilômetros da estrada, há cerca de 500 lotes demarcados pelo Incra há mais de 15 anos. Desses, segundo ele, mais da metade está desocupada por conta das condições da estrada. 'Nossa surpresa foi termos notícia de que os grileiros chegam até de helicóptero na estrada, já que há trechos que são intrafegáveis', destaca José Brito.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área do Careiro Castanho, Francisco do Nascimento Nogueira, afirma que os agricultores, ao longo dos últimos 15 anos de decadência da estrada, foram abandonando seus terrenos. 'Os mais teimosos, como eu, ficaram. E agora se vêm ameaçados por gente que se diz dona da terra depois que o Ministério dos Transportes disse que vai fazer a reforma na BR-319'.

Uma das autoras da denúncia ao Ministério Público foi Nilda Torres de Castro, presidente da comunidade São Sebastião do Igapó-Açu, que fica na altura do km 250 da estrada. Um trecho onde crianças brincam com bolas e bolinhas de gude no meio da estrada tomada pelo capim alto. 'Denunciamos as invasões que percebemos que começaram a ocorrer no final de fevereiro, quando ouvimos anunciar que iriam asfaltar a estrada', conta Nilda.

O início da reportagem promete. “Fazenda Kikão, Fazenda Néia, Grupo Maggi, Grupo Thiago são as placas dos “donos” da BR – 319 fincadas no meio da floresta, ao longo da rodovia, desde o anúncio do investimento de R\$ 100 milhões na recuperação da estrada, feita no início deste ano pelo governo federal.” Pensa-se que a partir daí teremos uma boa explicação sobre a presença deste grandes grupos na Amazônia. Mais eis que a partir do parágrafo seguinte a matéria enreda a falar de grileiros do sul e que supostamente podem estar vinculados ao MST. Parece que finalmente grileiro vai ter cara e corpo:

O Ministério Público Estadual investiga há dois meses, com ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), seis nomes de grileiros que fazem negócio com as terras da União ao longo da BR-319. “Os nomes estão sob sigilos, mas a maioria é do Sul do País. Não sabemos se vinculados ao MST (Movimento dos Sem Terra)” disse o promotor Lauro Tavares da Silva....”

E para por aí, nenhuma prova, só suposições. Em outro parágrafo adiante:

Segundo Brito (José Braga Filho, do Incra) ao longo dos primeiros 400 quilômetros da estrada. Há cerca de 500 lotes demarcados pelo Incra há mais de 15 anos. Desses, segundo ele, mais da metade está desocupada por conta das condições da estrada. “Nossa surpresa foi termos notícia de que grileiros chegam até de helicóptero na estrada, já que há trechos que são intrafegáveis”, destaca José Brito.

O leitor deve ter ficado abismado: MST, helicópteros, quanto poderio destes sem-terras! O leitor deve ter feito a ligação: quem está destruindo e devastando a Amazônia são os sem-terras do MST. Passa-se uma impressão de que os assentamentos da reforma agrária são os principais destruidores da floresta. Aproveita-se a deixa para despejar sua carga ideológica e seu posicionamento político. A imprensa assume o seu papel de formador de opiniões, mas vai mais além abusa de um enquadramento mentiroso e enganador.

A partir de uma informação duvidosa, não comprovada (“não sabemos se ligada ao MST”) a mensagem toda é construída no sentido de imputar ao MST a culpa pelo processo de grilagem de terras. As grilagens são grandes áreas ocupadas por fazendeiros com antecedentes de

apropriação ilegal e que utilizam métodos violentos contra pequenos posseiros ou pequenos proprietários.

Diante da realidade distorcida, como bem observou Abramo (2003, p.33) o leitor do jornal é induzido a ver o mundo, não como o mundo é, mas sim como o jornal quer que o leitor veja o mundo. Por meio de uma hábil combinação de fatores possibilita e privilegia-se o ângulo mais interessante ao veículo. É um processo muito próximo da desinformação, uma versão formulada sob bases falsas ou não comprovada.

Segundo Luhmann (2000, p. 53) “esse tipo de notícias que exteriorizam opiniões tem uma dupla função: por um lado, acentua o que deve ser objeto de opinião, e graças a esta opinião, a coisa permanece na agenda como tema”. Sendo assim, sempre sobrar um espaço para atacar o MST.

Texto 6 - Risco Amazônico. Folha de São Paulo. 25/11/2004. Editoria: OPINIÃO Página: A2 Seção: Editoriais

Risco amazônico

Causa preocupação o retrato que emerge de estudo realizado por pesquisadores ligados ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). O trabalho traça um mapa sombrio das pressões que a presença do homem vem exercendo sobre a floresta.

Os dados colhidos contrariam a tese -sustentada por setores do governo- de que a situação é relativamente boa porque apenas 16% da área total teria sido desflorestada. Os pesquisadores concluíram que 47% da floresta estão ocupados, sendo que 19% já estão definitivamente tomados pelo homem e 28% sofrem do que o estudo chama de "pressão humana potencial". Em termos de área, trata-se de 1,9 milhão de km², extensão comparável ao território de um país como o México.

A magnitude da ocupação não é, porém, o único problema. A presença humana na região está fortemente ligada a atividades que envolvem intervenções de alto impacto ambiental. Análises de fotos de satélite e visitas a campo levaram à conclusão de que a maioria dos prováveis focos de povoamento está ligada de alguma forma a vias de acesso como rios navegáveis e estradas clandestinas. É um indício de que a principal atividade da população ali estabelecida é a extração -muitas vezes ilegal- de madeira e minério, que utilizam essas vias para escoar seu produto.

É de esperar que informações como essas sirvam de alerta ao governo federal, no âmbito do qual o Ministério do Meio Ambiente tem perdido quase todas as batalhas contra setores mais ligados à produção. São dados de extrema importância para a preservação do patrimônio ambiental amazônico.

Como lembrou um dos pesquisadores, os números do desmatamento são importantes, mas insuficientes para prever o que estaremos "lamentando daqui a alguns anos".

Lembremos de início a importância que a imprensa exerce no processo de formação de opinião e que a “a ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é o de um dos seus melhores artífices” (Marcondes Filho, 1985, p.22)

O texto ainda trabalha com a visão de que a floresta não tem gente (parágrafo 2) e preocupa-se com a ocupação, com os rios que escoam mercadorias e com a abertura das estradas ilegais. Antes de entrar na análise da matéria em questão, destaco um trecho de um texto do geógrafo Aziz Nacib Ab’Saber, onde o autor aprofunda sua crítica ao processo de construção de ferrovias, notadamente a Carajás-Ponta de Madeira, processo este que propiciou, segundo o autor, todo um ciclo de apossamento de terras florestadas na região.

No sul do Pará podem ser detectados todos os caminhos que conduzem à interconexão da devastação no domínio das terras baixas florestadas da Amazônia brasileira. Trata-se de oito a dez tipos de processos predatórios que se interligam, desembocando no mais lamentável quadro caótico de ocupação espacial de florestas tropicais conhecido neste fim de milênio. Em primeiro lugar vem a abertura de rodovias, uma questão tão séria quanto paradoxal, mesmo porque um tipo de iniciativa que em qualquer parte do mundo parece ter vínculos com o processo civilizatório, na Amazônia tem implicações fortemente negativas, criando mais problemas que soluções. Nas terras densamente florestadas do sul do Pará, abertura de estradas sem qualquer plano de gerenciamento para evitar conflitos fundiários e desmatamentos improdutivos propiciou uma rápida supressão de florestas por centenas de metros quadrados (AB’SABER, 1998, p. 46).

Portanto, não é responsabilizar tão somente o processo de abertura de estradas clandestinas. A presença humana na região sempre esteve ligada a intervenções de alto impacto ambiental pois, “a economia extrativista criou os portos de exportação de borracha e sua constituição de vilas e cidades auxiliares” (RIBEIRO, 1995, p. 197).

O editorial justifica sua posição de mensageiro da agonia embasado numa pesquisa de uma ONG “o retrato que emerge de estudo realizado por pesquisadores ligados ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)” E. traça “um mapa sombrio das pressões que a presença do homem vem exercendo sobre a floresta”.

No nível linguístico predomina no editorial um repertório de palavras com tom alarmista e

pessimista, a começar pelo título da matéria: “risco”. Um elenco de palavras —“lamentando”, “preocupação”, “sombrio”, “alerta”, “batalhas”— recheiam um repertório argumentativo manipulatório e induz o leitor a elaborar um mapa tenebroso, pessimista e preocupante sobre a Amazônia.

Texto 7 - A soja desmata? Novo estudo amplia a polêmica. Quinta-feira, 20 de Janeiro de 2005 – O Estado de São Paulo

A soja desmata? Novo estudo amplia a polêmica
Para ambientalistas, a cultura devasta a Amazônia; para pesquisadores, a planta nada tem a ver com isso; para Ministério do Meio Ambiente, não é nem uma coisa nem outra

Evanildo da Silveira

O aumento explosivo da área plantada com soja no País a partir de 2000, que passou a crescer a uma média anual de 13,8% ante 3,6%, na década de 1990, está alimentando uma polêmica sobre o desmatamento da Amazônia. De um lado, os ambientalistas responsabilizam a soja pela derrubada da floresta e o avanço da fronteira agrícola. De outro, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) garantem que ela não tem nada a ver com a derrubada da floresta. No meio, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) diz que não é nem uma coisa nem outra.

Para amparar sua posição, os ambientalistas se valem dos dados preliminares de um estudo que vem sendo realizado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOM), na região em torno da BR-163, no médio-norte de Mato Grosso. O objetivo do trabalho é verificar a relação entre a expansão da soja e os desmatamentos na área.

Segundo André Lima, do Instituto Socioambiental (ISA), uma das 19 ONGs que participam da pesquisa, já é possível tirar algumas conclusões, embora o trabalho não esteja pronto. "O que verificamos até agora demonstra que há uma relação direta entre desmatamento recente (menos de três anos) e a expansão agrícola, principalmente da soja", diz.

Para estudar essa relação, o FBOM partiu de uma lista dos 65 maiores desmatamentos ilegais de 2003 (todos acima de 1.300 hectares), obtida no Ministério Público de Mato Grosso. Além desses, foram identificadas, com base em imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), outras áreas grandes desmatadas (mais de mil hectares) na região entre 2000 e 2003. "Depois disso, realizamos dois sobrevôos sobre 31 pontos", conta Lima. "Filmamos e fotografamos todos eles para identificação do uso atual dessas áreas."

O levantamento mostrou que 70% das áreas desmatadas estão sendo usadas para agricultura, 25% para pecuária e o restante para outras culturas ou está abandonado. "Do que está ocupado com agricultura, 55% é de soja e 35%, arroz, que é muito utilizado como cultura antecedente da soja, e o resto para

outras culturas", diz Lima. "Verificamos ainda que 17 áreas desmatadas em 2002 e 2003 - 4 e 13, respectivamente - já estavam plantadas com soja ou arroz em 2004."

NO RASTRO DA PECUÁRIA

O trabalho do Ipea é um estudo socioeconômico, baseado em artigos de pesquisadores de várias instituições e reportagens da imprensa. O argumento central é de que o rápido avanço da soja não se deu em áreas virgens, do cerrado ou da Amazônia, mas em pastagens degradadas.

Segundo um dos autores do trabalho, Gervásio Castro de Rezende, é impossível abrir uma área virgem da floresta amazônica e, no mesmo período de tempo, usar essa área nova na produção de soja. "Só uma mágica conseguiria, num período tão curto, de menos de cinco anos, realizar todas as operações envolvidas na conversão de uma área de floresta virgem em área cultivada de soja."

Para ele, os ambientalistas demonizam a soja e esquecem os verdadeiros responsáveis pelos desmatamentos da Amazônia, que são a agricultura itinerante e as madeireiras ilegais. "Eles preferem atacar a soja, que julgam um ícone capitalista, e não pequenos agricultores, que são pobres", diz Rezende. "Não passa de uma questão ideológica."

João Paulo Capobianco, secretário nacional de Biodiversidade e Florestas do MMA, concorda com Rezende quanto ao fato de a soja ocupar áreas de pastagens degradadas. Mas lembra que, assim como a área dela cresceu, o mesmo vem acontecendo com outras culturas e com a pecuária. Para ele, a soja não é a responsável direta pela derrubada da floresta, mas ajuda a intensificá-la. "Os agricultores arrendam as pastagens dos criadores de gado", explica. "Esses, com mais dinheiro, têm melhores condições de abrir novas pastagens. Cerca de 80% dos desmatamentos da Amazônia são feitos pela pecuária."

O texto demonstra um equilíbrio na abordagem jornalística. Há uma tentativa de explicar a relação da expansão da soja com o desmatamento. O texto, apesar de tender para a defesa das posições das Ongs, ouve os dois outros lados da questão.

O discurso das Ongs é que a expansão da soja provoca o desmatamento, ancorados em dados preliminares de uma pesquisa em andamento.

A posição dos sojicultores é de que os ambientalistas tentam "demonizar" e jogam a responsabilidade dos desmatamentos para as madeireiras ilegais e para a agricultura itinerante. E criticam os ambientalistas de ideologizarem a questão.

O governo, por sua vez, não querendo comprar brigas com nenhum lado, fica em cima do muro.

Mais uma vez uma das conseqüências fundamentais do processo de expansão da fronteira agrícola na região, a concentração fundiária, não foi tocada. Soma-se a isso, o desrespeito à legislação florestal e a mentalidade de que para desenvolver é preciso desmatar.

Texto 8 - Desmatamento. Folha de S. Paulo. 21/06/2005. OPINIÃO – Editoriais . Página: A2 21 de Junho de 2005

DESMATAMENTO

A DEFESA do ambiente é um daqueles temas que, no discurso, todos apóiam. Mas basta colocar, de um lado, a chance de auferir lucros e, de outro, a preservação das florestas para verificar o quão frágil é o compromisso com esta última.

Esse fenômeno se dá em praticamente todos os níveis, desde o mau fiscal do Ibama que fecha os olhos para crimes ambientais em troca de propina até o grande agricultor que não hesita em torcer as normas jurídicas até extrair delas a interpretação que lhe permita desflorestar a maior área possível. A rigor, o próprio governo federal parece tolerar desvios, desde que o agronegócio, em especial a soja, que vem contribuindo para aumentar as exportações, possa prosperar e ajudar a produzir superávits comerciais.

É em Mato Grosso que o embate entre o lucro e a preservação ambiental vem se revelando mais agudo. Não é por acaso que o Estado responde por nada menos do que 48% do desmatamento registrado na Amazônia em 2003-2004. Ali, como mostrou reportagem do jornalista Claudio Angelo publicada no domingo pela Folha, representantes do agronegócio se assenhoraram do aparelho do Estado e o puseram para trabalhar para seus interesses. Blairo Maggi (PPS), um dos maiores exportadores de soja do mundo, é também o governador de Mato Grosso. Sua política de abertura da fronteira agrícola foi tão longe que, além do apelido de "rei da soja", coleciona outros como "rei do desmatamento".

Acrescente-se ao conflito de interesses representado por ruralistas no comando da política ambiental do Estado a ação da máfia dos madeireiros e uma fiscalização federal corrupta e encontramos uma boa explicação para os índices de desflorestamento de Mato Grosso.

É natural que cada grupo procure fazer valer os seus interesses. O problema do desmatamento é que ele é a expressão de uma visão predatória e de curto prazo que vai de encontro à lei e ao interesse geral da nação. É fundamental, portanto, encontrar fórmulas sustentáveis que aliem desenvolvimento e preservação dos recursos naturais do país.

O editorial ao tratar sobre o desmatamento procura defender uma visão de desenvolvimento sustentável e, no ataque aos “representantes do agronegócio”, acaba deixando farpas para o governo federal, que na visão do jornal, “parece tolerar desvios”.

Aproveitando a crítica aos governos estaduais e federal, o jornal ao contrapor o “embate entre o lucro” e a “preservação ambiental” propõe o encontro de “fórmulas sustentáveis que aliem desenvolvimento e preservação dos recursos naturais”. O jornal investe-se no papel do porta voz da racionalidade e do saber.

O governo e seus representantes são retratados ou como corruptos, ou como personagens tolerantes com a destruição ambiental.

4.3.2 A polêmica da internacionalização

É na questão da internacionalização que se manifesta o significado geopolítico da região amazônica. O tema da internacionalização, ainda que negada por muitos, é sempre recorrente e provoca calorosos debates. Para uns é paranóia, para outros um temor. Muitos ambientalistas crêem que esta suposta internacionalização não passa de um mito.

A Amazônia constitui-se num campo em que espaços e lugares sociais, políticos, históricos e simbólicos são altamente disputados por divergentes grupos em níveis local, regional, nacional e transnacional. Assim, temas como etnicidade, fronteira nacional e soberania recortam preocupações rivais, tais como as divergentes concepções de desenvolvimento, os interesses econômicos particulares e o destino do planeta e da humanidade.

(...) com o surgimento das preocupações ambientais internacionais em meados dos anos 70, o fim da Guerra Fria nos anos 80 e a transnacionalização da economia, a idéia de 'internacionalização' vem sendo revigorada, adquirindo atualmente novas feições. O fantasma de uma 'conspiração internacional' para ocupar a Amazônia foi ritualizado, por exemplo, através dos debates que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED-92, ocorrida no Rio de Janeiro. Eles representam um determinado contexto nacional que inspirou uma pesquisa realizada no final dos anos 90 junto a diversos segmentos ligados a Amazônia no Reino Unido, sobretudo as ONGs. Tal contexto é representado, sobretudo, por interesses econômicos e políticos regionais, e uma perspectiva nacionalista reativa às preocupações transnacionais e nacionais sobre a floresta e as populações indígenas (ZHOURI, 2002).

A questão da internacionalização da Amazônia quando surge na mídia, toma ares de polêmica. A tese mais recente encontrada nos textos do período estudado é a de que a Amazônia é "patrimônio da humanidade", devendo ser administrada por uma autoridade internacional, capaz de garantir a sobrevivência de vida no planeta. Essa tese oferece aos países donos do território amazônico o consolo de uma soberania partilhada. Tomemos como

exemplo a edição do dia 24-02-2005 de *O Estado de S. Paulo*, A8 Nacional: “Lamy quer administração internacional para Amazônia” onde o então candidato para presidir a OMC propõe que a floresta seja tratada como bem público mundial e uma gestão coletiva da Amazônia. Na mesma edição e página, o jornal ouve as “vozes brasileiras”: “Itamaraty e militares consideram proposta absurda” onde o presidente do Clube Militar, o ministro da Defesa (José Alencar) e um assessor de imprensa do Itamaraty refutam a fala de Pascal Lamy sobre a Amazônia.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Thomas Lovejoy³⁷, autor da Hipótese Gaia³⁸, que estabelece que a Terra é um ser vivente, afirma que a verdadeira internacionalização da floresta amazônica já começou e avança a cada dia, "transformar a floresta em CO2 é uma forma de internacionalização da Amazônia", diz o ecólogo americano.

É interessante tomarmos ciência do que pensa sobre a internacionalização uma importante ONG como o Greenpeace

Não acreditamos na tal chamada internacionalização da Amazônia. Além disso, tal conceito não existe tampouco no âmbito do Direito Internacional Público. Afinal, o que seria a internacionalização de um território? Como ela é feita? Quem a reivindica?

Apesar de os meios de comunicação constantemente se ocuparem com tal discussão, ela é absurda e equivocada. Nenhuma organização internacional (entidade do Direito Internacional Público, por exemplo governos, confederações ou a ONU, entre outros) jamais reivindicou a "internacionalização" da Amazônia - entendendo por isto a perda de soberania, por parte do governo brasileiro, sobre aquela faixa do território, para tal organização ou conjunto delas.

Porém, há sim uma internacionalização da Amazônia sobre a qual podemos falar. Trata-se da internacionalização dos recursos da Amazônia. Grandes áreas de floresta são vendidas a empresas multinacionais ou a maior parte dos recursos extraídos de forma predatória da floresta abastecem o mercado externo sem representar ganhos reais para o desenvolvimento da região e do País.

Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica ou CDB (Convention of Biological Diversity), os recursos genéticos de biodiversidade pertencem ao país que detém a soberania sobre o território que ocupam, e que estes países podem explorar esta biodiversidade desde que preservem seu equilíbrio e

³⁷ *Brasil internacionaliza floresta, diz ecólogo norte-americano*, por Iuri Dantas da Folha de S.Paulo, em Washington. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13682.shtml>>, acesso em 24/05/2006.

³⁸ A Hipótese Gaia (Mãe Terra) deu um novo impulso aos estudos ecológicos e exerceu um importante papel na opinião pública internacional. O conceito de Gaia, ou Mãe Terra, como diziam os gregos.

integridade. No entanto, não é isto que vem acontecendo com a Amazônia brasileira. Existem casos de pessoas disfarçadas de missionários, turistas, ou o que seja, com o objetivo de levar consigo os segredos de nossa floresta, a fim de explorá-los e patentear-los.

O maior problema é a ausência do Estado na região amazônica, tornando essa imensa área uma terra sem lei. Quase não há fiscais para proteger nossa floresta. A verdadeira soberania só será alcançada com a atuação efetiva do governo para garantir os direitos humanos das comunidades tradicionais e povos indígenas, a aplicação das leis florestais e ambientais e a implementação das áreas protegidas como parques e reservas.³⁹

Paulo Adário, representante do Greenpeace no Brasil, acredita que muitas pessoas acham equivocadamente que as ONGs são agentes do capitalismo internacional e que é preciso haver uma distinção entre os interesses internacionais:

O discurso nacionalista muitas vezes esconde interesses internacionais quando, por exemplo, defende a extração de minérios na Amazônia. O que está em jogo são interesses de indústrias nacionais e estrangeiras que só estão de olho no lucro. E vendem a imagem de que são aliados do desenvolvimento.⁴⁰

Dos 15 textos classificados na categoria Internacionalização e Soberania selecionamos aleatoriamente 5 textos.

Quadro 08 Internacionalização e soberania				
	Data	Jornal	Página	Título
Texto 09	13-08-2004	OESP	A15/Geral	Privatizar área na Amazônia é risco, diz general
Texto 10	24-02-2005	OESP	A8 Nacional	Itamaraty e militares consideram proposta absurda
Texto 11	13-04-2005	FSP	A3 Opinião	A internacionalização da Amazônia
Texto 12	08-05-2005	OESP	A12 Nacional	ONGs são fachada para países ricos, diz relatório
Texto 13	14-05-2005	FSP	B6 Dinheiro	Amazônia, mais que comércio, é tema polêmico com o Brasil

³⁹ Texto disponível no site da entidade.

<<http://www.greenpeace.org.br/duvidas/amazonia.php?PHPSESSID=ba6dccac1e74f0b477af0620a7528b31#1>>. Acesso em 05/08/2006.

⁴⁰ DONIZETE, Paulo. *Amazônia: o alvo da maior cobiça do mundo*. Revista Fórum, p.14. N.1, agosto de 2001.

Texto 9 - Privatizar área na Amazônia é risco, diz general. Autor: Tânia Monteiro e Leonencio Nossa. O Estado de S. Paulo. 13 de agosto de 2004. A15 Geral.

Privatizar área na Amazônia é risco, diz general

O presidente do Clube Militar e ex-comandante Militar da Amazônia, general da reserva Luiz Gonzaga Lessa, considera "um risco desnecessário" o projeto do governo federal de privatizar áreas de florestas que estão em terras públicas da União, Estados ou municípios. "Não li o projeto, que acho que tem de ser debatido, mas em tese acho perigoso licitar áreas públicas na Amazônia, ainda mais para empresas estrangeiras", disse o general, que é um conhecedor da região. "Será um risco desnecessário que o País irá correr."

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, confirmou ontem que o governo pretende mandar ainda neste mês para o Congresso o projeto de concessão de áreas públicas na Amazônia.

"Eu não ouvi setores militares se opondo à proposta, mas está descartada a hipótese de empresas e entidades estrangeiras e outros governos receberem concessão", afirmou.

"É óbvio que o governo Lula e sua ministra Marina Silva, que tem uma tradição de defesa da floresta, não vão privatizar a Amazônia", disse. Ele ressaltou que o governo não transfere a titularidade da terra.

Pela proposta que está em fase final de elaboração pela Casa Civil, a idéia é mapear as faixas de floresta que estejam foram de unidades de conservação e dividi-las em blocos que seriam concedidos à iniciativa privada, por meio de licitação.

O governo pretende cobrar das concessionárias pelo volume dos produtos retirados da floresta. O tempo de concessão é um dos pontos que ainda estão sendo analisados pelo governo. "Quando passam a conhecer a proposta, as pessoas se acalmam", disse o secretário de Biodiversidade.

O cientista político, especialista em estratégia militar e coronel da reserva Geraldo Lesbat Cavagnari Filho disse que a ocupação responsável da Amazônia é viável desde haja um rígido controle por parte do governo para impor garantias de preservação. "A repressão tem que ser violenta contra as empresas que saírem fora dos eixos", defendeu.

Mas o coronel, fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, acrescentou que não conhece em detalhes o projeto que está sendo discutido e não poderia opinar sobre ele. Ele resumiu que o principal temor com relação à Amazônia é o "fantasma da internacionalização", além da questão da deterioração do ecossistema.

O general Lessa, no entanto, levanta outra questão. Ele disse que ficou surpreso pelo fato de técnicos do Ministério do Meio Ambiente terem ido à Austrália, em uma viagem organizada e patrocinada pelo governo norte-

americano, há cinco meses, para obter dados para ajudar na elaboração do projeto.

"Não entendi o motivo de técnicos de alto nível do Meio Ambiente terem ido buscar na Austrália um modelo para o Brasil, em viagem financiada pelo governo norte-americano, justo no caso de um projeto que já mostrou ter problemas", questionou o general. "Só posso desconfiar disso."

TÂNIA MONTEIRO
LEONENCIO NOSSA

Historicamente, as Forças Armadas realizam suas observações sobre a Amazônia através da ótica da segurança nacional e da soberania. Sempre se colocaram como os guardiões do território, em defesa da integridade nacional, ou melhor da integridade amazônica, em defender as fronteiras amazônicas dos ataques externos. Em parte, esta tarefa está salvaguardada na Constituição. Quando o tema ressurge na mídia, as Forças Armadas são convocadas para emitir sua opinião.

As vozes que questionam a legitimidade das preocupações ambientais e indígenas emergiram de setores das Forças Armadas e de políticos da Amazônia que sustentam uma determinada noção de desenvolvimento. Assim, percebem as críticas ao modelo predatório de desenvolvimento implantado na Amazônia como representando, de fato, os interesses econômicos das nações ricas. Entretanto, ao nomearem ambientalistas e defensores dos direitos humanos e indígenas como alvo de suas preocupações, deslocam o foco da crítica aos interesses transnacionais realmente atuantes na exploração da Amazônia – as indústrias madeireiras, mineradoras, farmacêuticas e o agribusiness (ZHOURI, 2002).

Texto 10 - Itamaraty e militares consideram proposta absurda. O Estado de S. Paulo.

24/02/2005. Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro. A8 Nacional

Itamaraty e militares consideram proposta absurda
Ministério das Relações Exteriores vê questionamento à soberania; general cobra posição firme do governo

Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro
BRASÍLIA

O Ministério das Relações Exteriores e o Clube Militar rejeitaram a declaração do atual candidato da União Européia à direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o francês Pasqual Lamy, em favor da conversão da Amazônia em um dos 'bens públicos mundiais'. Para o Itamaraty, tal afirmação questiona a soberania do Brasil sobre seus recursos naturais e fere os acordos adotados na Conferência das Nações Unidas sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. 'A posição do Brasil é diametralmente oposta à afirmação do senhor Lamy. Repudiamos com veemência qualquer afirmação que relativize a soberania do Brasil sobre seus recursos naturais', informou Assessoria de Imprensa do Itamaraty. Segundo a assessoria, os Princípios do Rio e a Agenda 21, compromissos internacionais resultantes da conferência de 1992, definiram que a soberania dos países sobre seus recursos naturais é plena e não aceita nenhum tipo de qualificação.

O presidente do Clube Militar e ex-comandante Militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Shroeder Lessa, reagiu com indignação às declarações de Lamy. 'Acho tais declarações da maior gravidade e entendo que isso deveria merecer uma resposta contundente do governo brasileiro, por meio do Itamaraty, pois a Amazônia é um patrimônio do povo brasileiro', afirmou. Na opinião do presidente do Clube Militar, essa proposta é 'absurda' e representa uma idéia clara que deve ser combatida - a de que a Amazônia é um patrimônio da humanidade. 'Não é. É um patrimônio do povo brasileiro e somente nós podemos dizer como preservá-la', disse o general, ao rechaçar a sugestão de introdução de regras de gestão coletiva para a região. 'Isso é inaceitável e temos de nos posicionar contra.' Declarações de autoridades estrangeiras sobre como conservar e proteger a Amazônia irritam os militares. Eles consideram tais observações intromissão indevida no País. Argumentam que essas teses partem dos que já destruíram suas florestas e agora querem ditar regras ao Brasil, 'para preservar o pulmão do mundo'.

ALENCAR

O vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, durante visita ao projeto soldado-cidadão, no 32 Grupo de Artilharia de Campanha, elogiou a atuação do Exército no Pará, para tentar coibir a violência na região, depois da morte da missionária norte-americana. 'Essa missão devolve ao Brasil aquela autoridade de país que não transige com a impunidade', disse, durante o almoço, ao lado do comandante do Exército, general Francisco Albuquerque.

Nas conversas com os militares, o ministro da Defesa defendeu ainda a necessidade de proteção da Amazônia e de mais recursos não só para guardar as fronteiras, como também para formar mais soldados-cidadãos pelo País.

No Texto 10, o governo brasileiro, pela voz do Itamaraty, logo se coloca em defesa da soberania: "Para o Itamaraty, tal afirmação questiona a soberania do Brasil sobre seus recursos naturais e fere os acordos adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92". Até o velho e surrado "pulmão do mundo" é ressuscitado para expressar a "indignação" nacional.

Ninguém de bom senso acreditaria que a proposta de internacionalização da região seria motivada por questões românticas ou humanitárias. Por trás do discurso ecológico, há sim a questão do território, do valor econômico estratégico. A razão alegada de criação de uma "entidade internacional" para preservar as condições climáticas, não passa de um discurso que

deixa submerso as potencialidades econômicas da região: maior bacia hidrográfica do mundo, imensas terras agriculturáveis, rica biodiversidade e recursos minerais.

O sugestivo tema da palestra realizada em Genebra por Pascal Lamy “Lições da Europa para a governança local” levou o atual representante da OMC a afirmar que a floresta amazônica deveria ser considerada um bem público mundial, ou 'bens públicos mundiais', pois se referia também a outras florestas mundiais.

Os militares são apresentados como “irritados” diante da questão, sugerindo que estes deveriam assimilar melhor a polêmica. Deveria os militares concordar com o posicionamento europeu? Ou negligenciá-las? O que o jornalismo não pode deixar de ver é que por mais que tentem desqualificar como paranóias conspiratórias as eventuais referências externas sobre a internacionalização da Amazônia, não dá para negar que as recorrências ao assunto são sempre perigosas.

Texto 11 - A internacionalização da Amazônia Autor: Carlos de Meira Mattos. Opinião. A3 13/04/2005

A internacionalização da Amazônia

A tese mais recente é que a Amazônia é "patrimônio da humanidade", devendo ser administrada por autoridade internacional

CARLOS DE MEIRA MATTOS

É ANTIGA a idéia da internacionalização da Amazônia. De tempos em tempos ela volta ao palco, trazida por novos ventos, revestida em teses pseudocientíficas ou sócio-humanitaristas usadas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político ou econômico.

No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia.

Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, vieram as ambições e a cobiça. Vamos lembrar apenas algumas das muitas investidas mais remotas à nossa soberania amazônica.

Nos velhos tempos do Império de d. Pedro 2º, no ano de 1850, houve as tentativas do comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, que defendia a tese da livre navegação internacional do rio Amazonas, considerando que, pelo seu volume de água, deveria ser

incorporado ao mesmo status do direito marítimo. O governo norte-americano autorizou o envio para explorar o rio de uma canhoneira que, desrespeitando os nossos direitos soberanos, penetrou na grande caudal e navegou até Iquitos, no Peru.

Essa violação de nosso território exigiu enorme esforço diplomático do então embaixador em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo, para neutralizar a propaganda internacionalista disseminada por Maury e obter uma satisfação do governo norte-americano.

Em 1948 vimos aprovada pela Unesco a criação do Instituto Internacional da Hilea Amazônica, segundo o qual uma autoridade internacional passaria a administrar as pesquisas científicas e o desenvolvimento da região. Essa interferência nos nossos direitos soberanos só foi evitada pela rejeição do referido instituto pelo nosso Parlamento, baseada num parecer do então Estado-Maior Geral e na campanha veemente de protesto do senador Arthur Bernardes.

A partir dos anos 80 do século passado veio crescendo a propaganda e as pressões de interferência na nossa Amazônia. Somando-se às hostes internacionalistas, compostas principalmente de ONGs, o ex-presidente da França, François Mitterrand, declarou, em 1991 que "o Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia".

A tese mais recente é a de que a Amazônia é "patrimônio da humanidade", devendo ser administrada por autoridade internacional, única capaz de garantir a sobrevivência de vida no planeta. Oferecem aos países donos do território amazônico o consolo de uma soberania partilhada.

A propaganda e as pressões internacionais a favor dessa tese de internacionalização vêm revestidas das falácias pseudocientíficas Amazônia, pulmão do mundo; queimadas na floresta são as responsáveis principais pela emissão de CO2 e conseqüente envenenamento da atmosfera (duas acusações já cientificamente destruídas); Amazônia, último espaço de natureza e vida selvagem a ser preservado (preferida dos antropólogos, ambientalistas e indigenistas). Os principais propagandistas e ativistas dessa tese são ONGs dos EUA e dos países ricos da Europa, presentes e atuantes na Amazônia brasileira através de suas agências e de missões religiosas, dispondo fartamente de dinheiro e envolvendo a participação de brasileiros.

A última manifestação dos ativistas da soberania partilhada para a Amazônia veio-nos do francês Pascal Lamy, ex-comissário de Comércio da União Européia e candidato de seu país a diretor-geral da Organização Mundial do Comércio.

Defendendo o conceito de governança global, em conferência recente realizada em Genebra, perante diplomatas e funcionários de organizações internacionais, o sr. Lamy afirmou: "As florestas tropicais como um todo devem ser submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional". Segundo a proposta do sr. Lamy em fórum internacional, nossa floresta amazônica deve passar a ser administrada por uma autoridade internacional a ser criada.

Não há dúvidas de que perigos rondam a nossa nunca contestada integridade territorial. Cabe ao Estado brasileiro demonstrar forte e inabalável decisão de não aceitar a violação de seus direitos soberanos. Para isso, precisará de uma diplomacia superativa e presente, capaz de desfazer no nascedouro qualquer pretensão internacionalista lesiva ao interesse nacional. Ao mesmo tempo, deve revelar notória capacidade de administrar a Amazônia, desenvolvendo eficiente política auto-sustentável que preserve sua natureza, proteja suas

águas e otimize o seu povoamento.

Carlos de Meira Mattos, 91, doutor em ciência política e general reformado do Exército, é veterano da Segunda Guerra Mundial e conselheiro da Escola Superior de Guerra.

Talvez para firmar sua imagem de jornal democrático, a *Folha de S. Paulo* abre suas páginas para a publicação de um texto de um general, doutor em ciência política” que baseia-se na defesa da soberania contra “os perigos” que “rondam a nossa nunca contestada integridade territorial”. Evidente a cobrança ao Estado para que este defenda os direitos territoriais brasileiro e a não aceitação de qualquer tipo de violação dos seus “direitos soberanos”. Sobra também para as ONGs internacionalistas, que na visão militar está interferindo na soberania da Amazônia. Mas é claro, no final o general defende “uma política auto-sustentável” que, nessa ótica militar, protegerá as águas e o povo da Amazônia.

Texto 12 - ONGs são fachada para países ricos, diz relatório O Estado de S. Paulo – 08-05-2005. Nacional A12

ONGs são fachada para países ricos, diz relatório

Causas ambientais e indigenistas seriam pretexto para que nações dominantes fujam ao controle do Estado

O relatório da Abin diz que chega a 115 o número de organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia Ocidental e levanta suspeitas sobre os reais interesses dessas entidades. 'Muitas vezes, a serviço de outras nações, valorizam o mapeamento detalhado das riquezas minerais, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da região, sem o devido controle governamental', diz o relatório do coronel Gelio Fregapani. 'Tudo indica que os problemas ambientais e indigenistas são apenas pretextos. Que as principais ONGs são, na realidade, peças do grande jogo em que se empenham os países hegemônicos para manter e ampliar sua dominação', alerta o texto. 'Certamente servem de cobertura para seus serviços secretos.' De acordo com o documento, as ONGs contribuíram para a criação de extensas terras indígenas, áreas de proteção ambiental e corredores ecológicos que, atualmente, 'sem dúvida alguma, dificultam e inibem a presença do Estado e (aplicação) dos programas de políticas públicas para a região'. O documento ressalta que falta de controle reforça a suspeita de que as ONGs sejam utilizadas pelos países desenvolvidos para controlar os países emergentes e a riqueza de vastos territórios.

A Abin chama os movimentos ambientalistas de 'Clube das Ilhas' e os classifica em três setores: um elabora as diretrizes gerais, outro planeja as operações e um terceiro, a chamada linha de frente, realiza a ação direta

como uma 'tropa de choque'. No topo, estão a União Nacional para a Conservação da Natureza (UINC) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), orientado pelo Príncipe Charles, do Reino Unido, e que teria entre seus dirigentes o banqueiro Joseph Safra.

Na área da reserva ianomâmi, colada à Raposa Serra do Sol, uma das ONGs com maior influência, segundo a Abin, é a Survival International (SI), cujo roteiro de atuação foi criado pelo Príncipe Philip, também do Reino Unido. A ONG internacional mais estruturada seria o grupo Greenpeace. As ações mais radicais seriam executadas pelo Greenpeace e Amigos da Terra. Segundo a Abin, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, principal defensor da 'autonomia e da autodeterminação dos indígenas', teria recebido, entre 1992 e 1994, US\$ 85 milhões da Fundação Nacional para a Democracia, dos Estados Unidos, mantida pelo governo e dirigida pelo Congresso americano.

Em sua tradicional caça às Ongs, o jornal paulista recorre a um relatório da Abin (Agência Brasileira de Informação) para atacar. Serve-se dos mesmos métodos que a ditadura militar servia-se. Dá vazão a um discurso extremamente conspiratório 'Tudo indica que os problemas ambientais e indigenistas são apenas pretextos. Que as principais ONGs são, na realidade, peças do grande jogo em que se empenham os países hegemônicos para manter e ampliar sua dominação', alerta o texto.

Incentiva a visão de que as áreas indígenas só são protegidas para que as “nações dominantes” exerçam seu poder e controle sobre o território da Amazônia.

Servindo-se unicamente da fonte oficial o jornal se preza a cumprir o oficialismo como padrão de inversão

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. A melhor versão oficial é a da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponda ao do órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma "positiva", isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela mas a aceite e adote (ABRAMO, 2003, p. 30).

Texto 14 - Amazônia, mais que comércio, é tema polêmico com o Brasil. Clovis Rossi.

14/05/2005. Editoria: DINHEIRO Página: B6. Edição: 14 de maio de 2005.

Amazônia, mais que comércio, é tema polêmico com o Brasil
CLÓVIS ROSSI

COLONISTA DA FOLHA

O GOVERNO brasileiro terá com o francês Pascal Lamy na direção geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) uma dificuldade que não passa

exatamente pelo tema comércio.

É verdade que Lamy colidiu de frente com o governo brasileiro (tanto o atual como o anterior) em duas negociações comerciais praticamente simultâneas: a tentativa de criar uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, que naufragou ou no mínimo empacou dias antes de Lamy deixar o posto de comissário europeu do Comércio, em outubro passado; e a chamada Rodada Doha de Desenvolvimento, as negociações globais no âmbito da instituição cuja direção o francês agora assume.

Mas o confronto comercial foi relativamente ameno e entendido pelos sucessivos governos brasileiros como nada pessoal. Lamy representava o conglomerado europeu e, portanto, defendia posições do conjunto, não necessariamente as suas.

Mas, na questão em que colidiu mais brutal e frontalmente com o atual governo brasileiro, expôs sua opinião pessoal. Trata-se da internacionalização da Amazônia e de outras florestas tropicais. Lamy acha que elas deveriam ser consideradas "bens públicos mundiais" e, como tal, submetidas à gestão coletiva da comunidade internacional.

É óbvio que a internacionalização da Amazônia não faz parte da agenda da OMC (a rigor não faz parte de nenhuma agenda, aberta pelo menos). Portanto não será no seu novo cargo que esse socialista francês encontrará alavancas para levar avante a sua tese.

Mas a agenda das negociações comerciais globais avança cada vez mais por temas que não são rigorosamente comércio. Exemplo: propriedade intelectual ou respeito às patentes.

Não obstante, existe um acordo no âmbito da OMC chamado exatamente Trips (sigla em inglês para Aspectos da Propriedade Intelectual relativos a Comércio).

Como Lamy não é apenas um negociador comercial ou um mero técnico na matéria, mas um intelectual que aborda temas mais amplos, em especial a globalização, o simples fato de falar aberta e publicamente de "bens públicos mundiais", incluindo neles a Amazônia, é uma dificuldade e um desafio intelectual para o governo brasileiro.

Comércio

Em matéria comercial, de todo modo, não será um convívio pacífico. Pense o que pensar como pessoa física, o fato é que Lamy é, primeiro, francês, e depois europeu. A França é o país mais escandalosamente protecionista em matéria agrícola e o que mais obstinadamente luta para evitar reduzir substancialmente a proteção, com o que arrasta toda a Europa para a trincheira protecionista.

O Brasil está na trincheira oposta. Mas há duas atenuantes: primeiro, funcionários internacionais, quando competentes e lúcidos, costumam atuar como árbitros neutros, pensando em termos institucionais, e não nacionais.

Lamy é, sem sombra de dúvida, um homem competente e lúcido. Segunda atenuante: de todos os titãs do comércio global que colidiram com funcionários brasileiros de alto nível, Lamy foi sempre o mais diplomático, o que mais manifestou respeito pelas posições brasileiras, mesmo quando divergia delas.

Em Cancún, na malograda Conferência Ministerial da OMC, por exemplo, o norte-americano Robert Zoellick apontou o dedo para o Brasil, culpando-o pelo fracasso, com notável azedume.

Antes, aliás, Zoellick havia dito que o Mercosul ou aderiria à Alca (Área de Livre Comércio das Américas) ou teria que vender para a Antártica. Lamy jamais fez observações arrogantes desse tipo. Nem acompanhou seu colega Franz Fischler, então comissário europeu para a Agricultura, nas críticas ao Brasil e/ou ao Mercosul.

Ao contrário: deu toda a atenção às negociações da União Européia com o Mercosul. Se empacaram é porque chegou-se ao ponto em que é preciso enfrentar o núcleo duro do protecionismo europeu (exatamente agricultura) e, aí, não há comissário que consiga vencê-lo.

O problema com o novo posto de Lamy é que ele terá de lidar, como diretor-geral da OMC, com a mesmíssima dificuldade: é o protecionismo agrícola europeu que está emperrando a Rodada Doha. Por fim, há o fato de que o Brasil perdeu duas vezes na eleição da OMC.

Primeiro, com seu próprio candidato, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, eliminado na primeira rodada. Depois, com o uruguaio Carlos Pérez de Castillo, batido por Lamy na votação final.

Mas esse é o menor dos problemas. Seixas Corrêa era, na visão do Itamaraty, apenas uma candidatura de protesto contra a maneira como o processo estava sendo encaminhado. Não era para ganhar.

E o apoio ao uruguaio foi apenas pela impossibilidade de não votar em um candidato do Mercosul, não por amor (aliás, é razoável supor que o governo brasileiro odeie mais Pérez del Castillo que Lamy).

Essa mágoa passa rápido, a menos que Lamy, como diretor-geral, se comporte como delegado da aliança União Européia/Estados Unidos, afinal seus dois grandes apoiadores.

Nessa hipótese, volta-se à revolta que, em Cancún, deu origem ao G20, o grupo de países em desenvolvimento que luta para abrir o mercado agrícola dos países ricos _o que causaria o bloqueio não só da Rodada Doha mas da OMC.

O texto chama a atenção para o fato de Pascal Lamy ser um europeu, protecionista em matéria de comércio e possuidor de adjetivos como inteligente, competente, lúcido, diplomático. O texto acaba classificando o posicionamento da diplomacia brasileira como “magoada” com a derrota na eleição para a OMC.

Pascal Lamy, na época (2005) comissário de Comércio da União Européia, e atual diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) refere-se às florestas tropicais mundiais como “bens públicos mundiais” e argumenta que estas deveriam ser submetidas a uma “gestão compartilhada internacional” deixaram aflorar uma série de reações imediatamente alimentadas pela imprensa.

De imediato à fala do comissário, os jornais recorreram aos militares: “Cabe ao Estado brasileiro demonstrar forte e inabalável decisão de não aceitar a violação de seus direitos soberanos”. Depois, aos políticos: “tema que tanto irrita as autoridades sul-americanas”, que

se caracterizam por adotarem uma “política nacionalista”, política esta presente na seguinte frase: “é um patrimônio do povo brasileiro e somente nós podemos dizer como preservá-la”.

Em alguns artigos as acusações sobre o processo de internacionalização da Amazônia recaem sobre as ONGs com os textos não distinguindo as organizações que trabalham para o capital e que de fato lá estão para facilitar a biopirataria daquelas muitas que realizam um sério trabalho sócio ambiental com as comunidades locais.

A verdade é que este “fantasma” sempre ressurge. Agora a internacionalização não é apresentada apenas pelo aspecto da invasão geográfica e militar, mas sim pela invasão econômica, mercantil, das grandes empresas transnacionais, do processo de privatização da floresta.

Retomo aqui para clarear o entendimento desta questão uma passagem de Bentes (2005, p. 228) sobre a forma que as elites econômica européia e norte-americana vêem a territorialidade da Amazônia que “desperta não apenas os interesses econômicos dos países do G-7, mas também seu desejo de adquirir mais um privilégio: o controle político sobre o verde”.

O tema permaneceu na pauta enquanto um novo assunto pautou-se novamente. Como é um assunto recorrente, em breve retorna.

4.5.3. Desenvolvimento Sustentável e Certificação

O conceito de desenvolvimento sustentável é o de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades e deve ser visto como um ideal a ser atingido. Para isso, devem ocorrer mudanças tanto nos padrões produtivos como nos padrões de consumo dos indivíduos.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como referência central a possibilidade de extinção da Terra e da espécie humana. Existe uma certa ilusão acerca desta noção, pois os seus mecanismos de operacionalidade não estabelecem como, onde e quando romper com a forma clássica de desenvolvimento (FREITAS, 2004, p.13).

O conceito de desenvolvimento sustentável é uma formulação teórica que visa justamente expressar a finitude dos recursos e despertar a consciência ambiental nas pessoas de tal forma que estas repensem a relação sociedade-natureza. No entanto, segundo Moraes

As idéias de *sustentabilidade* e de *desenvolvimento sustentável*, em suas várias roupagem teóricas e ideológicas, emergem como as respostas sociais para um problema colocado para as sociedades contemporâneas, face ao qual o presente histórico parece repetir o enigma da esfinge: “decifra-me ou devoro-te” (MORAES, 2005, p.117).

Como, onde e quando é possível romper com a forma clássica de desenvolvimento permanece sem uma resposta.

Dentro do universo lingüístico do tema desenvolvimento sustentável é comum a presença de palavras como: “bom manejo” (se há bom manejo, pressupõe-se que há o mau), “manejo florestal” (do ‘bom’ manejo ou do ‘mau’?), “floresta manejada” (de que forma?), “vocaçãõ da floresta” (que soa como um chamamento divino), “sustentabilidade”, “exploraçãõ ordenada” etc. Essas palavras, as vezes usadas indiscriminadamente, soam em muitos casos como mera publicidade ou servem para “mascarar” procedimentos nem sempre tão “ecológicos”.

Esses termos e suas práticas também são abundantemente usados pelos setores governamentais

É preocupante o fato de planos de manejo serem adotados pelo IBAMA como política ambiental desejável para a exploraçãõ madeireira sustentável. Isso porque não há, ainda, pesquisas desse tipo de uso em nenhuma floresta tropical no mundo, inclusive na Amazônia, menos ainda para os diferentes ecossistemas florestais da grande regiãõ (GARRIDO FILHA, 2002).

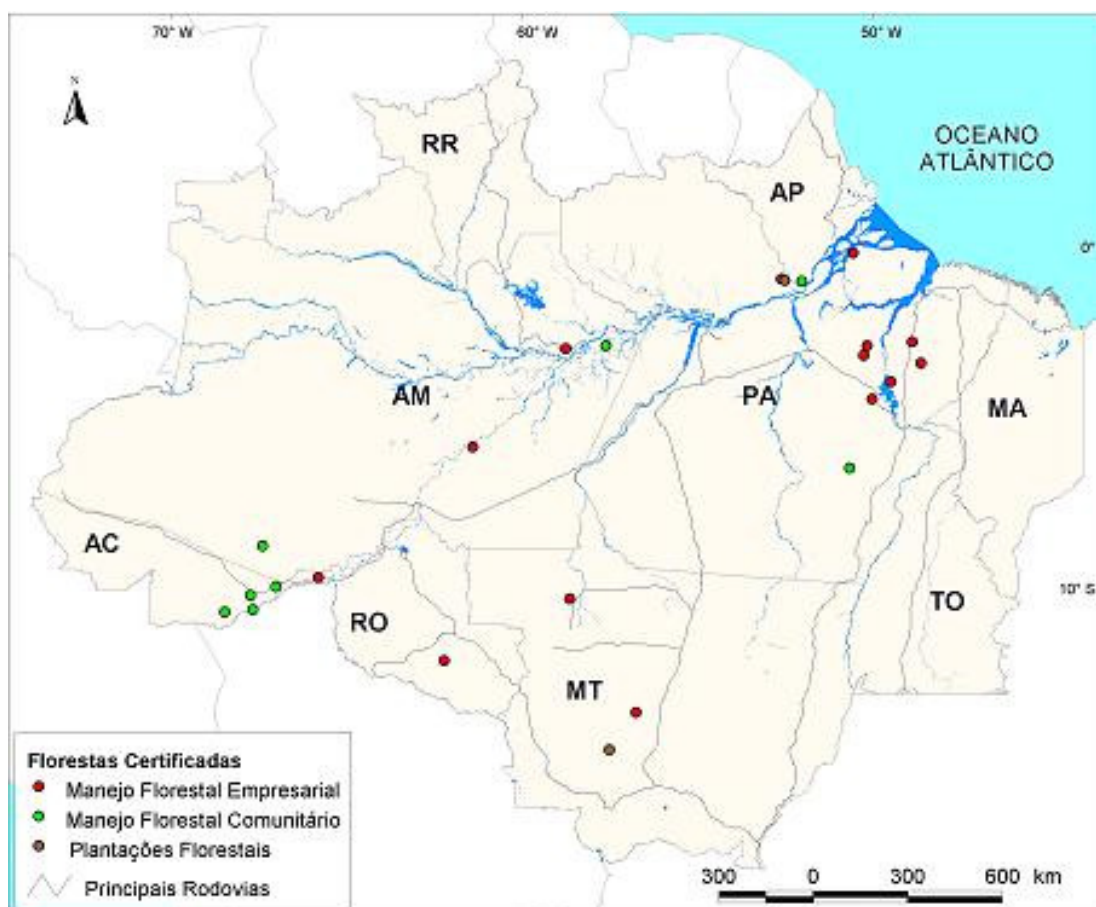
No que se refere às certificações, lembramos de início que

A predominante ênfase global na biodiversidade é dirigida pelo entendimento de que a sustentabilidade da Amazônia passa necessariamente por um recorte florestal, visãõ ancorada em uma construçãõ específica de “desenvolvimento sustentável” (ZHOURI, 2006, p. 164).

O processo de certificaçãõ passa pelo FSC - Forest Stewardship Council que é uma organizaçãõ não governamental sediada no Méxicõ que reúne instituicões certificadoras de produtos florestais em 34 países com atuaçãõ em todas as grandes regiões tropicais do planeta.

O selo FSC seria uma garantia da origem e atesta que a madeira (ou outro insumo florestal) utilizada num produto é oriunda de uma floresta manejada de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, e que cumpre todas as leis vigentes.

Figura 02 - Mapa das operações certificadas na Amazônia
Empreendimentos certificados pelo FSC na Amazônia Legal, 2005



Dados atualizados até 1/5/2005
 Fonte: Imazon

A certificação, segundo o FSC, é um processo voluntário em que é realizada uma avaliação de um empreendimento florestal, por uma organização independente, a certificadora, e verificado os cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos Princípios e Critérios do FSC.

O FSC não emite certificado, o processo da certificação é conduzida pela certificadoras, entidades independentes credenciadas. Estas certificadoras avaliam as operações de manejo

florestal ou de cadeias de custódia para conceder o uso do selo FSC nos produtos. Também cabe à certificadora precificar e cobrar por este serviço.

No Brasil existem atualmente cinco certificadoras credenciadas pelo FSC .

Empresas que fabricam produtos certificados na Amazônia, segundo o FSC:

Nome da Empresa	Tipo de Floresta (nativa/plantações)	Tipo de operação (comunitário/empresarial)	Tipo de produto (madeireiro / não madeireiro/ambos)	Produtos	Estado	Ano certificação
Acre Brasil Verde Industrial Madeireira Ltda.	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Toras de diversas espécies da Amazônia.	AC	2005
Agroflorestal Vale do Guaporé Ltda. MADEVAL E	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Madeira Serrada	RO	2003
APRUMA - Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	AC	2003
Assoc. Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes – AMPPAEM (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Madeireiro	Toras e madeira serrada bruta para beneficiamento, de mais de 20 espécies nativas amazônicas.	AC	2002

Associação Comunitária Agrícola de Extratores de Produtos da Floresta - ACAF / Comunidade do Menino Deus do Curuçá	Nativa	Comunitário	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia - toras e pranchas	AM	2005
Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Não madeireiro	Fruto do Buriti.	AM	2005
Associação de Produtores de Artesanato e Seringa – APAS (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Não madeireiro	Lâminas de Couro Vegetal.	AM	2005
Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador – ASSPAE-SE	Nativa	Comunitário	Madeireiro	Toras de diversas espécies de madeira tropical	AC	2005
Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso – ASSER	Nativa	Comunitário	Ambos	Óleo de Copaíba, semente de jarina, madeira em toras/casca das toras exploradas.	AC	2004
Associação dos Seringueiros de PORTO DIAS (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Ambos	Toras de madeira e serrados por encomenda, Óleo de Copaíba.	AC	2002

Cáceres Florestal S/A	Plantações	Empresarial	Madeireiro	Teca: madeira serrada, inclusive aplainada, madeira cortada em folha, madeira perfilada, outras obras de marcenaria, artefatos de madeira para mesa e cozinha, painéis de sarrafos colados, outras obras de madeira e móveis e suas partes, toras, lenha, serr	MT	2006
Cikel Brasil Verde S.A. - Faz. Jutaituba	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2004
Cikel Brasil Verde S/A	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2000
Comunidade Kayapó na Terra Indígena do Baú - (TI-Baú)	Nativa	Comunitário	Não madeireiro	Castanha in natura e óleo de castanha	MT	2006
Coop. Mista Extrativistas do Rio Iratapuru - COMARU (Cert. Comunitária)	Nativa	Comunitário	Não madeireiro	Sementes de castanha, óleo de copaíba e resina de breu.	AP	2004
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari "COOPER-CA" (Certificação Comunitária)	Nativa	Comunitário	Não madeireiro	Palmito de açaí "in natura".	AP	2005
EMAPA - Exportadora de Madeiras do Pará LTDA	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia (Área de várzea)	PA	2003
Floresta Estadual do Antimary - FUNTAC	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Toras de diversas espécies da Amazônia.	AC	2005
Floresteca Agroflorestal Ltda	Plantações	Empresarial	Madeireiro	Teca (Tectona grandis)	MT	1997

IBL - Izabel Madeiras do Brasil	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2004
Indústria de Madeiras Manoa Ltda.	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia - toras	RO	2005
Jari Celulose S.A.	Plantações	Empresarial	Madeireiro	Eucalipto - produção de toras	PA	2004
Juruá Florestal Ltda	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2002
Juruá Florestal Ltda.	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2001
Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. (Precious Wood Amazon)	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Madeiras nativas da Amazônia (mais de 60 espécies): toras para laminação e serraria; Madeira serrada e peças manufaturadas; móveis de jardim; lâminas faqueadas de madeiras tropicais.	AM	1997
Orsa Florestal Ltda.	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	PA	2004
Pedro Guimarães (Manejador de Recursos)	Plantações	Empresarial	Madeireiro	Toras de Pinus.	PR	2006
Precious Woods Belem Ltda. (LISBOA Madeireira Ltda)	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Toras para serraria e beneficiamento – mais de 30 espécies nativas amazônicas.	PA	2002
Rohden Indústria Lígnea Ltda.	Nativa	Empresarial	Madeireiro	Espécies nativas da Amazônia	MT	2003
Tectona Agroflorestal Ltda.	Plantações	Empresarial	Madeireiro	Toras finas para lenha (Teca).	MT	2004

A análise dos textos: tema desenvolvimento sustentável

Dos 32 textos classificados na categoria Desenvolvimento Sustentável selecionamos aleatoriamente 8 textos para análise.

Quadro 09 – Textos para análises - Desenvolvimento Sustentável				
	Data	Página	Editoria	Título
Texto 14	17-08-2004	FSP	E10 - Ilustrada	O mais radioso dos dias
Texto 15	08-11-2004	FSP	A2 - Opinião	Economia e Ambiente
Texto 16	07-11-2004	FSP	B10 - Dinheiro	Ministério pretende dobrar exportações
Texto 17	09-11-2004	FSP	B7 Dinheiro	Aluguel de Floresta é crime, diz geógrafo
Texto 18	05-06-2005	OESP	A6 Vidas	Cidades Incham na Amazônia
Texto 19	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Estrangeiro espera estabilidade fundiária
Texto 20	07-11-2004	FSP	B11 - Dinheiro	Ex-"rei do mogno" vira exemplo de conservação
Texto 21	06-05-2005	OESP	A2 - Espaço Aberto	Uma política para o capital natural

Texto 14 - O mais radioso dos dias. Folha de S. Paulo. Autor: Bernardo Carvalho. 17 de agosto de 2004.

O mais radioso dos dias

17/08/2004

Autor: BERNARDO CARVALHO
 Editoria: ILUSTRADA Página: E10
 Edição: São Paulo Aug 17, 2004
 Seção: BERNARDO CARVALHO
 Crédito Foto: Tuca Vieira/Folha Imagem

O mais radioso dos dias

SEM a menor consciência ou premeditação, pus na mala "Os Anéis de Saturno" (1995), do alemão W.G. Sebald, antes de embarcar numa viagem por terra até o Acre, no final de junho. O livro estava na estante. Nunca tinha sido aberto. Era uma boa oportunidade. Eu não fazia idéia do que se tratava. E, mesmo depois de começar a lê-lo, continuei sem ter muita certeza.

Só um mês depois, de volta a São Paulo, me dei conta da estranha coincidência de ter escolhido justamente aquele livro para ler enquanto passava por campos de algodão e de soja onde antes tinha sido cerrado, entre Goiás e Mato Grosso, e ao longo de estradas margeadas por terra devastada e árvores calcinadas, entre Rondônia e Acre, marca da conquista da civilização sobre a natureza.

Com apenas quatro livros publicados em vida, Sebald se tornou um dos escritores mais importantes do final do século 20. Morreu em 2001, aos 57 anos, num acidente de carro, na Inglaterra, onde vivia. "Os Anéis de Saturno" é um ensaio literário em forma narrativa. Demorei para entender

que, mesmo passando por assuntos tão distintos quanto a infância de Joseph Conrad, a pesca do arenque, os amores de Chateaubriand, o bicho-da-seda ou as últimas décadas do império chinês, o tema era um só: a inconsciência da autodestruição inexorável a que o ser humano está condenado. "A catástrofe nunca está tão próxima como quando o futuro se anuncia como o mais radioso dos dias." A frase ecoa a lógica oculta sob a exaltação do progresso.

Sebald menciona o Brasil em pelo menos duas passagens. Na primeira, para dizer que, "até os dias de hoje, são regiões inteiras às quais damos as costas depois de tê-las explorado de maneira selvagem, até o esgotamento, para nos lançarmos à conquista de novas terras, mais a oeste". A floresta derrubada na beira da estrada, transformada em pasto (sem nenhuma cabeça de gado à vista) e pontuada por troncos negros de árvores queimadas, ilustra bem o trecho.

A segunda passagem é uma pequena digressão desencadeada pela imagem aérea das "colossais montanhas de fumaça aparentemente imóveis" das queimadas na Amazônia: "Nossa propagação sobre a terra passa pela carbonização das espécies vegetais superiores e, de uma maneira mais geral, pela incessante combustão de todas as substâncias combustíveis. (...) Tudo é combustão, e a combustão é o princípio íntimo de todo objeto fabricado por nós. (...) As máquinas concebidas por nós têm, como os nossos corpos e a nossa nostalgia, um coração que se consome lentamente. Toda a civilização humana nunca passou de um fenômeno de ignição cada vez mais intenso e que ninguém sabe até onde pode crescer nem a partir de quando começará a declinar".

Diante do impasse dessa inexorabilidade, da urgência da busca de uma solução para a subsistência das populações locais e para a sobrevivência de um país endividado como o Brasil no mercado internacional, é terrível perceber como até mesmo governos dos quais participam notórios militantes ambientalistas se vêem, na prática, constrangidos a defender paliativos que, embora servindo para afastar o escândalo e a selvageria da destruição imediata (permitida e promovida por governos corruptos e truculentos, como foi o caso num passado não muito remoto do Acre), nem por isso deixarão de provocá-la a longo prazo.

Hoje, no Acre, vitrine da Amazônia para o "desenvolvimento sustentável" da floresta, com apoio do Banco Mundial, o corte seletivo da madeira (a que se dá o nome de "manejo") passou a ser o foco oficial da política ambientalista e de crescimento do governo e das lideranças sindicais, todos do PT, que vêem nele a única forma de subsistência viável e realista, a curto prazo, para os milhões de pessoas que dependem da floresta. As vozes dissonantes de antigos aliados são ignoradas e afastadas por todo um aparato de criação de consenso, do qual participam também ONGs e órgãos de financiamento internacionais.

Contra as queimadas e o desmatamento ilegal (que, no passo atual, segundo cálculos recém-divulgados, acabarão destruindo 60% da Amazônia em poucas décadas), parece não restar outra opção senão atender às necessidades do mercado internacional e legalizar o corte da madeira sob uma nova racionalidade promovida por engenheiros florestais: dentro de áreas controladas, assentamentos e reservas extrativistas, passa a ser permitida a derrubada de árvores de 400 anos, com a condição de que se espere mais 30 anos para derrubar as próximas.

O projeto prevê o abate de apenas cinco a seis árvores por hectare, mas não é preciso nenhum gênio em cálculo projetivo para concluir que, uma vez o corte da madeira transformado na principal atividade extrativista dessas áreas e contando ainda por cima com a impunidade e ineficácia dos meios de

controle no país, estão apenas postergando o desaparecimento, agora legalizado, da floresta. Uma estrada, ligando o Acre ao Pacífico, deverá escoar essa produção para, entre outros, o Japão, um dos maiores interessados na madeira amazônica.

É o que repete, sem se fazer ouvir, uma minoria de seringueiros e ex-líderes sindicais, herdeiros de atividades hoje obsoletas, como a extração da borracha, que nadam contra a corrente e insistem em pensar por conta própria e em tentar priorizar outros produtos da mata em vez da madeira, se recusando a acatar a cartilha da economia neoliberal e a ver no futuro "o mais radioso dos dias".

Este artigo publicado no caderno *Ilustrada* é um dos poucos críticos da ideologia “manejeira” do “desenvolvimento sustentável”, desta nova “racionalidade promovida por engenheiros florestais” que é a racionalidade do corte seletivo.

O texto tece sua crítica tanto aos setores governamentais como a setores do movimento ambientalista que acreditam que o corte seletivo de madeiras é a única forma de ‘subsistência possível’.

Os parágrafos 7 e 8 trazem uma crítica contundente ao processo que denominamos ambientalismo tardio: o foco de ambientalistas, governo e lideranças sindicais que vêm no ‘desenvolvimento sustentável’ a única forma de subsistência viável e realista para a floresta.

O texto realiza uma crítica bem formulada a esta tentativa de construção de um consenso. Chama a atenção para as vozes da Amazônia que são esquecidas nas pautas e nos gabinetes governamentais.

A narrativa do autor leva-nos a questionar a lógica do mercado imposta pela “cartilha da economia neoliberal” em detrimento da priorização do povo da floresta, dos indígenas e da economia local.

Texto 15 - Economia e Ambiente 08/11/2004 Editoria: OPINIÃO Página: A2. Edição: São Paulo Nov 8, 2004

Economia e Ambiente

A oposição entre desenvolvimento e preservação do ambiente é pelo menos tão antiga quanto a Revolução Industrial. Isso não a torna menos problemática. A publicação, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da segunda edição dos "Indicadores de Desenvolvimento

Sustentável" mostra que fatores econômicos seguem pressionando o ambiente.

Causam especial preocupação as queimadas, que se concentram na fronteira agrícola, onde florestas são incendiadas para dar lugar à expansão agropecuária, uma das atividades que se inscrevem no bem-sucedido agronegócio brasileiro. Segundo o IBGE, a abertura de campos e pastos foi determinante para o crescimento de 99% no número de queimadas, entre 1998 e 2003, e o aumento de 43% no território desmatado na Amazônia Legal entre 1992 e 2002.

Não se trata aqui de um dilema, de escolher entre abrir mão do desenvolvimento e dar adeus ao ambiente. Com alguns cuidados, que não exigem recursos de maior vulto, pode-se evitar, por exemplo, que queimadas fujam ao controle e destruam matas indiscriminadamente. De modo análogo, é possível intensificar a utilização de terras já desflorestadas, diminuindo assim a necessidade de abrir novos campos.

A história da preservação no Brasil não se compõe apenas de fracassos. Conta também com alguns sucessos, como a redução no uso dos gases que destroem a camada de ozônio e a estabilidade na concentração dos principais poluentes atmosféricos. Avanços tecnológicos, como a maior eficiência dos motores de carros, que hoje poluem menos do que há alguns anos, contribuíram para essas realizações.

A oposição entre progresso e ambiente pode ser parcialmente pacificada se submetida a uma fórmula em que se sacrifica algum desenvolvimento econômico visando ao máximo de preservação. É nesse caminho, com a ajuda de novas tecnologias, que se deve insistir.

O editorial da *FSP* incorpora o conceito da sustentabilidade de forma a indicar que o desenvolvimento sustentável é necessário para a economia brasileira. O editorial confirma a presença forte do elemento econômico ao argumentar que os “fatores econômicos seguem pressionando o ambiente”. A fala é da “pacificação”, da conciliação, da harmonia entre “desenvolver” e “proteger”, ou seja, da ideologia do desenvolvimento sustentável dentro dos marcos do capitalismo. Afinal, a história da preservação no Brasil “não se compõe apenas de fracasso”. Permanece na narrativa a defesa das queimadas (afinal, não podemos deixar de progredir...) desde — e aqui novamente o papel ponderador — que “não fujam ao controle”. O texto jornalístico enquanto um editorial, reafirma seus vínculos com a grande indústria mundial ao discorrer sobre os “sucessos” na redução no uso de gases.

No último parágrafo do texto o discurso do consenso, do equilíbrio e da “razão” nos é oferecido como a receita infalível para a sustentabilidade. O órgão de imprensa exerce seu papel de ponderador, de portador da razoabilidade.

Compõe-se no seu todo em um discurso padrão orientado para o progresso dentro das normas do chamado desenvolvimento sustentável.

Texto 16 - Ministério pretende dobrar exportações. Cláudio Ângelo. Folha de São Paulo. 7/11/2004.

Ministério pretende dobrar exportações

Autor: CLAUDIO ANGELO

Origem do texto: DO ENVIADO AO PARÁ

Editoria: DINHEIRO Página: B10

Edição: São Paulo - 07/11/2004

Legenda Foto: Motosserrista salta entre toras em pátio em Tailândia (acima); operários fabricam pisos na Juruá (abaixo, à esq.) e maçaranduba numerada aguarda transporte

Crédito Foto: Antônio Gaudério/Folha Imagem

Arte: QUADRO: O NEGÓCIO DA FLORESTA

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: AMAZÔNIA

Apenas 14% da madeira extraída na região vai para o mercado externo; expectativa é chegar a 30% em dez anos

Ministério pretende dobrar exportações

DO ENVIADO AO PARÁ

Um dos fatores responsáveis pelo alto grau de ilegalidade e dano ambiental da atividade madeireira na Amazônia é o tamanho do mercado interno: 86% de todas as árvores que são derrubadas nas florestas do Norte vão parar em casas e prédios de apartamentos do resto do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo. Como se trata de um público mais interessado em preço baixo do que em sustentabilidade, os madeireiros clandestinos têm certeza de escoamento do produto.

As exportações estão muito aquém do potencial nacional. Hoje, o país responde por apenas 4% da madeira consumida no mundo, e a maioria vem de florestas plantadas no Sul e no Sudeste. De toda a madeira extraída na Amazônia, só 14% vão parar no exterior _as empresas certificadas exportam quase toda a produção.

"Não tem como vender uma tora 100% certificada no mercado nacional. Ninguém paga", diz Manoel Pereira Dias. Juntamente com a mãe e oito irmãos, Dias é sócio da Cikel, a maior madeireira da Amazônia, que está caminhando para ter certificada 100% de toda a madeira que processa.

O governo acha que as concessões elevarão as exportações. "Projetamos que 30% do produto serrado seria exportado quando o modelo estiver em pleno funcionamento", diz Tasso Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente.

Quanto isso se traduziria em receita bruta é difícil estimar. Hoje, o valor das exportações de madeira tropical da Amazônia está em torno de US\$ 500 milhões. Mas, com o aumento crescente na exportação de produto acabado (como pisos e esquadrias) em vez de madeira simplesmente serrada, as exportações estão se valorizando cerca de 30% ao ano.

O aumento das exportações tem um outro efeito esperado: valorizar a madeira no mercado nacional e inibir o que os cientistas e os ambientalistas chamam de extração legal, mas predatória.

A lei brasileira prevê esse tipo de origem de matéria-prima ao autorizar a abertura de 20% de cada propriedade rural na Amazônia para agricultura ou pasto. Os proprietários vendem as árvores a preço de banana para um madeireiro, e não raro autorizações de desmate de uma área são usadas para "esquentar" madeira extraída clandestinamente de outra.

Ao aumentar o interesse pela exportação, o governo espera "elevar o nível" do manejo florestal para torná-lo mais competitivo com a madeira de desmate e a madeira ilegal dentro do Brasil.

"Assumindo que você não melhore a fiscalização e o controle, as concessões ampliam a oferta de madeira legalizada e isolam a bandidagem", afirma Adalberto Veríssimo, do Imazon.

Impostos

Outra projeção do ministério é que as concessões trarão uma arrecadação federal que a Amazônia da madeira ilegal nunca produziu. "Estima-se que, se chegássemos a um cenário mais provável, as florestas públicas no décimo ano gerariam R\$ 5,4 bilhões. Desse total, R\$ 1,5 bilhão seria em tributos", diz Azevedo. (CA)

A tese que se quer impor é a de responsabilizar o povo do Sul/Sudeste que não liga para a sustentabilidade, mas sim apenas interessado em preços baixos. Diz o texto, "como se trata de um público mais interessado em preço baixo do que em sustentabilidade, os madeireiros clandestinos têm certeza de escoamento do produto". Com que fundamento esta argumentação é verdadeira? Falta a justificativa. Ocorre que a questão envolve a esfera do consumo em todos os seus níveis. Somente uma minoria compra produtos levando em consideração a sustentabilidade.

Usar o argumento das fontes que é melhor certificar e exportar para impedir a venda de madeira ilegal para o mercado interno, é outra meia verdade. Já há um consenso sobre o assunto?

Na realidade, a produção madeireira vem sendo trabalhada para exportação, o que na prática significa reservar o meio ambiente apenas para o mercado externo.

Poderia a matéria ser aprofundada na questão da fiscalização e do controle, mas se aceita o argumento da fonte: "Assumindo que você não melhore a fiscalização e o controle, as concessões ampliam a oferta de madeira legalizada e isola a bandidagem", afirma Adalberto Veríssimo, do Imazon. Bom para o governo, excelente para os patrões.

Recorremos a Porto-Gonçalves (2006, p.363) ao alertar que vários pesquisadores, assim como algumas redes como o World Rainforest Movement fazem críticas à aliança que vem sendo feitas entre grandes ONGs mundiais e as empresas madeireiras e de certificação. Estes

pesquisadores vêm assinalando insistentemente que “as plantações florestais não devem ser consideradas florestas, procurando chamar a atenção para as conseqüências que derivam do fato de incluir numa mesma classificação coisas tão distintas”.

Texto 17 - Aluguel de floresta é crime, diz geógrafo. Cláudio Ângelo. Folha de São Paulo. B7. 9/11/2004.

Aluguel de floresta é crime, diz geógrafo

Novembro 2004 - Edição 27.614 Terça, 09/11/2004 Tiragem 302,158

Autor: CLAUDIO ANGELO

Origem do texto: EDITOR DE CIÊNCIA

Editoria: DINHEIRO Página: B7

Edição: São Paulo 09/11/2004

Legenda Foto: Toras recém-extraídas de manejo de baixo impacto se acumulam em pátio de serraria da Juruá Florestal, em Tailândia, no Pará

Crédito Foto: Antônio Gaudério - 18.out.04/Folha Imagem; João Wainer/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA *

Vinheta/Chapéu: AMAZÔNIA

Para Ab'Saber, solução é usar bordas da mata para a agricultura

Aluguel de floresta é crime, diz geógrafo

CLAUDIO ANGELO

EDITOR DE CIÊNCIA

O Projeto de Lei do Ministério do Meio Ambiente que prevê a concessão de florestas públicas para a exploração sustentável é um crime histórico. A opinião é do geógrafo Aziz Ab'Saber, da USP (Universidade de São Paulo), que diz que a proposta reflete a "ignorância do governo sobre a Amazônia".

"Muitos governantes tiveram, ao longo das últimas décadas, a possibilidade de ter idéias sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Não o fizeram por ignorância", disse o cientista.

Ao conceder grandes áreas de floresta, em especial as Flonas (Florestas Nacionais), para a exploração madeireira, o governo está jogando fora uma biodiversidade que se regenera numa velocidade muito menor que a da exploração, avalia Ab'Saber.

"Vai haver uma perfuração exagerada da Flona para buscar madeira a 3 km da beira das estradas", afirmou o geógrafo à Folha.

Além disso, entregar áreas enormes por 30 ou 60 anos à iniciativa privada pode significar perder essas áreas para sempre, num quadro institucional incerto a longo prazo. "Eles [os madeireiros] vão querer aquilo como espaço deles", criticou o pesquisador, para quem a ministra Marina Silva é "uma grande amiga, mas que está errada" nessa questão. Marina é a principal defensora do mecanismo de concessões.

Em relação à exploração ilegal de madeira, que o governo quer frear com as concessões, Ab'Saber diz, ainda, que o aluguel de Florestas Nacionais "não coíbe nada".

Solução

A solução, segundo o geógrafo, é aplicar às Flonas a receita de geração de renda que vem sendo usada com sucesso há uma década pelo projeto Reça, no município de Nova Califórnia (RO): usar as bordas da floresta para agricultura.

"A umidade da floresta permanece na borda, onde pode ser feita a agricultura. Podemos criar condições de produção de banana, cupuaçu, açaí e pupunha", afirmou. "Penso numa ética para o futuro."

Para Cláudia Azevedo-Ramos, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), ONG que criticou o PL do governo no início, a proposta de concessões foi amplamente debatida e hoje inclui o acesso de comunidades e movimentos sociais às florestas públicas. "A proposta acabou saindo fortalecida", afirma.

No auge das discussões sobre o projeto de lei que previa a concessão de florestas públicas para a exploração sustentável, o jornal procura ouvir um grande nome da ciência nacional, Aziz Ab'Saber, da USP, ex-aliado de Lula, que se opõe ao projeto do governo. Nenhuma voz governamental para se contrapor, o construtor do texto prefere-se ouvir uma representante de uma ONG (Ipam), que a princípio "criticou o PL do governo" mas que depois de ampla discussão, o governo incorporou as propostas de inclusão das "comunidades e movimentos sociais às florestas públicas".

A questão da floresta não passa apenas pela produção madeireira, se partimos do pressuposto que a floresta é um negócio e uma alternativa econômica para as populações, devemos estar abertos a discutir as várias possibilidades para a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas. O mercado extrativista, ou agro-extrativismo como a cultura do açaí, guaraná, cupuaçu, pupunha, mel, castanha de caju, castanha-do-pará e diversos tipos de raízes, sementes e ervas fariam diferença (extrativismo sustentável). O conceito de floresta em pé seria bem aplicado nesta questão.

Texto 18 - Cidades incham na Amazônia. O Estado de S. Paulo. Cristina Amorim. A06. Vida &. 05/06/2005

Cidades incham na Amazônia

Data: 05/06/2005 - Cristina Amorim

Local: São Paulo - SP

População urbana na região triplica em duas décadas e a falta de planejamento provoca queda na qualidade de vida

A população urbana na Amazônia Legal quase triplicou entre 1980 e 2000, destaca um estudo publicado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon): foi de 4,7 milhões de pessoas, ou 45% da população da região, para 13,7 milhões, ou 69%. São 21 milhões de habitantes no total e uma infra-estrutura deficiente, como pode ser resumida a realidade habitacional urbana no maior bioma brasileiro, que cobre 49% da superfície do Brasil e onde as cidades incharam nas últimas décadas. Os moradores deixam o campo progressivamente e buscam nas cidades melhores condições de vida, em um processo de migração regional muito parecido com o que aconteceu na zona costeira do País a partir das décadas de 1950 e 1960. Contudo, assim como ocorreu em grandes centros "sulistas", como Rio e São Paulo, poucos encontram a realidade que imaginam nas cidades da Amazônia. O acesso às pretensas facilidades é para poucos e o consumo indiscriminado dos recursos naturais cresce sem planejamento.

Um exemplo é a questão do saneamento básico, item essencial para evitar que doenças infecciosas, como hepatite A, cresçam. Segundo o pesquisador Valmir Santos, do Imazon, apenas 7% da população, em média, possui saneamento básico na região - a média no Sul e Sudeste é de 90%, diz -, o que evidencia um certo descaso com a questão da água.

Apesar de abundante (a bacia amazônica é a maior do mundo), a água é um recurso finito que precisa ser bem cuidado, porém a população e os governantes não se lembram disso, diz Santos. "Há um padrão negativo de utilização. O consumo é exagerado. A população e o poder público tratam os recursos como inesgotáveis."

Santos coordena uma equipe do Imazon dentro do programa Cidades Sustentáveis, que pretende discutir a crescente urbanização da Amazônia. Em um trabalho piloto realizado na Grande Belém (que tem 1,8 milhão de habitantes), eles desenvolveram indicadores de qualidade de vida distribuídos em questões socioambientais sobre transporte, áreas verdes, esgoto, lixo, esgoto, água e poluição (sonora e visual). Descobriram que a quantidade de pessoas atingidas pelo poder público nesta área metropolitana tem diminuído, em vez de aumentar, e que a taxa de desmatamento mais do que triplicou. Os fatores, diz, indicam que a região precisa repensar o modelo urbano a ser aplicado na região. "É preciso também trabalhar a relação da cidade com a floresta, e montar projetos de médio e longo prazos, que não existem hoje." O pedido com coro com o lema da Organização das Nações Unidas para o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado hoje: Cidades Verdes: Planos para o Futuro.

Agora, a equipe do Imazon começa a estender os indicadores para outras aglomerações urbanas da Amazônia, como Manaus (1,4 milhão). Para Santos, o trabalho tem um caráter de urgência, pois "em toda a região é possível ver ocupações do campo, realizadas por movimentos sociais ou não", forçando as pessoas a buscarem as cidades para viver. "Existe um

componente bastante peculiar, o incentivo à invasão de terras, especialmente na época próxima a eleições", afirma.

O trabalho de pesquisa do Imazon foi realizado na Grande Belém, região com mais de 1,8 milhão de habitantes. O que é interessante é que este aspecto da urbanização ad região amazônica, não é tema comum nos jornais.

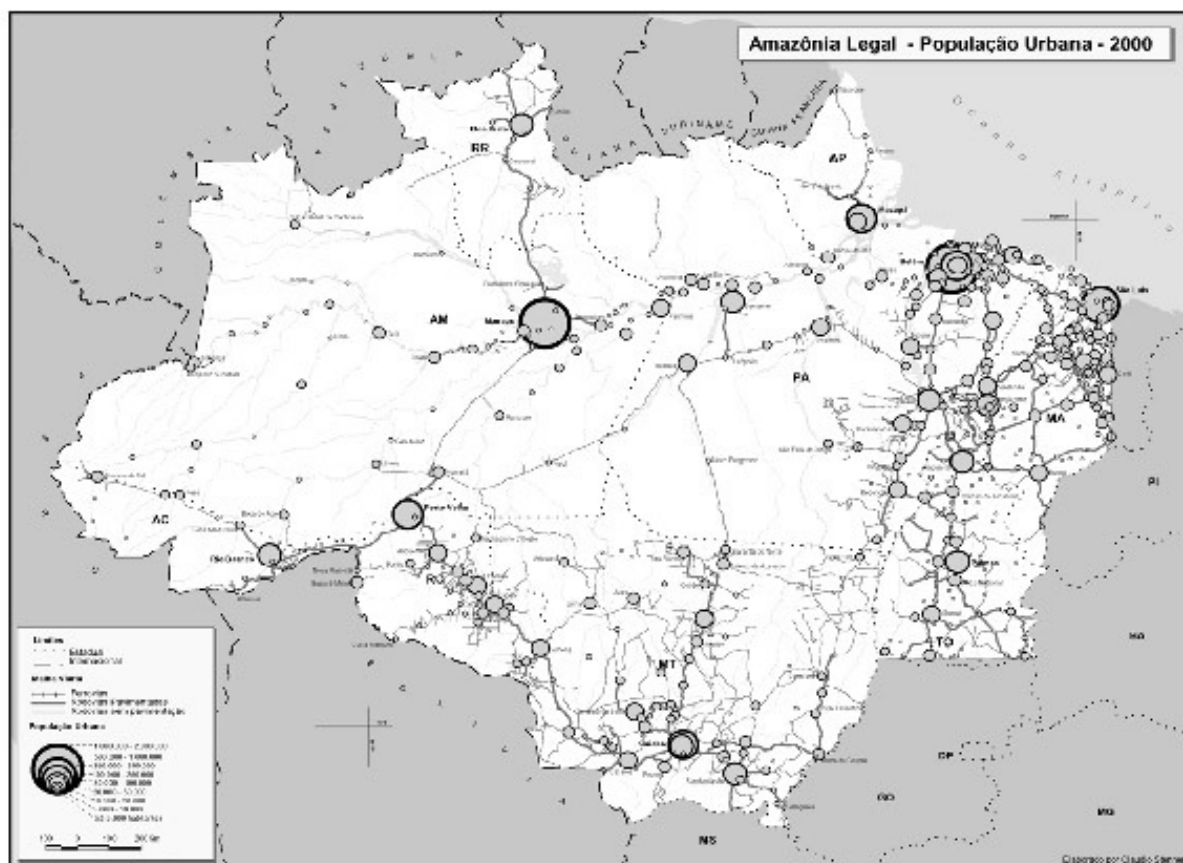
O detalhe: a matéria é publicada no em 05/06/2005, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Becker, em entrevista fala deste processo de urbanização da Amazônia,

“que nas últimas décadas do século 20 acusou as maiores taxas no Brasil. Houve um afluxo enorme de gente de todos os estados, em grande parte induzido pelo governo federal, dentro do programa de integração nacional, em que a ocupação da Amazônia foi uma prioridade. E como nem todos conseguiram ter acesso à terra, e os que conseguiram depois perderam, por causa dos conflitos de terra, a população ia para os núcleos urbanos.

(...). Há quem diga que isso não é urbano, mas um grande acampamento rural. Não importa, porque a urbanização se mede não só pelo crescimento e multiplicação das cidades, mas também pela difusão dos valores urbanos pela população rural, por meio das redes de telecomunicações e da mobilidade de trabalho. Quem faz trabalho na cidade e no campo, sazonalmente, se move daqui para lá, de lá para cá, e vai aprendendo, vai absorvendo os valores urbanos. Estudei muito essa questão da mobilidade. O que os migrantes queriam era ir para a cidade para dar educação aos filhos. Esse é o nosso processo de urbanização. Alguns colegas não gostam dessa abordagem porque querem que nossa urbanização seja igual à da Europa e dos Estados Unidos - mas não é.

Por que não utilizar os dados do Censo do IBGE, tal como os de 2000, que indicava que 69,07% se concentrava em núcleos urbanos ? (Figura 03



Fonte: BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados 19 (53), São Paulo, IEA-USP, 2005a

Já escreveu o antropólogo Darci Ribeiro

A Amazônia se oferece ao Brasil como sua grande área de expansão, para a qual inevitavelmente milhões de brasileiros já estão trasladando e continuarão a se trasladar no futuro. A floresta vem sendo atacada em toda a sua orla e também desde dentro num movimento demográfico poderoso, movido por fatores econômicos e ecológicos. Mais de metade da população original de caboclos da Amazônia já foi desalojada de seus assentos, jogada nas cidades de Belém e Manaus. Perde-se, assim, toda a sabedoria adaptativa milenar que essa população havia aprendido dos índios para viver na floresta (RIBEIRO, 1995, p.308)

O cerne das questões referentes à urbanização e suas conseqüências não são enfrentadas e nem mostrada ao público, que em geral desconhecem como vivem os povos da Amazônia urbana.

Texto 19 - Estrangeiro espera estabilidade fundiária. Cláudio Ângelo. Folha de São Paulo. B11. 7/11/2004

Estrangeiro espera estabilidade fundiária. Folha de S. Paulo. 07/11/2004. Autor: Claudio Ângelo. Origem do texto: Do enviado ao Pará

Editoria: DINHEIRO Página: B11

Investidores chegam a desistir de ações por problemas de regulação e depois de projetos de manejo cancelados

Estrangeiro espera estabilidade fundiária

DO ENVIADO AO PARÁ

O caos fundiário e burocrático do setor florestal na maior selva tropical do mundo também espanta investimentos estrangeiros. Se é verdade, por um lado, que algumas das empresas certificadas pelo FSC da Amazônia são de capital internacional, por outro, a floresta brasileira ainda é vista mais como risco econômico do que como oportunidade.

Essa limitação ao capital estrangeiro tem duas faces: por um lado, investimentos estrangeiros diretos em países com instituições de controle frágeis como o Brasil podem acarretar o que os economistas ambientais Carlos Young e Victor Prochnik, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chamam de uma "corrida ao fundo do poço" _uma superexploração acelerada dos recursos naturais, como aconteceu nas florestas da Malásia e da Indonésia.

Por outro, ressaltam Young e Prochnik no livro "Exportando sem Crises" (IIED, 2004), os investimentos estrangeiros diretos feitos no setor florestal amazônico até agora têm sido associados a boas práticas ambientais. Um exemplo é a Gethal Amazonas, em Itacoatiara (AM), madeireira certificada pelo FSC que foi comprada pelo grupo de investimentos norte-americano GMO.

O GMO, assim como vários outros grupos, esteve em negociações para criar um fundo florestal no Brasil. A atividade, que hoje está no pico nos EUA e na Austrália, consiste em comprar florestas, manejá-las por um tempo e vendê-las de acordo com o crescimento de espécies comerciais.

A idéia não vingou na Amazônia por duas razões: a taxa de juros alta e a indisponibilidade de terras. "É impossível comprar uma área grande na Amazônia sem estar sendo lesado", diz Carlos Guerreiro, gerente florestal da Gethal. "A concessão ajuda porque freia a ilegalidade."

Guerreiro diz que não consegue sondar a quantidade de capital disponível para esse tipo de investimento no Brasil. "Mas o [grupo de investimento americano] Harvard Forest tem US\$ 500 milhões para investir e não acha onde."

O presidente da Uniflor, Wagner Kronbauer, diz ter sido contatado por uma empresa da Holanda e uma da França dispostas a bancar a certificação de madeiras brasileiras a fim de ter um fornecimento seguro de madeira com selo do FSC. Elas desistiram, porque "não conseguem entender" a política brasileira.

"Não foi uma nem duas vezes que pessoas que forneciam para elas tiveram projetos de manejo cancelados", afirma.

Frank Creti, diretor-geral da Eldorado, exportadora de madeira do Pará pertencente ao grupo francês Lapèyre, diz que perdeu de 30% a 40% de seu fornecimento de matéria-prima depois que o Ibama suspendeu os planos de manejo, em 2003.

Ele afirma que não pode garantir a origem da madeira não-certificada que a empresa compra 77% do total. "Não há traçabilidade possível. Nossos fornecedores compram toras de desmatamento." A vantagem das concessões? O francês põe o indicador na testa. "É estar tranqüilo."

O capital mundial quer investir no país, mas o caos fundiário e a burocracia não permite. É essa a visão que a matéria passa aos leitores. De um lado, "o caos fundiário e a burocracia do setor florestal na maior selva tropical do mundo", de outro lado, empresas multinacionais "dispostas a bancar a certificação de madeireiras brasileiras a fim de ter um fornecimento seguro de madeira com selo FSC".

A frase "investidores chegam a desistir de ações por problemas de regulação e depois de projetos de manejo cancelados" carrega consigo uma forte carga de crítica ao governo federal, que estaria impedindo através do cancelamento de projetos de manejo o investimento de capital estrangeiro. Em nenhum momento é explicado o porque destes cancelamentos, quais os motivos que teriam levado o governo a praticar os atos de cancelamento.

Parece que enfim vamos debater a questão fundiária, cria-se até uma expectativa com esta entrada da matéria "O caos fundiário e burocrático do setor florestal na maior selva tropical do mundo também espanta investimentos estrangeiros". Mas tudo em vão. A essência não é desvelada.

O texto reforça o discurso da prática das concessões que, segundo seus defensores, "ajuda porque freia a ilegalidade" colaborando para robustecer o papel da certificação florestal como instrumento de combate à ilegalidade, assumindo, portanto, a função do governo.

Segundo o excelente trabalho de Freris e Laschefski ⁴¹

⁴¹ O trabalho é a versão completamente revisada do artigo Saving the wood from the trees, publicado no jornal The Ecologist. Vol. 31, n 6, July/August 2001. <www.wrm.org.uy/paises/fachadaverde.pdf>

a certificação florestal, como um instrumento voluntário de mercado, é cada vez mais considerada uma ferramenta poderosa no contexto da globalização econômica. Ela serve para estimular os produtores florestais a adotarem práticas de manejo socialmente apropriadas, ambientalmente saudáveis e economicamente viáveis.

Assim, a idéia da certificação florestal vem ganhando relevância em estratégias políticas para implementar o chamado desenvolvimento sustentável. entre as várias instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo. Conseqüentemente, o manejo florestal e a certificação têm tido um papel crescente no planejamento regional, ou seja, no zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, particularmente na criação de FLONAS - Florestas Nacionais.

A questão da certificação florestal é longamente debatida por Porto-Gonçalves (2006) que entende que este assunto vêm sendo construído estrategicamente por três setores: organizações não governamentais (WWF, Greenpeace, Friends of Earth -Amigos da Terra), grupos empresariais do setor florestal em torno do ITTO (Internacional Timber of Tropical Organization) e os organismos multilaterais (Banco Mundial).

Nessa ótica, o Estado é excluído da regulação do setor e a certificação passa a ser um mecanismo fundamentado na existência de um nicho de mercado como argumenta Porto-Gonçalves (2006, p. 359) “mercado esse que diga-se de passagem, foi criado a partir de movimentos sociais e procura deslocar ou complementar outras ferramentas políticas que também tentam promover o manejo florestal”.

Durante o processo editorial, seleciona-se apenas os aspectos que interessam à linha de pensamento do jornal. Nenhuma versão contrária, ninguém para falar sobre o selo verde (toma-se como uma medida sem contestação, sem contraditório). Nenhuma explicação porque os projetos de manejos foram cancelados em 2003, pelo Ibama. Cadê o Ibama? A burocracia não fala...

Podemos afirmar, com base nos padrões de fragmentação operada pela seleção de aspectos elaborada por Abramo, que o fato (a questão fundiária) foi atomizado, decomposto, (em certificação florestal). A complexidade da questão fundiária é reduzida sem maiores esclarecimentos ao leitor.

Texto 20 - Ex-'rei do mogno' vira exemplo de conservação . Folha de S. Paulo.

07/11/2004. Autor: CLAUDIO ANGELO. Origem do texto: DO ENVIADO AO PARÁ.

Editoria: DINHEIRO Página: B11. Edição: São Paulo Nov 7, 2004.

Ex-'rei do mogno' vira exemplo de conservação

DO ENVIADO AO PARÁ

O paranaense Idacir Peracchi sacode a mão como se afastasse um fantasma ao ser questionado sobre sua encarnação passada como empresário. "Esquece esse negócio de mogno!", implora.

Peracchi, 47, fala sem o menor orgulho da época em que era um dos reis do mogno em Tucumã, no sul do Pará, e comandava batalhões de mateiros e operadores de motosserra que ficavam no mato por até dois meses, recebendo comida de avião, para tirar a preciosa madeira que virou símbolo da atividade florestal predatória e da fiscalização corrupta.

De 1980, quando veio para a Amazônia, a 1998, esse nativo de Laranjeiras do Sul trabalhou com extração e venda da madeira vermelha, proibida em 2003.

A empresa da família, a Peracchi, enfrentou uma ação do Ministério Público pela invasão da terra indígena Apiteréwa, da tribo paracanã, rica em mogno. Idacir se cansou da montanha-russa. "Ele entendeu que era insustentável a forma como se fazia o negócio e rompeu com a família", diz o ex-inimigo Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra.

Hoje, Peracchi é um modelo de madeireiro bem-sucedido e que preserva a floresta. Sua empresa, a Juruá Madeiras, foi a primeira madeireira de capital nacional a obter a certificação do FSC, em 2000. Mudou o nome para Juruá Florestal. "Juruá Madeiras era muito pesado. Eu queria uma coisa mais light", sorri.

Entre um gole de chimarrão e outro no seu escritório em Ananindeua, região metropolitana de Belém, Peracchi exhibe orgulhoso sua foto num anúncio do banco ABN, do qual é cliente, que o usou como garoto-propaganda de suas ações ambientalmente corretas.

A Juruá hoje faz manejo florestal certificado em 41 mil hectares, na região de Tailândia, uma das fronteiras madeireiras mais antigas do Pará. Trabalha com 52 espécies e fatura R\$ 25 milhões por ano. Tem duas fábricas de pisos em Ananindeua e exporta 95% do que produz para Holanda, França, Bélgica e Estados Unidos.

Exemplo

"Hoje ele é uma referência entre os madeireiros", conta Adalberto Veríssimo, do Imazon. "Todas as empresas médias viram o sucesso dele e querem se certificar e operar no modelo de concessão."

Quando a Juruá resolveu procurar o selo do FSC, no entanto, o quadro era outro. A área da empresa era pequena (12,5 mil ha), o custo inicial da

certificação era alto e ainda não estava claro se o mercado internacional pagaria o sobrepreço à madeira com o selo verde hoje, ressalte-se, o sobrepreço é de até 50% para algumas espécies. A Mil Madeireira, empresa de capital suíço que foi a primeira a se certificar no país, operava no prejuízo.

"Todo mundo me dizia que ou eu era muito macho ou era muito louco em me certificar. Mas o pessoal da Embrapa me fez uma lavagem cerebral. Se eu tivesse consciência, não teria me certificado", recorda-se. "Hoje, todo mundo me procura para saber como conseguir 'o tal selo verde'", ri.

Para Peracchi, o grande trunfo da certificação é a necessidade de menos área de floresta para extrair um volume maior de madeira. "Você promove novas espécies e novos produtos."

A pressa e o espaço reduzido do fazer jornalístico e um pouco de descuido impede uma matéria mais apurada.

Diz a matéria: "A Mil Madeireira, empresa de capital suíço que foi a primeira a se certificar no país, operava no prejuízo". Um pouco de história: a Mil Madeiras (hoje PWA) chegou na região na década de 90 num período de crise da indústria madeireira. A empresa segundo Freris e Laschefski investiu enormes valores para a implementação de um sistema de manejo florestal que incluía computadores, máquinas e infra-estrutura. "Em comparação a outras empresas madeireiras, a PWA oferece melhores condições de emprego, salário, segurança e encoraja a organização dos trabalhadores em sindicatos, criando pressão para que outras madeireiras sigam este exemplo".

Na matéria, o mito de que a certificação incrementa o valor econômico das florestas é exaltado através da utilização de palavras como: "exemplo", "trunfo da certificação", "sucesso".

Impressionante é que a maioria das matérias realçam a chamada "vocação florestal". O olhar está voltado para a madeira: "falar hoje de "manejo florestal"   falar da explora o de madeira e não do manejo praticado por um povo indígena, ribeirinho, permaculturista ou seringalista" FRERIS e LASCHEFSK (2001). Tudo isto em detrimento de um outro manejo de recursos naturais praticado por estas popula es. Por isso precisa-se de uma cobertura jornalística que d  conta da dimensão do problema, do mercado destes produtos, dos financiamentos e créditos bancários altos para estas comunidades, das dificuldades de transportes e da troca de informa es destas comunidades.

Texto 21 – Uma política para o capital natural. Washington Novaes. O Estado de S. Paulo. 06.05.2005. A2 Espaço Aberto

Uma política para o capital natural -

Artigo de Washington Novaes

Nunca é demais repetir que o Brasil, o governo federal, os governos estaduais da região vivem um momento crucial em relação à Amazônia. Têm de decidir, sem perder mais tempo, qual é sua visão estratégica em relação a esse bioma. Porque, como tem dito a professora Bertha K. Becker, do Departamento de Geografia da UFRJ, ‘a Amazônia é um desafio para o presente, não mais para o futuro’. E é preciso definir, com urgência, ‘as relações entre o poder e o espaço geográfico’.

Neste momento mesmo, estão sobre a mesa questões e projetos que demarcarão de forma irreversível o destino amazônico: se vão construir hidrelétricas nos Rios Madeira e Xingu (e se vai prosseguir a política de investir recursos públicos e continuar subsidiando o preço da energia para projetos de exportação de alumínio); se vai ser asfaltada a rodovia Cuiabá-Santarém (com reflexos importantes no desmatamento); se vai haver concessão de florestas públicas por até 60 anos a empresas privadas (para exploração de madeira, conforme projeto em tramitação no Congresso); se irão adiante os projetos das hidrovias do Madeira e Araguaia-Tocantins (principalmente para exportar soja e carnes); se vai prosseguir a expansão daquela monocultura e da pecuária, com esse objetivo e reflexos muito fortes no desmatamento.

Ao lado disso tudo, também sobre a mesa está a proposta da SBPC de um pacto pelo ‘desmatamento zero’ no ‘laboratório em pé da floresta’, acompanhado de investimento maciço em ciência na região, para conhecer e explorar outras possibilidades, especialmente no campo da biodiversidade.

Quem tiver interesse no destino do bioma, encontrará farto material para se informar e meditar no número 53 da revista Estudos Avançados, da USP, lançado nesta quinta-feira (e que terá seqüência no número 54), que trata exatamente das questões da Amazônia brasileira, na visão de especialistas em vários campos do conhecimento.

Pode-se começar com a professora Bertha Becker, para quem é preciso mudar o paradigma de ‘economia de fronteira’ na Amazônia, que teve seu auge entre 1960 e 1980, mas, por falta de estratégia adequada para substituí-lo, continua a comandar ações.

‘É imperativo o uso não-predatório das fabulosas riquezas naturais da Amazônia’, diz a ensaísta. Assim como proteger o saber acumulado de suas populações tradicionais, eficiente ‘para lidar com o trópico úmido’.

Segundo a professora Becker, não se trata mais de apenas conflitos pelo uso da terra; trata-se de saber se as políticas para a Amazônia estarão voltadas para os interesses específicos dos amazônidas, especialmente, e da sociedade brasileira como um todo, e não apenas para atender às necessidades dos países a que o bioma serve com os formatos econômicos que têm prevalecido.

Para isso ela considera três hipóteses: o novo significado de uma geopolítica da Amazônia em âmbito global, como 'a grande fronteira do capital natural'; o novo lugar da Amazônia no Brasil; e a urgência de uma nova política de desenvolvimento para a região e de estratégias básicas para implementá-la. Tudo isso num momento de 'disputa das potências pelos estoques de riquezas naturais', boa parte deles encontrável ali.

Segundo Bertha Becker, 'a floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, a pecuária e a soja'. Por isso - argumenta ela na mesma direção da SBPC - 'está na hora de implementar uma revolução científico-tecnológica na Amazônia, que estabeleça cadeias tecnoprodutivas com base na biodiversidade'. Uma revolução que inclua 'desde as comunidades da floresta até os centros de tecnologia avançada'.

Uma segunda tese nessa direção é de outro entrevistado da revista, o professor Warwick Kerr, ex-diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Para ele, a pesquisa 'precisa ser multiplicada por 10'. O professor Kerr preocupa-se também com projetos de manejo certificado da floresta, que afetam a biodiversidade.

Outro depoimento capital é do professor Aziz Ab'Saber, da USP, um dos cientistas que mais conhecem a região. Ele lembra que 'a agricultura intensiva nunca deu certo' na Amazônia; por isso mesmo a pecuária é que mais se tem expandido ali, gerando devastação, juntamente com as rodovias e outros formatos, inclusive projetos de colonização.

A seu ver, 'existe total despreparo dos governantes quanto ao quadro conjuntural da região'. E, se 'a Amazônia não pode ser intocável', como disse o presidente da República, 'é preciso saber como ela vai ser tocada': devemos 'realizar um esforço imenso para produzir ali desenvolvimento econômico com o máximo de floresta em pé'; mas isso exige 'políticas adequadas para cada uma das células espaciais da região' - o que implica um zoneamento ecológico e econômico competente (que o professor Ab'Saber vem pedindo há décadas); exige conhecer a realidade física, econômica, urbana e social.

São muitos os estudos. Os professores Leandro V. Ferreira, do Museu Goeldi, e o doutor em ecologia Eduardo Veinticinque enfatizam que o desmatamento foi de 10 a 20 vezes menor nas unidades de conservação e terras indígenas que nas outras áreas.

O professor Saulo R. Freitas e outros calculam as emissões de gases do efeito estufa nas queimadas em florestas: 1.500 a 1.700 gramas de dióxido de carbono por quilo de biomassa queimada.

Estão ali também estudos sobre a mineração, a questão agrária, a saúde, a questão indígena, a diversidade cultural das populações tradicionais e muito

mais. Um passo importante para discutir uma questão vital para o país nesta hora.

No transcurso do nosso trabalho deparamos com a coluna do jornalista Washington Novaes em *O Estado de S. Paulo*. A coluna é publicada nas sextas-feiras e versa sobre o meio ambiente em geral. A Amazônia e sua complexa biodiversidade aparece em alguns artigos escrito sempre de forma compreensível, crítica e questionadora. Novaes é um jornalista cuja trajetória de mais de 4 décadas de jornalismo o gabarita como um profundo conhecedor das questões ambientais. Foi o sistematizador da Agenda 21 brasileira e consultor do Primeiro Relatório Brasileiro para a Convenção da Diversidade Biológica. Novaes se insere no rol de jornalistas como Randau Marques, um dos primeiros a cobrir o tema poluição industrial; como Lúcio Flávio Pinto, editor do *Jornal Povo*, um tablóide com tiragem de 2.000 exemplares que assusta as elites amazônicas e Regina Scharf, que relaciona o econômico com as questões ambientais.

O texto escolhido —e poderia ser qualquer um outro do autor, demonstra este equilíbrio e lucidez em suas posições e sua defesa das questões ambientais ao analisar um livro recém lançado. Os artigos do autor selecionados na nossa pesquisa refletem a preocupação do jornalista com a Amazônia e sua defesa por um olhar mais atento da sociedade para uma região abandonada pelos governos.

A presença de um jornalista de gabarito em suas páginas de certa forma confere status ao jornal que pode de fato afirmar que está preocupado com as questões ambientais. Novaes é supervisor geral do Repórter Eco e consultor de meio-ambiente da TV Cultura-SP e tem sido um batalhador das causas da biodiversidade amazônica, sempre chamando a atenção das autoridades para que estas invistam em ciência e tecnologia na Amazônia.

Novaes é contrário à coleta seletiva de madeiras na floresta amazônica e é um crítico do processo de manejo sustentável e das concessões florestais. O jornalista entende, e o Texto 21 é prova disto, que a floresta, que vive um momento crucial, deve ser explorada “em pé”, respeitando “a diversidade cultural das populações tradicionais”.

A prevalência da lógica mercantil

Talvez a provocação do economista Cesar Benjamin realizada no início da década de 1990

ainda seja atual

Mas a luta ecológica não conseguirá impedir que se renovem, nessa nova fase expansiva do capitalismo, os velhos traços que sempre determinaram a nossa exclusão: o aumento da dependência, o controle da tecnologia de ponta e da capacidade de inovação, a homogeneização artificial de padrões de consumo, a internacionalização da economia sob o controle de empresas oligopolistas e assim por diante. Dentro do novo, renova-se o velho, que é a concentração de riqueza e poder, em detrimento da maioria dos homens, mesmo num mundo um pouco mais limpo (BENJAMIN, 1990, p. 21).

Diante do material analisado, observamos que a natureza, na ótica do mercado globalizado, é passível de ser transformada em *commodities*. A mentalidade hegemônica, mercantil e privatista transforma tudo que é da esfera ambiental em “produtos ambientais”, ou em “serviços ambientais”.

Por mais que a questão ecológica seja uma questão de vida ou morte, prevalece nas narrativas midiáticas, a questão econômica.

O **valor econômico** da natureza é mais importante que o **simbólico** (no sentido da preservação ou do conservacionismo). Os novos discursos produzidos pelo jornalismo são baseados numa suposta cientificidade e procuram apresentar o “uso sustentável da floresta” como uma opção de consenso (articulado não só pelo jornalismo), como a única oportunidade de evitarmos a catástrofe ecológica. A lógica mercantil vai se espalhando pelas linhas dos jornais revestida de uma roupagem “economicamente correta”.

Outra questão que prevalece na análise do nosso *corpus* é o predomínio das questões relacionadas as madeireiras (desmatamentos, concessões) e a ausência de matérias sobre o sistema de participação comunitária, trabalho escravo, ou sobre as inúmeras dificuldades enfrentadas pela população local para desenvolver projetos sustentáveis aproveitando a sabedoria nativa.

Na lógica do capitalismo tardio, o Estado deixa de ser o regulador dos recursos naturais, passando esta tarefa para outras esferas, sejam elas ONGs, organismos reguladores ou de mecanismos de certificações, etc. Reafirmamos o quanto é ilusório crer em um desenvolvimento sustentável que seja alcançado dentro dos marcos dos mecanismos de mercado.

O elenco de expressões, metáforas e todo o tipo de repertório próprio do meio jornalístico, não foram criados pelos jornais, mas sim nos centros de poder, ou seja, nos locais de onde surgem as ideologias, na esfera dos ecologistas, conservacionistas, desenvolvimentistas, etc. Este repertório de expressões é derivado de uma nova realidade que construída e elaborada por grupos especializados. O jornalismo praticado pelos grandes órgãos de comunicação de massa assume estas expressões em sintonia com a “realidade mercantil”.

Segundo Kucinski⁴² “no Brasil o consenso não precisa ser produzido ao longo de um complexo processo midiático de debate argumentativo” e complementa “ a ideologia de todos os veículos da grande imprensa possui o mesmo código genético”.

Como bem sintetizou Marcondes Filho (1984, p. 22) “imprensa e capitalismo são pares gêmeos”. Gêmeos idênticos, diríamos.

⁴² KUCINSKI, Bernardo. *Do discurso da ditadura à ditadura do discurso*. Cadernos Le Monde Diplomatique, n° 1, São Paulo: Editora Unesp

Considerações Finais

Chegando ao final da jornada, que é na realidade um novo recomeço, observamos que aprender a decodificar não é simplesmente ter o conhecimento em termos técnicos ou distinguir um enumerado restritivo: “é também poder situar-se, se necessário, numa postura paradoxal de recusa aberta, *é aprender a ser um ser não influenciável ao mesmo tempo que permanecer disponível aos outros*” (BRETON, 1999, p. 154).

Este processo de decodificação não é uma redução, muito pelo contrário, é um procedimento que estabelece novas possibilidades que permitem avançar no mundo em buscas de novos projetos e novas decodificações num processo contínuo de ensino-aprendizado.

O homem, como manifesta Kosik, já antes de iniciar qualquer investigação precisa fundamentalmente “possuir uma consciência do fato e que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma verdade oculta da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente (KOSIK, 1985, p. 13).

Nossa intenção, ainda que acanhada e incompleta, foi apreender o fenômeno do ambientalismo tardio, originado do capitalismo tardio, descrevendo e indagando sobre suas características e a forma em que ele se manifesta.

Tentamos desvelar a capacidade de um capitalismo autopoético em se renovar e auto-engendrar, de enlaçar as energias de um ambientalismo emergente e assim, continuar se reproduzindo num ambiente que estava lhe ficando hostil.

Estamos mais interessados em “compreender” a questão contemporânea do capitalismo que é marcada pelo domínio do mercado e suas extensões: “mercado da água”; o “mercado da fome”; o “mercado do ar”; “mercado da vida” etc e seus reflexos na .

Tendemos a crer que o mecanismo de ecotaxação ou do direito de um país pagar para poluir (principio poluidor pagador) é um absurdo, assim como a permissão para que os países ricos comprem dos países pobres o direito, os meios e as condições para que estes se desenvolvam sem poluir, ou poluindo menos.

Acreditamos que para ser ecologista hoje seja necessária uma boa dose de anticapitalismo, anticonsumismo e de um pouco de utopia. Ou melhor, devemos ir além da luta anticapitalista: superar a pobreza, escolher técnicas e metodologias que não degradem o meio ambiente. Neste movimento deve-se agregar a inclusão social e a cidadania das pessoas e realizar uma profunda mudança nas relações econômicas.

A pós-modernidade, contexto no qual na nossa opinião está inserida o ambientalismo tardio é caracterizada por um novo tipo de poder global (o da governança sem governo). Com o declínio da soberania dos Estado-Nação, as grandes corporações multinacionais expandem seus sustentáculos para todas as regiões onde é possível lucrar.

Diante do estudo realizado até aqui, e que deve, obviamente, ser aprofundado, compreendemos que está em curso é a constituição de uma ideologia do capitalismo que compreende a ecologia, assim como a política, a cultura —voltada para a prática de uma “economia sustentada”. Entendemos que está em franco processo de evolução um modelo capitalista contemporâneo voltado para a chamada sustentabilidade.

Este novo paradigma defronta-se com o velho conceito de desenvolvimento capitalista baseado na subordinação da natureza pelo homem e no progresso linear e evolucionista, marcas da modernidade advindas do processo de revolução industrial que forjou uma racionalidade instrumental baseada na exploração, no lucro e na dominação da natureza. A economia dominante faz fé cega nos mecanismos do mercado (o mundo é uma mercadoria).

O capital soberano dita as normas do processo, reinventa modelos, decreta o fim das estruturas (o fim do emprego, o fim dos sindicatos, o fim das representações coletivas). É neste cenário de finitude que o ambientalismo tardio se situa.

Mas a história não se findou e não julgamos adequado integrar este coro da Morte de Tudo.

Em que pese a imprevisibilidade contemporânea, ainda cremos na possibilidade da existência de uma sociedade não predadora e auto-sustentável

O capitalismo tardio apropriou-se do conceito de desenvolvimento sustentável em parte como resposta a crítica ecológica ao modelo degradador. Devemos ponderar que, se de um lado há méritos ao movimento ambientalista por ter após muita luta conseguido sensibilizar os empresários e certos setores governamentais, por outro lado, deveríamos procurar entender os desejos profundos que movem os capitalistas ao aderirem a esta nova concepção de desenvolvimento. Esta apropriação trará de fato benefícios para a humanidade? Devemos ponderar sobre o processo de incorporação da agenda ambiental nas grandes corporações, e

nas políticas públicas governamentais pois de imediato ela é salutar à sociedade. Há méritos louváveis para os ambientalistas que entenderam ao longo da sua luta que o peso e influência da mídia é fundamental para divulgar as idéias do movimento para a sociedade. Mas há também aqueles que caíram na rede da armadilha neoliberal.

Alguém poderia argumentar: não importa se é um ambientalismo tardio, o importante é que isto implica em benefícios para todos! Temos nossas dúvidas. Bom para quem? Benefícios para quantos? Para a continuidade de um processo de consumo ou de desenvolvimento que apenas retarda o fim das reservas naturais? A mercantilização da natureza pode trazer benefícios para a humanidade? São questões abertas ao debate que precisa ganhar em definitivo as páginas dos nossos meios de comunicação.

Do ponto de vista da história da comunicação, as questões ambientais passaram a ser cobertas pelos veículos com uma maior intensidade. Primeiro como fruto de uma intensa e bem organizada luta dos movimentos ambientalistas, de outro, pela própria necessidade dos órgãos de imprensa assumirem a ideologia do desenvolvimento sustentável. Matérias sobre poluição ou degradação urbana saíram fora do circuito temático, entrando temas como energia renovável, biocombustíveis etc.

A água ainda é um assunto incipiente quando se fala em Amazônia. Mas não é um assunto a ser descartado. Para várias entidades conservacionista proteger a floresta para garantir a água também é um bom negócio.

Não pretendemos neste trabalho criticar os jornalistas, em sua maioria honestos e comprometidos ambientalmente. Sabemos que muitos tentam heroicamente furar o cerco de seus chefes e editores e produzir matérias sérias, equilibradas e em defesa do meio ambiente.

A grande imprensa ou a imprensa das grandes corporações cobre ainda de maneira superficial, sem profundidade o tema. O tema ambiental é um discurso para poucos. Menos do que fazer a defesa deste ou daquele tipo de desenvolvimento para a Amazônia, preocupou-nos como a imprensa trabalha a temática amazônica.

Os jornais ainda são veículos que cobrem predominantemente a pauta do grande desastre (notem a cobertura da tragédia do acidente do Boeing da Gol em outubro de 2006), das catástrofes ou dos fenômenos ambientais (grandes secas, enchentes, etc) ou das situações apocalípticas, ou então, o mítico, o sobrenatural e o exótico. A cobertura mais apurada e coerente fica para as publicações especializadas com um público mais restrito. Deve ser difícil

para a grande imprensa cobrir casos ambientais e entrar em conflito com seus anunciantes. Ainda mais que a questão agrária é fundamental nesse tema, ou seja, só teremos notícias sobre a questão se for para incriminar o MST ou para falar de projetos de assentamentos que não deram certo. Subverter a ordem de uma imprensa comprometida com o capital e o lucro.

Quanto à questão da internacionalização, volta e meia, retoma-se o tema na mídia, como na recente declaração do secretário do meio ambiente do Reino Unido, David Miliband que propôs uma espécie de privatização da Amazônia em um encontro realizado em Monterey, no México. A notícia foi publicada, domingo, 1º de outubro de 2006, no jornal britânico *Daily Telegraph*. O plano inglês, apoiado pelo primeiro-ministro Tony Blair, faria parte de um conjunto de ações para tratar de mudanças climáticas globais e inclui a criação de um fundo cujo objetivo final é vender árvores e terras a grupos de pessoas interessadas na preservação. A proposta não é nova e retoma a sugestão de Pascal Lamy, analisada nesta pesquisa. O que mais preocupa é que este tipo de proposta é suscetível de encontrar adeptos entre os interessados em preservar a floresta amazônica. O tema repercutiu na nossa mídia⁴³

A questão da soberania, da privatização ou seja lá que denominação for dada estará sempre a assombrar nossos meios de comunicação.

Sobre esta questão, termino — para provocarmos uma reflexão — com a declaração do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 26 de outubro de 2006, ao anunciar a estimativa de queda de 30% no desmatamento da Amazônia no período de 01 de agosto de 2005 e 31 de julho de 2006

“É possível desenvolver a Amazônia com o cuidado necessário. É possível levar um desenvolvimento mais limpo para lá”, disse o presidente da República, pouco antes de destacar a soberania do Brasil sobre a região. “A Amazônia é brasileira. O domínio soberano do nosso território é inquestionável. Quem quiser conhecer a Amazônia precisa pedir licença para o Brasil. Quem quiser explorá-la tem que pedir licença para o Brasil. Nós não abrimos mão do controle soberano dessa reserva florestal extraordinária. Não abriremos mão”, destacou Lula.⁴⁴

⁴³ ANGELO, Cláudio. *Pague para manter*. Folha de S. Paulo. Caderno Mais! P.9, 8 de outubro de 2006

⁴⁴ MATTOS, Marluza. *Governo Federal estima queda de 30% no desmatamento da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2879>>. Acesso em 27/10/2006.

Restam algumas interrogações. É possível compartilhar soberania com cooperação internacional? É possível sobreviver às imposições da agenda internacional? Conseguirá o Brasil, diante das pressões da mídia internacional, deixar de ser um vilão ambiental?

É importante retomarmos à um questionamento anterior. Há manipulação neste processo? Destacamos a priori, que negligências, distorções e manipulações, sejam intencionais ou não, ocorrem em todo tipo de abordagem da mídia e dentro desta visão também nas questões ambientais. Ocorre que os aspectos manipulatórios não são claramente visíveis e nem se realizam com tanta frequência como no jornalismo político ou no econômico. Na abordagem das questões ambientais a manipulação jornalística acontece com mais sutileza.

Também não tivemos a intenção de analisar comparativamente nem o conservadorismo modernoso de *O Estado de S. Paulo*, nem a modernidade conservadora de a *Folha de S. Paulo*. Esta comparação precisaria de outras variáveis que não pesquisei neste estudo. Fica aqui uma boa dica de continuidade da pesquisa.

A Amazônia sendo a maior floresta tropical do mundo e o que restou após séculos de devastação indiscriminada merece um espaço privilegiado na mídia. Como bem apontou Machado (2005), a Amazônia continua fora do foco na mídia e no governo e não é por causa da força dos movimentos ambientalistas e nem dos profissionais do jornalismo, mas sim das grandes empresas de comunicação.

Com toda a sua complexidade, a Amazônia merecia um tratamento melhor, com reportagens e notícias mais qualificadas e investigativas, que se aproximem ao mesmo tempo do público leigo. Mas, dentro do nosso pensamento, não nos cabe aqui perguntar qual é o papel da imprensa em defesa de uma Amazônia sustentável, pois a grande mídia associada aos interesses hegemônicos se preocupa basicamente em mostrar os casos isolados e não em desvelar os fatos mais complexos e invisíveis.

A Amazônia precisa ser desvendada em todas as suas dimensões: população indígena, empresas que estão sendo instaladas na região, ONG's de várias matizes políticas e ideológicas, mídias regionais, movimentos sociais, agricultores familiares etc. Não da forma excessiva, mas na medida da razoabilidade, da cobertura balanceada, que apresentasse os projetos locais com uma importância digna de ser mostrada.

A mídia poderia incorporar o conceito de uma revolução científica tecnológica que utilize a biodiversidade em todos os seus níveis para que a Amazônia deixe de ser apenas uma riqueza em potencial. O acúmulo tecnológico existe, basta o interesse e o compromisso dos diversos atores sociais com a questão.

Por fim, quero afirmar que compactuo da assertiva de que a insustentabilidade (econômica, ambiental, social e política) é inerente ao sistema industrial capitalista que busca a sua expansão constantemente. Seria também a comunicação, tão preocupada com o espetáculo, insustentável?

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

AB'SABER, Aziz Nacib. *Bases conceituais e papel do Conhecimento na previsão de impactos*. In *Previsão de Impactos: o estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. Aziz Nacib Ab'Saber e Clarita Muller-Plateberg (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

ADORNO e HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

ANGELO, Cláudio. *Pague para manter*. Folha de S. Paulo. Caderno Mais! p.9, 8 de outubro de 2006.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ATHAYDE, Phydia. *Amazônia: novo rumo?* Carta Capital. São Paulo: Confiança, 22/02/2006.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Berta. *Amazônia sem extremismo*. Entrevista para revista Fapesp. Edição 102. Ago/2004. <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?s=132,25,,3&aq=artigo>>. Acesso em 17/06/2006.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados 19 (53), São Paulo, IEA-USP, 2005a.

_____. *Por que não perdemos a soberania sobre a Amazônia?* In: Que País é Esse? Edu Silvestre de Albuquerque (org), São Paulo: Globo, 2005b.

BENJAMIN, César. *Nossos Verdes amigos*. Teoria e debate 12, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, novembro de 1990.

BENTES, Rosineide. *A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia*. Estudos Avançados 19(54), São Paulo: USP, 2005.

BÖCKELMANN, F. *Formación y funciones sociales de la opinión pública*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUSATO, Janete Moro. *A decisão de investir em gerenciamento ambiental: evolução da questão em Santa Catarina: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, março de 1996. Disponível em: <http://eps.ufsc.br/disserta96/busato/index.htm>. Acesso em 15/11/2006.

CALIARI, Tânia & PEREIRA, Raimundo Rodrigues. *Amazônia: Cuibá-Santarém*. Reportagem. São Paulo: Oficina de Informação, n.68, maio de 2005.

CALIARI, Tânia & RODGE, Ana. *Amazônia – o nosso desafio no mundo global*. Reportagem, São Paulo: Oficina de Informação. n.º.40, janeiro de 2003.

CARDET, Ricardo. *Manual de Jornalismo*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1981.

CAROS AMIGOS, edição 53, São Paulo: Editora Casa Amarela, agosto de 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Era da informação*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

_____. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____ *O que é ideologia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHOMSKY, Noam; HERMANN, Edward S. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

COELHO. Cláudio Novaes Pinto. *Publicidade: é possível escapar?* São Paulo: Paulus, 2003.

COELHO, Marcelo. *Um outro tipo de manipulação*. Marcelo Coelho. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2001/jusp570/caderno/especial09.html> acesso em 20/06/2006.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação – teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente. **Nosso futuro comum**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, José Teixeira (organizadores). *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. 2. ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAMÁSIO, Antônio R. *O Erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DANTAS, Audálio. *Globalização econômica e manipulação da informação*. Audálio Dantas. http://www.mhd.org/artigos/audalio_globalizacao.html. Acesso em 20/06/2006.

DESCARTES, Rene. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DI GIORGI, Danilo Pretti. *Desenvolvimento Sustentável*, Correio da Cidadania. 496 - de 22 a 29 de abril de 2006. <http://www.correiocidadania.com.br/ed496/> <acesso em 16/06/2006>.

DONIZETE, Paulo. *Amazônia: o alvo da maior cobiça do mundo*. Revista Fórum, São Paulo: Editora Publisher p.14. n°.1, agosto de 2001.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: Unesp, 2006.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 14ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1996.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. in. Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas. V.2. s/d São Paulo: Alpha-Omega, s/d.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Nacional, 1959.

FOLADORI, Guilherme. *O metabolismo com a natureza*. Crítica Marxista. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf> Acesso em 23/12/2005.

FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6ª edição ver. ampl., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FRERIS, Nicole & LASCHEFSKI, Klemens. *A fachada verde da exploração madeireira - Os mitos da certificação madeireira e da vocação florestal na Amazônia*. Disponível em: <www.wrm.org.uy/paises/fachadaverde.pdf>. Acesso em 07/08/2006.

FREITAS, Marcílio. *Amazônia e Desenvolvimento Sustentável – Um diálogo que todos deveriam conhecer*. (com a colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GARRIDO FILHA, Irene. *Manejo florestal: questões econômico-financeiras e ambientais*. Estudos. Avançados São Paulo, v. 16, nº. 45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Ago 2006.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

HOHFELDT, Antonio. *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*. In: Teorias da Comunicação. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

HORKHEIMER, Max. *Filosofia e Teoria Crítica*. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural. 1980.

HOUTART, François. *Entre a humanização e a superação do capitalismo*. Cadernos Le Monde Diplomatique. São Paulo: Unesp, 2002.

JAMESON, Fredric. *Modernidade Singular – ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O marxismo tardio. Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp. Editora Boitempo, 1997.

_____. *Pós-modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

KOSIK, Karl. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUCINSKI, Bernardo. *Do discurso da ditadura à ditadura do discurso*. Cadernos Le Monde Diplomatique, nº 1, São Paulo: Editora Unesp, s/d.

LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. 3.ed. Florianópolis: Insular, ed.UFSC, 2001.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEONARDI, Maria Lucia Azevedo. “A sociedade global e a questão ambiental”. In: Cavalcanti, Clóvis (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2 ed.. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da Cultura Liberal*. Porto Alegre: Sulina, 2004b.

_____. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em comunicação*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LOUÇÃ, Francisco. *A Cultura numa perspectiva histórica*. Em Tempo (jornal). São Paulo: Edições ET, 2000.

LÖWY, Michael. *Corrente articula meio ambiente e socialismo*. Disponível em: <<http://www.democraciasocialista.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=79&Itemid=46>>. Acesso em 05/02/2006.

_____. *Ecologia e Socialismo*. Movimento (revista). nº 12, Porto Alegre, janeiro/fevereiro, 2006. Disponível em: <http://www.revistamovimiento.com.br/espanol12/p6_9.pdf>. Acesso em 13/09/2006.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Anablume:Fapesp, 2005.

LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: lineamientos para una teoría general*. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana, 1998.

_____. *A improbabilidade da comunicação*. Portugal, Lisboa: Passagens, 1992.

_____. *La realidad de los medios de massas*. Espanha, Barcelona: Rubi; México: Anthropos. 2000.

MACHADO, Altino. *Fora de foco na mídia e no governo*. Observatório da Imprensa. São Paulo: Projor. Ano 11 - nº 348. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=348OFC001>> Acesso em 26/09/2006.

MACHADO, Lourival Gomes. *Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*: São Paulo, 1954.

MANDEL, Ernest, *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Imprensa e capitalismo. In: MARCONDES FILHO, Ciro, (org) Imprensa e capitalismo. São Paulo: Ática, 1984.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. V.1. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

MATTOS, Marluza. *Governo Federal estima queda de 30% no desmatamento da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2879>>. Acesso em 27/10/2006.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Emoções e linguagem na Educação e na Política*. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MELO, Matilde Maria Almeida. *Natureza, progresso e desenvolvimento: antinomias do projeto civilizatório da sociedade moderna*. In: *Dialéticas da natureza*. Margem, São Paulo, 13 junho 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciência Humana*. 4.ed. ampliada. São Paulo: Ananablume, 2005.

NOVAES, Washington. *Um impasse amazônico*. O Estado de S. Paulo. Sexta-feira, 16 de abril de 2004.

PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Memorial, 1996, 3v.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *O desafio ambiental*, Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____ *A globalização da natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. *Meio Ambiente e meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 1995.

RATTNER, Henrique. *Liderança para uma sociedade sustentável*. Nobel, São Paulo, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. Cia das Letras: São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. *Civilização sem Guerra*. In *Civilização e Barbárie*, São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____ *A manipulação da moral*. Entrevista para Glauco Faria. Fórum, julho de 2005. p.8-11.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *O século da biotecnologia*. São Paulo: Makron Books, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico – História da idéia de mercado*. Bauru: Edusp, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *As novas configurações da política na idade média: os neozapatistas*. <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/novasneozapat.htm>> acesso em 16/06/2006.

SALM, Rodolfo. *A Amazônia na Folha de São Paulo*. Correio da Cidadania. Ed. 485. São Paulo. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/ed485/ambcid.htm>>. Acesso em 22 de janeiro de 2006.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza da Espaço – técnica e tempo / razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996.

_____. *Entrevista a José Corrêa Leite*. Revista Teoria & Debate. Ano 12, nº.40 São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, fev/mar/abril/1999.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SAPERAS, Enric. *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: ASA, 1993.

SCHARF, Regina. *Verde como Dinheiro – Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo?* In Vilas Boas, Sergio. *Formação & Informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª edição, São Paulo:

Cortez, 2001.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes*. São Paulo: Moderna, 1993.

SILVA, Gilberto. *Os filtros da submissão*. Revista Partes. Disponível em:

<<http://www.partes.com.br/colunistas/gilbertosilva/osfiltros.asp>>

SOARES, Rosana de Lima. *Imagens veladas: Aids, imprensa e linguagem*. São Paulo:

Anablume, 2001.

SOAREZ DE OLIVEIRA, A.M. *Relação homem/natureza no modo de produção capitalista*.

Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de

Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18), 2002. [ISSN: 1138-9788] Disponível em:

<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em 02/02/2006.

SOUZA, Marcio. *Afinal quem é mais moderno neste país?* Estudos Avançados 19 (53), São

Paulo, IEA-USP, 2005.

_____. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-*

modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

TIBURI, Marcia. *Adorno e o progresso: do esclarecimento ao mito, do fetiche à utopia*. In

Dialética da Natureza, Margem, São Paulo: Educ, nº.13, junho 2001.

VEJA. *Amazônia – um tesouro ameaçado*. Edição especial, São Paulo: Editora Abril, 24 de setembro de 1997.

VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1977.

VIANA, Gilney; Silva, Marina; Diniz, Nilo (orgs.). *O desafio da sustentabilidade – um debate sócioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001.

ZHOURI, Andréa. *O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado. Ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros*. XXVI Encontro Anual da ANPOCS - GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira Caxambu, outubro de 2002. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/08/img/artigo.pdf>> Acesso em 07/08/2006.

_____ *O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº.25, p.135-169, jan/jun. 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)